



COMUNICAÇÕES do

**1.º Fórum de
economistas**

das **Cidades de Língua Portuguesa**

ORGANIZADORES:

António Mendonça, António Rebelo de Sousa e Vitor Ramalho



UNIÃO DAS CIDADES CAPIAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA



E Ordem dos
economistas
Delegação do Centro e Alentejo







UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA



E Ordem dos
conomistas
Delegação do Centro e Alentejo



1.º Fórum de **conomistas** das **Cidades de Língua Portuguesa**

Lisboa, 25 de maio de 2019

Auditório da UCCLA
Avenida da Índia, 110, Lisboa





FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Revista Lusófona de Economia, n.º 0 - Edição Especial | Março 2020
1º Fórum de Economistas das Cidades de Língua Portuguesa
- Resumo das Comunicações

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

António Mendonça
António Rebelo de Sousa
Vitor Ramalho

EDIÇÃO:

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
Ordem dos Economistas - Delegação do Centro e Alentejo

DESIGN:

Catarina Amaro da Costa

FOTOGRAFIAS:

Anabela Carvalho
Raquel Carvalho

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-989-54173-9-1

Impressão: Imprensa Municipal de Lisboa

Junho 2020

Programa

9h15 | Saudação dos organizadores

- Secretário-Geral da UCCLA
 - Dr. Vítor Ramalho
- Ordem dos Economistas - Delegação do Centro e Alentejo
 - Prof. Doutor António Rebelo de Sousa

9h30

Intervenção do Sr. Vice Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças de Cabo Verde Dr. Olavo Correia, sobre o tema

O papel dos países de Língua Oficial Portuguesa na economia global: novos desafios, novas oportunidades

9h45

Intervenção do Sr. Prof. Doutor Carlos Lopes, sobre o tema

A África e o Protecionismo Inteligente

10h15 | Intervalo para o café

10h30 | 1.º Subtema

A CPLP e os Objetivos do Desenvolvimento 20-30

- Moderador: Dr. Carlos Rosado de Carvalho
- Oradores:
 - Prof. Doutor Ennes Ferreira
 - Prof.ª Doutora Maria das Neves
 - Prof.ª Doutora Regina Salvador
 - Prof. Doutor Vítor Santos

11h30

Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina

12h15 | Almoço

14h30

Intervenção de S. Exa. o Presidente da República de Portugal, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

15h00 | 2.º Subtema

Que política de cooperação no quadro atual: Migrações e relacionamento interno na CPLP

- Moderador: Prof.ª Doutora Teresa Rodrigues
- Oradores:
 - Dr. Mário Godinho de Matos
 - Dr.ª Cristina Duarte
 - Prof.ª Doutora Stella da Câmara

16h30 | Intervalo para o café

16h45 | 3.º Subtema

A cooperação monetária no seio da CPLP

- Moderador: Prof. Doutor António Mendonça
- Oradores:
 - Prof. Doutor António Rebelo de Sousa
 - Dr. Manuel Aranda da Silva
 - Dr.ª Maria do Carmo Silveira
 - Dr. Olavo Correia

18h15 | 4.º Subtema

O papel das Ordens dos Economistas no quadro da CPLP

- Moderador: Prof. Doutor António Mendonça
- Oradores:
 - Dr. António M. Tivane
 - Prof. Doutor Fausto de Carvalho Simões
 - Dr. Manuel Enriquez Garcia

19h15

Intervenção do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas de Portugal, Almirante António Silva Ribeiro, convidado especial para falar sobre o tema

A relevância da segurança enquanto fator de desenvolvimento económico

19h45 | Encerramento

Presidente da Delegação do Centro e Alentejo da Ordem dos Economistas, Prof. Doutor António Mendonça



Boas-Vindas

Dr. Vitor Ramalho

Secretário-Geral da UCCLA

Prof. Dr. António Rebelo de Sousa

Ordem dos Economistas - Delegação do Centro e Alentejo

Saudação dos organizadores





■ **Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho**

Nasceu em julho de 1948, na Caála, em Angola. Licenciado em Direito pela Faculdade Clássica da Universidade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1970). Atualmente é o Secretário-Geral da UCCLA. Foi membro do Conselho Económico e Social integrando as 5 personalidades de Reconhecido Mérito. Consultor. Foi Secretário de Estado do Trabalho; consultor da Casa Civil do Presidente da República; consultor do Gabinete do Primeiro Ministro; Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia; Deputado; Presidente da INATEL (setembro de 2008 a outubro de 2012); vice-presidente da Cruz Vermelha Portuguesa; Professor Convidado para a cadeira de África Sub-saariana da Universidade Autónoma de Lisboa; presidente e vice-presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa; Presidente de várias Associações Lusófonas; Advogado desde 1971 até 2008. Recebeu várias condecorações: Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique e duas outras altas condecorações, uma Mexicana e outra da República Alemã. Publicou diversos livros.



*Hoje é o Dia de África.
A 25 de maio de 1962 foi criada,
em Adis Abeba, a então Organização
de Unidade Africana, hoje União Africana.*

Muito bom dia. Queria agradecer, antes de mais, a presença de todos. Dado que representam instituições credenciadas ou são personalidades de referência, compreenderão que não me dirija a nenhum de vós em particular. Queria apenas saudar a minha colega nesta instituição, a Dra. Manuela Júdice, Secretária-Geral da Casa da América Latina, porque isto é uma instituição que se reparte entre a UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa –, e a Casa da América Latina. Considerem-se todos, portanto, devidamente saudados.

Hoje é o Dia de África. A 25 de maio de 1962 foi criada, em Adis Abeba, a então Organização de Unidade Africana, hoje União Africana. Nós, e quando digo nós, a UCCLA e a Ordem dos Economistas, mais concretamente a sua Delegação do Centro e Alentejo, aqui representada pelo Senhor Professor Doutor António Rebelo de Sousa e pelo Senhor Professor Doutor António Mendonça, entendemos conjugar esforços para levar a cabo esta iniciativa. É uma iniciativa da sociedade civil, porque entendemos que a sociedade civil, ao nível do contributo que pode, e deve dar, para o aprofundamento das relações entre os nossos povos e países de Língua Portuguesa, não pode alhear-se da relação económica internacional entre povos e países e, em particular, dada a circunstância dos povos e países de Língua Oficial Portuguesa se expressarem na 4ª língua mais falada do mundo e na 1.ª língua do Atlântico Sul.

Só isso, se mais não houvesse, e há, neste mundo global, a enorme importância que temos e de que não podemos alhear-nos. Temos que pôr a fasquia alta, muito alta, para respondermos a estas exigências da globalização. Exatamente por isso, pela globalização, o tema deste evento procura responder àquilo que são os desafios e as oportunidades que temos, porque, de facto, se tratam de desafios e de muitas oportunidades. Para levarmos a cabo esta iniciativa, solicitámos a um conjunto de personalidades de referência mundial e de cada um dos nossos países em particular, quer de Portugal quer dos demais países de Língua Portuguesa, que nos dessem a honra de estar presentes e participar. A plêiade de personalidades presentes e que poderão ouvir, quer em intervenções de fundo, quer depois com a moderação e o diálogo que se estabelecerão entre alguns dos oradores, entre vários temas de uma enorme atualidade, são a garantia de que realmente esta resposta não pode ser



adiada. Esta palavra especial para a Ordem dos Economistas e também para todos os oradores e a nossa gratidão muito profunda aos que vieram propositadamente para este encontro, todos eles, quase, mas há um que me telefonou à última da hora dizendo que em função do tema e daquilo que representa para o futuro não poderia deixar de estar presente e fez um grande esforço para, a seguir à intervenção que vai ter e logo após o almoço, voltar para onde se encontra neste momento a lecionar. É o Professor Dr. Carlos Lopes e na pessoa dele cumprimento todos os oradores e todos os moderadores que vão estar presentes. O Professor Carlos Lopes foi, como todos sabem, Secretário-Geral Adjunto da ONU no tempo de Kofi Annan, é hoje um professor catedrático ilustríssimo na melhor Universidade da África do Sul, o principal conselheiro de Paul Kagame, líder da União Africana, e também professor na Sorbonne. Este currículo podia ser adaptado a qualquer um dos outros intervenientes e se eu o referencio é pela honra que nos deu de à última da hora dizer “eu não posso deixar de estar presente”. Queria também fazer uma referência especial a uma personalidade que veio de propósito de Timor-Leste, o Senhor Vice-Ministro de Timor-Leste, com uma forte Delegação que eu também saúdo por tudo isso.

Esta iniciativa não podia ter lugar sem que houvesse patrocinadores que se empenharam em ajudar as duas organizações no evento. Estamos muito gratos aos patrocinadores, aos apoiantes, e aos media que nos deram a honra de, desde a primeira hora, se associarem, porque não é possível termos repercussão significativa sem a comunicação social. Uma palavra especial é devida à SAPO. Nas pastas têm a referência das entidades, dos media que nos apoiam. Porquê a referência especial à SAPO? Porque também com um esforço muito grande, apesar de ter uma obrigação intransponível para estar hoje no Algarve, prontificou-se a fazer a ligação direta por vídeo para todos os países de Língua Oficial Portuguesa. Portanto, nós todos aqui na sala estamos a ser filmados e estamos a ser vistos e ouvidos, neste momento, em todos os países de Língua Oficial Portuguesa. Não é possível realizar qualquer iniciativa deste género sem que haja convergência dos colaboradores, quer da Ordem dos Economistas, quer da sua Delegação do Centro e Alentejo e, naturalmente, da UCCLA. Todos os colaboradores da UCCLA e da Ordem foram prestimosos, como já devem ter constatado e, portanto, uma palavra final, porque os últimos são sempre os primeiros, a todos os colaboradores que nos apoiaram, se deve isso mesmo. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina, não virá intervir agora. Intervém as 11 horas, porque teve um compromisso e também ele merece uma referência particular por uma razão: neste momento, decorre o período de reflexão antes das eleições em Portugal e ele teve uma vida muito preenchida nestes dias e ontem também e telefonou-me para pedir se era possível ter essa intervenção por volta das 11 horas, mas virá cá, tal como virá o Senhor Presidente da República, por volta das 14 e 30 horas. E também, a terminar, o Senhor Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas de Portugal, porque não é possível concebermos o desenvolvimento económico sem haver segurança dos nossos países. Portanto, a vós que estais aqui, que se levantaram tão cedo no fim de semana para participarem connosco, a nossa gratidão, muito muito obrigado pela vossa presença.



António Jorge Duarte Rebelo de Sousa

Nasceu em maio de 1952, em Lisboa, Portugal. Doutorado em Economia pela Universidade Lusíada de Lisboa e licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia. Diretor da Revista Economia & Empresa da Universidade Lusíadas. Presidente da Comissão Americana da Sociedade de Geografia. Presidente do Conselho Fiscal do Clube de Lisboa. Presidente do Instituto Benjamin Franklin. Diretor da Revista Energia & Futuro, editada por Diário de Bordo Editores. Presidente do Conselho de Administração da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento - Instituição Financeira de Crédito, SA. Foi membro do Conselho Diretivo da Fundação Centro Cultural de Belém entre março de 2010 e janeiro de 2012. Consultor Económico da Embaixada do Japão, desde 2002. Presidente do Conselho Consultivo do OSCOT - Observatório de Segurança, Criminalidade e Organizações Terroristas. Foi Vice-Presidente do OSCOT. Presidente do Conselho Consultivo do ITD - Instituto Transatlântico Democrático (Transatlantic Democratic Institute). Member of the Board of Directors of the American Club of Lisbon. Membro do Conselho Consultivo da Orquestra Metropolitana de Lisboa. Sênior Advisor to the Board of Directors of the American Club of Lisbon. Foi Assessor do Ministro das Finanças para os Assuntos Económicos, bem como Consultor do Ministro das Finanças. Foi Membro do Grupo de Parlamentares da EFTA. Deputado à Assembleia da República entre 1976 e 1980 e, posteriormente, entre 1983 e 1985. É Professor Catedrático da Universidade Lusíada de Lisboa, onde leciona desde 1986. É Professor Associado com Agregação da Universidade Técnica de Lisboa, lecionando no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas desde 2003. Reviewer da revista internacional, sediada no Reino Unido, "Regional Studies" - Regional Studies Association. Foi Professor Convidado da Faculdade de Economia de Coimbra no ano letivo de 1979/80. Foi Assistente da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, entre 1979 e 1980 e entre 1981 e 1985. Foi assistente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa entre 1976 e 1978 e entre 1980 e 1981. Agregado em Economia Internacional pela Universidade Técnica de Lisboa. Publicou várias obras e artigos ligados à Economia, Estratégia e Finanças.



Excelentíssimo Senhor Vice-Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde, Dr. Olavo Correia, e meu querido amigo, excelentíssimo Senhor Secretário-Geral da UCCLA, Dr. Vítor Ramalho, aqui presente e meu querido amigo, excelentíssimo presidente da Delegação Regional da Ordem dos Economistas do Centro e Alentejo, Professor Doutor António Mendonça, meu querido e estimado amigo, aqui presente. Ilustres Bastonários das Ordens dos Economistas da CPLP, ilustres individualidades, ilustres ex-membros do Governo presentes e excelentíssimo Senhor Vice-Ministro de Timor-Leste, excelentíssimos membros do corpo diplomático, ilustres convidadas e convidados, queridas e queridos colegas, minhas Senhoras e meus Senhores.

A UCCLA e a Delegação Regional da Ordem dos Economistas do Centro e Alentejo entenderam por bem promover a realização de um 1.º Fórum dos Economistas das Cidades de Língua Portuguesa, tendo a UCCLA disponibilizado as suas magníficas instalações para a realização do evento, o que desde já não podemos deixar de agradecer à sobredita UCCLA na pessoa do seu presidente. A escolha do dia 25 de maio é simbólica, como já foi assinalado, uma vez tratar-se do Dia de África, continente onde, aliás, se localiza o maior número de países da CPLP, e que deve ser considerado como correspondendo à região que se confrontará, com maiores desafios resultantes de uma dinâmica previsível de crescimento demográfico muito particularizante, no decurso dos próximos 30 anos, isto é, até 2050.

Queridas colegas e queridos colegas, importaria, nesta oportunidade, refletir sobre alguns temas centrais relevantes para a comunidade dos economistas do espaço da Lusofonia, com destaque para os seguintes: os problemas demográficos que afetarão certas regiões do globo e que levarão a uma nova lei malthusiana, de acordo com a qual a produção mundial poderá não acompanhar o consumo a nível global, com excedentes de oferta de mão-de-obra provenientes de áreas periféricas que tenderão a ser canalizados para o que se convencionou designar por “centro desenvol-

*refletir sobre alguns
temas centrais relevantes
para a comunidade dos
economistas do espaço da
Lusofonia*



vido”, com os problemas daí decorrentes; a relevância de se procurar contribuir para a existência de sistemas financeiros fortes, dado o facto de os efeitos sistémicos decorrentes da eclosão de crises sectoriais se apresentarem mais intensos neste sector do que em qualquer outro da economia mundial; a emergência de novas formas de ajuda ligada, que poderão vir a apresentar-se bem menos positivas para as economias beneficiárias da ajuda, do que as resultantes da adoção de políticas convencionais, contribuindo mesmo para condicionar a evolução de países em transição no que se referem as questões que se prendem com os direitos humanos; das questões atinentes à adoção de modelos de crescimento consistentes, que não se reconduzam à mera implementação de estratégias de especialização primária ou de substituição de importações, procurando evitar-se o desencadeamento de círculos infernais de inflação – desvalorização – inflação; a indispensabilidade de se considerar a *good governance* e a estabilidade política e social, envolvendo ainda a vertente securitária, como pilares essenciais do desenvolvimento económico; a necessidade de se considerar a política cambial como instrumento de uma política desenvolvimentista e não apenas como um mero instrumento de política macroeconómica, de natureza conjunturalista; a imperiosidade de se apostar no planeamento económico, definindo estratégias de internacionalização concertadas ao nível dos diferentes países da CPLP, procurando-se criar sinergias no quadro da cooperação multilateral, tendo em conta as vantagens competitivas dinâmicas específicas de cada uma das economias consideradas.

E, minhas Senhoras e meus Senhores, dar porventura os primeiros passos no sentido da criação de uma associação de economistas do espaço lusófono, empenhada no estudo dos problemas que afetam uma comunidade que poderá desempenhar um papel relevante no contexto internacional. Uma iniciativa que permita juntar economistas do espaço lusófono, criando condições para conceber estratégias concertadas no quadro da economia global, corresponderá certamente a algo que não deixará de ter algum significado histórico, justificando só por si estarmos aqui todos reunidos. As novas gerações irão agradecer um dia a todos quantos se juntaram neste evento, com características muito particularizantes, reconhecendo que se procurou ir mais além na busca de novas soluções para os problemas com que nos confrontamos.

Queridas amigas e queridos amigos, estas e outras questões poderão e deverão ser debatidas neste Fórum, sendo certo que é sempre do livre debate de ideias que nasce a criatividade e se constrói um projeto de futuro. Para o homem livre, é essencial a criação do futuro, a aposta num projeto, a ideia de missão e, para nós, economistas, não existe sequer razão de ser sem um sentido, para o presente, que se alicerce num projeto futuro. Muito obrigado.






1.º Fórum de Economistas das Cidades de Língua Portuguesa

Lisboa, 25 de maio de 2019

9h15
Saudação dos organizadores



Secretário-Geral da UOCLA
Dr. Vitor Ramalho



Ordem dos Economistas,
Delegação do Centro e Alentejo
Prof. Doutor
António Rebelo de Sousa



Presidente da Delegação
do Centro e Alentejo da
Ordem dos Economistas,
Prof. Doutor
António Mendonça











**Intervenção do Sr. Vice Primeiro-Ministro
e Ministro das Finanças de Cabo Verde
Dr. Olavo Correia**

**O papel dos países
de Língua Oficial
Portuguesa na economia
global: novos desafios,
novas oportunidades**





■ **Olavo Avelino Garcia Correia**

Nasceu em fevereiro de 1967, na cidade da Praia, Cabo Verde, onde reside atualmente. Licenciou-se em Economia em 1991, em Berlim, Alemanha, o mesmo país onde se pós graduou em Gestão de Empresas, em Riedenburg, Baviera. É Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças de Cabo Verde. Foi, entre 2014 e 2016, Professor convidado de Economia, em Macroeconomia, no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais. Integrou, entre 2011 e 2016, o Conselho da República. Desempenhou o cargo de Administrador do Grupo Tecnical, tendo exercido as funções de presidente do Conselho de administração da Tecnical Indústria, de 2004 a 2016. De 2004 a 2016, integrou o Conselho Consultivo do Banco de Cabo Verde (BCV), tendo igualmente desempenhado o cargo de Administrador Delegado do Banco Montepio Geral Cabo Verde (BMGCV) a partir de 2006 e durante 10 anos. Foi ainda Governador do Banco de Cabo Verde; Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças; Diretor-Geral do Tesouro e, entre outros, Assessor do Presidente da República.

O PAPEL DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA NA ECONOMIA GLOBAL: novos desafios, novas oportunidades



Muito bom dia a todas e a todos. Com a vossa permissão, dispenso o protocolo, pois somos todos lusófonos e não há melhor título do que ser lusófono e trabalhar para e pela Lusofonia. Agradeço o convite que nos foi formulado para estarmos aqui presentes, também em representação de Sua Excelência, o Primeiro-Ministro, que muito gostaria de cá estar mas que ficou impossibilitado, por razões de agenda. Nós temos o privilégio de apresentar-vos aquilo que é a nossa visão em relação ao tema em debate.

Vimos de Cabo Verde, um país de mornas e de poetas, mas também um país cercado pelo mar, e o mar é aquilo que nos separa, mas que também nos une. O mar é também um símbolo de oportunidades, para nós da Lusofonia. Comemoramos hoje o Dia de África, continente que tem um grande futuro. A Lusofonia faz parte desta perspetiva futura do continente africano, mas ela merece uma reflexão aprofundada para que possamos acelerar a caminhada, fazer mais e melhor e fazer mais rápido, para os nossos povos mas, sobretudo, para a nossa juventude. É para mim uma honra tomar parte neste 1.º Fórum de Economistas das Cidades de Língua Portuguesa e falar sobre este tema.

Permitam-me que conte uma história que aconteceu há quase 21 anos. Em 1998, quando negociávamos o acordo de cooperação cambial com Portugal, estava do lado de Portugal o nosso amigo António Rebelo de Sousa, e eu tive o privilégio de estar do lado de Cabo Verde. Estivemos a negociar os acordos e chegámos ao ponto de criar as comissões de acompanhamento. Criámos uma para acompanhar Cabo Verde e nós colocámos sobre a mesa a oportunidade de criação de uma comissão para acompanhar Portugal. E António Rebelo de Sousa, de forma informal e amiga disse-me: «Olavo, mas como é que o Alverca pode controlar o Benfica?» Acho que foi um desafio, e nós estamos a lutar para que, no futuro, o Alverca se torne Benfica e o Benfica se torne Alverca. Portanto, a questão ficou

*Estamos a falar também
de um elemento decisivo,
ou seja de Estados que
falam a mesma língua,
ou ao menos tem a
mesma língua oficial.*

desde logo resolvida. O Primeiro-Ministro de Cabo Verde teria igual prazer em estar aqui a partilhar connosco algumas ideias, mas compromissos inadiáveis impediram-no de estar presente e estou aqui com todo o prazer para vos falar. E estamos a falar de Lusofonia, antes de mais uma realidade física de mais de 10 milhões de quilómetros quadrados, o que não deixa de ser importante, e estamos a falar de estados dispersos por todos os continentes: África, América, Europa, Ásia e Oceânia. Isto é um facto de relevância estratégica. Estamos a falar, também, de um elemento decisivo, ou seja de estados que falam a mesma língua, ou ao menos tem a mesma língua oficial. Estamos a falar de uma língua falada por mais de 270 milhões de pessoas, a 6.^a língua mais falada no mundo, a 3.^a língua mais falada no hemisfério ocidental, a mais falada no hemisfério sul e a 3.^a mais usada no Facebook. Uma língua que tem uma importância económica e estratégica essencial. Mas, tudo isso não pode ser apenas folclore ou apenas uma questão de saudosismo, temos que torná-la num elemento fundamental, estratégico, para que seja útil à nossa juventude e, em geral, aos nossos povos.

Permitam-me realçar também um aspeto que me parece essencial. Estamos a falar de uma comunidade fundada em 1996 e que tem o português como língua oficial.

*Enquanto não houver
livre circulação de bens,
de pessoas, de capitais e
criação de oportunidades
no espaço da Lusofonia,
estaremos a falar de uma
utopia ou até dum certo
folclore à volta daquilo
que é a língua*

Isto não foi uma opção técnica ou mesmo política, mas resulta do facto da Língua Portuguesa ser um elemento de expressão cultural, de expressão histórica, aquilo que nos une para sempre e que deve constituir um elemento fundamental e central no nosso relacionamento.

Mas, passados todos estes anos, penso que convém, de facto, fazermos uma análise crítica deste processo. O que une os nossos países é mais do que a língua, é uma história comum, um passado comum. Temos que ter, também, um projeto comum de futuro, e abro aqui um parêntesis para dizer que a CPLP tem vindo a despertar grande intere-

resse à escala mundial. Temos hoje quase 19 países com estatuto de observador, dos quais a Argentina, o Chile, o Uruguai, Andorra e o Luxemburgo. Estamos a falar da língua portuguesa não só porque estamos a tratar do papel dos Países de Língua Portuguesa, mas também porque ela representa um ativo económico intangível da mais elevada importância para o futuro dos nossos países.

Temos que trabalhar para a diminuição dos custos das trocas comerciais, para facilitar o relacionamento entre as empresas, mas também para criar oportunidades. E não há comunidade de povos onde, em vez de se construir espaço de abertura, constrói-se muros. Enquanto não houver livre circulação de bens, de pessoas, de capitais e criação de oportunidades no espaço da Lusofonia, estaremos a falar de uma utopia ou até dum certo folclore à volta daquilo que é a língua. Temos oportunidades em todos os nossos países, mas temos que criar o contexto para que essas oportunidades possam ser aproveitadas. O facto dos nossos países fazerem parte de

uma organização política fundada na língua, logo, na história, dos seus responsáveis políticos, especialmente os Chefes de Estado, os Ministros, os Diretores e Chefias da Administração Pública se reunirem com frequência, representa um grande ativo económico intangível, mas tem que ser um ativo com utilidade para as nossas populações.

E temos que fazer um esforço para que a Lusofonia seja também um ativo assumido por todos os nossos povos. Não é a realidade que vivemos nos nossos países neste exato momento. A língua não é apenas escala política, é também fator de escala, ou seja, um fator que pode amplificar a nossa voz e a nossa influência na esfera internacional, nos planos económico, diplomático, mas também político.

Desde a criação da CPLP, temos dado particular atenção à cooperação económica e empresarial, como ferramenta importante no processo de desenvolvimento dos nossos países. Mas como é possível que, passados todos esses anos, não tenhamos ainda, entre os nossos países, acordos para evitar a dupla tributação, para a proteção de investimentos recíprocos, para garantir a livre circulação de capitais e de pessoas? E estas decisões estão nas nossas mãos. Como tenho dito Cabo Verde se até agora isso não foi conseguido, é por nossa incompetência, porque nós, políticos, temos o poder para mudar o *status quo*, e não temos o direito de continuar a laborar numa narrativa da Lusofonia e da CPLP que não represente uma oportunidade para as juventudes dos nossos países, que muito precisam. Não podemos olhar para o relacionamento entre os nossos países do ponto de vista económico, apenas como um espaço para a exportação. Cabo Verde é um dos maiores importadores *per capita* de produtos portugueses, e é verdade que, comparando com o Luxemburgo, Cabo Verde está nos lugares cimeiros, mas o que queremos é criar condições para que investimentos da Lusofonia possam ser realizados em Cabo Verde, para que as oportunidades sejam aproveitadas em Cabo Verde e para isso estamos a melhorar o ambiente de negócios. Temos sim trabalho a fazer ou seja, mais do que continuar com a narrativa, temos que fazer aquilo que tem que ser feito.

Faço um veemente apelo para que todos nós possamos trabalhar para criar um espaço dos cidadãos, um espaço para a sociedade, e não apenas argumentos para encontros políticos estratégicos ao mais alto nível que são importantes, mas as populações da Brava, de São Nicolau, do Tarrafal e Santiago, de São Tomé, de Angola, que vivem nas localidades mais recônditas, tem que olhar para a CPLP como uma realidade, como uma utilidade. As nossas populações não podem continuar a olhar a CPLP sobretudo na televisão, nas conferências, na esfera internacional, nos discursos dos Chefes de Estado. Os encontros políticos estratégicos, as conferências e as cimeiras não criam valor para aqueles que estão na pobreza, que precisam de emprego, que precisam de mobilidade e que precisam de conhecer outras experiências e de ter novas oportunidades. E é nossa obrigação, enquanto dirigentes deste espaço, criar as condições para que tenhamos uma economia e uma sociedade diferentes, utilizando a Lusofonia como um elemento essencial na construção deste futuro melhor para os nossos países. Temos que continuar a trabalhar para que a Lusofonia possa ser um espaço de liberdade, de oportunidades, mas também um espaço que nos une do ponto de vista cultural e histórico, um espaço de confiança



nos agentes económicos, nos agentes políticos, mas também, e sobretudo, um espaço de relacionamento entre aqueles que representam o futuro dos nossos países, os nossos jovens. Enquanto não houver livre circulação, enquanto continuarmos com muros a limitar a abertura de um espaço de oportunidades, teremos enormes dificuldades na construção daquilo que poderá representar a CPLP para o futuro dos nossos países.

Nós queremos trabalhar para que a CPLP seja uma comunidade de países, mas também de povos, uma comunidade ao serviço da própria sociedade. Temos que criar as condições para que as oportunidades possam ser aproveitadas a todos os níveis, nos planos político, económico e empresarial. Precisamos de reforçar a cooperação no plano científico, da formação, empresarial, de melhorar a conectividade entre os nossos países mas, sobretudo, de criar um contexto que confira espaço aos talentos da CPLP e isto significa criar um espaço verdadeiro da CPLP enquanto comunidade e não apenas alimentar a narrativa. Sem liberdade não há espaço e a minha mensagem principal é «apostemos na liberdade». Liberdade de expressão, de circulação, de empreendimento, de criação e liberdade para que os talentos dos nossos espaços possam colocar-se ao serviço do desenvolvimento da CPLP.

Por isso, penso que temos que valorizar os povos e comunidades filiados na cultura Lusófona e dar-lhes condições por manter as afinidades mas, sobretudo, transformar esse passado num elemento fundamental para a construção de um futuro melhor. Como o povo, por vezes, verbaliza, seja bem vindo quem vier por bem, e quem vier por bem tem de estar em condições. Temos que ter a generosidade para construirmos um verdadeiro espaço da Lusofonia ao serviço dos povos e das pessoas que fazem parte desta comunidade.

Portanto, queria, para concluir, a primeira parte da minha intervenção, dizer-vos que temos uma oportunidade que não pode ser desperdiçada, que não pode ser adiada. Temos de tomar decisões. A vida, dizia um amigo meu que está entre nós, não é fruto das circunstâncias, as circunstâncias são circunstâncias. A vida é fruto das decisões corajosas que devem ser tomadas para que possamos construir um futuro melhor. Então tomemos decisões corajosas para garantirmos a liberdade nesse espaço. Eu vos garanto que temos talentos em todos os nossos países para fazermos da CPLP um espaço ao serviço dos nossos povos mas, particularmente, ao serviço dos nossos jovens, das nossas mulheres. A todos vós, o nosso muito obrigado pela oportunidade de partilhar estas palavras convosco, em prol da CPLP e com a confiança de sermos capazes.

Muito obrigado.

*valorizar os povos e
comunidades filiados
na cultura Lusófona e
dar-lhes condições por
manter as afinidades,
mas, sobretudo,
transformar esse
passado num elemento
fundamental para a
construção de um futuro
melhor*



Intervenção do Sr. Prof. Doutor Carlos Lopes

A África e o Protecționismo Inteligente





■ Carlos Lopes

Nasceu em março de 1960, em Canchungo, Região de Cacheu, Guiné-Bissau. É Doutor em História pela Universidade de Paris 1/Panthéon-Sorbonne. Professor na Nelson Mandela School of Public Governance, Universidade de Cape Town e Professor Visitante de Sciences Po, Paris. Foi Visiting Fellow da Oxford Martin School, da Universidade de Oxford em 2017 e é, atualmente, Associate Fellow de Chatham House (Royal Institute of International Affairs). Dirigiu várias organizações da ONU, foi diretor político do Secretário-geral Kofi Annan e seu representante no Zimbábue e Brasil. Retirou-se em 2016 como Secretário-geral Adjunto da organização, o único Africano Lusófono até agora a atingir esse nível. Desempenha, atualmente, as funções de Alto Representante da União Africana para as Parcerias com a Europa. Tem uma vasta obra, sendo o seu último livro “Africa in transformation. Economic Development in the age of doubt” (Palgrave McMillan, 2019).



Muito bom dia a todos. Queria agradecer o convite da UCCLA, através do Dr. Vítor Ramalho, e da Ordem dos Economistas, através do Doutor António Rebelo de Sousa. Agradecer a presença do Vice-Primeiro-Ministro de Cabo Verde, o meu amigo Dr. Olavo Correia, e também do Vice-Ministro de Timor-Leste.

Eu, na realidade, estou muito comovido com o facto de que hoje, não só é o Dia de África, mas também o da tomada de posse do novo Presidente da África do Sul e, como sou agora um residente da Cidade do Cabo, estava convidado para participar num determinado número de eventos no dia de hoje na Cidade do Cabo, mas troquei, para estar aqui presente, e estou muito feliz de poder partilhar este momento com todos.

*As economias africanas
podem estar emergindo
e demonstrando
maior ambição*

Caros presentes, minhas Senhoras e meus Senhores. O debate político na África centrou-se, nos últimos anos, no conjunto de políticas necessárias para a transformação estrutural. Muitos argumentam que a industrialização deve estar no centro de tal processo, enquanto outros matizam essa ambição com alertas sobre as nuvens ameaçadoras que se vão acumulando sobre o futuro das manufaturas e o atraso do continente na procura da industrialização acelerada. É verdade que, para além da discussão conceptual, as realidades políticas do continente estão a exigir uma escolha entre um comportamento em busca de renda *versus* uma intervenção estatal estratégica mais ambiciosa. Podemos pensar que no mundo pós-consenso de Washington, o papel do Estado na criação de condições para a transformação estrutural é incontestável. Nada está mais longe da verdade. As economias africanas podem estar emergindo e demonstrando maior ambição, mas os últimos anos demonstraram os limites dos modelos de crescimento da maioria delas desde o início do século. Graças à redução da dívida, melhor gestão macroeconómica e crescimento da procura, assim como os preços das matérias-primas, a última década e meia certamente posicionou o debate sobre escolhas económicas, para além das políticas restritivas. Mais do que



qualquer outro fator, as mudanças demográficas e, com elas, a procura interna crescente, têm sido o principal motor do crescimento, mas a dependência das matérias-primas continua a impulsionar políticas fiscais, percepções de investimento e negociações comerciais. Sistemas preferenciais apresentados como uma ajuda aos países africanos, na realidade não ajudaram a industrialização.

É verdade que África já produz o equivalente a 500 mil milhões de dólares em produtos manufaturados por ano. O continente não é um deserto, sonhando com a revolução industrial do século XVIII iniciada em Manchester. O que é necessário é uma aceleração da mudança industrial que só será viável com políticas fundamentadas, políticas que devem proteger as indústrias nascentes num contexto de acolhimento de novos entrantes que só se deteriorou desde a primeira revolução industrial. Todas as outras regiões do globo beneficiaram de condições para a sua industrialização que já não estão disponíveis.

A mudança estrutural é importante, principalmente porque a divisão global do trabalho fez com que as economias africanas ficassem atrás de outros grupos de países, permanecendo dependentes das exportações de produtos primários. Frequentemente, os preços das matérias-primas vem declinando, levando a uma redução considerável nos termos de troca e participação da África nas exportações mundiais, mesmo se, em contraste, o comércio intra-africano tenha crescido. Nas exportações de produtos primários, os minerais desempenharam um papel cada vez mais importante, exacerbando as vulnerabilidades de muitos países. Embora tenha havido maior diversificação nas exportações dos países africanos, nos últimos anos, muitos ainda fazem parte do clube dos 35, o clube dos que no mundo têm exportações concentradas em poucos produtos, como o petróleo, diamantes e café, e que dependem por volta de 90% desse tipo de exportações.

A liberalização do comércio global não ajudou a agricultura africana, uma vez que as suas exportações diminuíram e a África é agora um importador líquido de alimentos, cerca de 53 mil milhões de dólares por ano. Não obstante a lógica da liberalização, é irónico que a agricultura nos países desenvolvidos continue sendo fortemente subsidiada e que se aponte o dedo aos africanos pelo seu desempenho, como se a competição fosse equilibrada. A liberalização do comércio, através de programas de ajustamento estrutural, teve efeitos negativos nas tentativas do continente para acelerar ou tentar a sua industrialização. Apesar da pressão dos defensores da liberação a qualquer custo, o que imperou foi um viés tarifário contra países como os de África, que ainda enfrentam altas barreiras à exportação.

Para avaliar a quantidade de proteção concedida às indústrias africanas, pelas tarifas de importação, é importante analisar tanto as tarifas nominais quanto a taxa efetiva de proteção, que é uma medida do efeito total de toda a estrutura tarifária sobre o valor agregado por unidades de produto. A produção limitada e em grande parte intensiva, em capital, que existe nos países africanos, não criou tanto emprego como nos países desenvolvidos. A participação média do emprego na indústria, em todos os países africanos, é de 11%, enquanto a participação média da indústria no PIB é de 21% em comparação com respetivamente 26% e 23% para os países de alta renda, isto no ano de 2017. Por essa razão, o setor de



serviços e o investimento, para transformar a agricultura, tornam-se especialmente relevantes como catalisadores de mudança estrutural e geração de empregos neste momento.

Senhoras e Senhores, a sabedoria comum sustenta que o sistema de preferências, como defendido por muitos na Organização Mundial do Comércio (OMC), resolverá o atraso da África. A evidência está provando o contrário: esquemas preferenciais não ajudaram a industrialização, por várias razões.

Primeiro, porque elas estando a enquadrar as relações comerciais com os padrões desfavoráveis atuais, em parte porque a África não consegue aproveitar o que é, em princípio, “oferecido”, por causa de regras de origem difíceis, que impõem níveis mínimos de produção local. As preferências comerciais não contribuem para construir cadeias de valor regionais, um passo fundamental para integrar sistemas de produção complexos, altamente globalizados, dominados por regimes de propriedade intelectual distorcidos. Pouca atenção às ligações a jusante e a montante, maior produtividade dos trabalhadores, habilidades aprimoradas, bem como o desenvolvimento de redes de infraestrutura confiáveis, estão entre os exemplos mais ilustrativos da improbabilidade das preferências produzirem resultados. Quanto mais rápido os países africanos perceberem as suas estreitas janelas de oportunidade, mais rápida será a aceleração da sua industrialização.

Os atuais esforços para o estabelecimento de uma zona de livre comércio continental (ZLC)¹ podem mudar este quadro que acabei de descrever. A ZLC vai criar um mercado único com o maior número de países membros do mundo, dentro da

¹ **Zona de Comércio Livre** Continental Africano (ZCLCA), também referida como ZCL (Zona de Livre Comércio Livre); na sigla inglesa, African Continental Free Trade Area (AfCFTA).

região que mais cresce em termos de população e também aquela que mais cresce em termos de consumo. Se incluir reformas ambiciosas, desenvolvimento sincronizado da infraestrutura, particularmente nas áreas de transportes e energia, e a facilitação do comércio favorecendo as trocas transfronteiriças, a ZLC irá compensar facilmente os declínios esperados nas receitas tarifárias específicas de cada país, aquelas que normalmente são coletadas pelas alfândegas. A procura por elementos processados, bens manufaturados de baixo valor acrescentado e a necessidade de consumo menos complexa está a crescer na África. O potencial para aumentar a produção industrial, respondendo a essas necessidades, pode ser significativo. O caminho para uma produção industrial mais sofisticada e intensiva em conhecimento pode estar distante, mas o que é necessário no imediato é mais fácil de almejar. O principal obstáculo para esse impulso industrial pode muito bem ser a camisa de forças na qual a África se encontra quando negocia acordos comerciais. A ZLC é constantemente colocada por trás de uma série de acordos bilaterais e multilaterais pressionando a África, como os acordos de parceria económica liderados pela União Europeia. Estes acordos fragmentam a África, dividem-na em diferentes parcelas, com diversas condições e preferências, minando as perspectivas de comércio continental intra-africano que requerem harmonização.

O sequenciamento certo para prosseguir os principais interesses de África é constantemente perturbado por estas interferências. África precisa de ter conhecimento das estruturas de produção assimétrica que influenciam as posições tomadas pelos seus parceiros comerciais, como a Europa. Ganhos comerciais desiguais estão sendo negligenciados por causa da pressão constante ou de tentações aparentemente agradáveis de beneficiar de mais ajuda. As compensações financeiras, por exemplo, podem parecer boas a curto prazo, mas são um diabo que esconde a cauda. Os impactos das atuais regras da OMC sobre medidas de investimento relacionadas com o comércio e direitos de propriedade intelectual, também são incertos. Até agora, muitos membros da OMC prestam apoio da boca para fora para a ZLC, sem demonstrar o seu compromisso com a criação das condições que protegeriam o espaço de escolhas de política da África. Por isso, não será muito difícil constatar que o défice comercial, de África em relação à Europa, é de 23 mil milhões de dólares, quando apenas há 3 anos atrás havia um superávit.

Senhoras e Senhores, em 16 de maio de 1963, os 47 membros do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, GATT, começaram a preparar o que se poderia chamar de “Rodada Kennedy”², isto em 63. Isso criou um precedente ao aumentar as reduções tarifárias entre os países, o que ajudou a mobilizar as nações mais poderosas do dia, para aumentar o comércio mundial. Com poucas exceções, África estava ausente desta chamada. Nessa altura, estava ocupada a estabelecer a sua primeira instituição continental, a Organização de Unidade Africana (OUA), em Adis Abeba.

Depois de incansáveis esforços para reunir os vários grupos ideológicos dos novos países independentes, o imperador etíope, Hailé Selassié, estava mais preo-

² Também denominada “Ronda Kennedy”.

cupado sobre como a África se colocaria politicamente, provavelmente não notando que outros estavam trabalhando para estabelecer a nova ordem de comércio mundial. Paradoxalmente, as preocupações de Selassié, na altura, não estavam tão distantes das que nós temos hoje. No seu discurso de inauguração da OUA, ele declarou, e cito “... alguns afirmam que a unidade africana é impossível. Ao nosso redor não faltam dúvidas e pessimismo. Aqueles que falam da África, do seu futuro, do seu lugar no século XX, fazem-no em tons sepulcrais. Eles preveem dissensões. Desintegração entre os africanos. Lutas fratricidas e caos para o nosso continente. Vamos confundi-los e pelas nossas ações, jogá-los na confusão...”. Sessenta e seis anos depois, exatamente hoje, a ZLC, o principal elemento da ambiciosa agenda 2063 da União Africana finalmente verá a luz do dia, dentro de 3 semanas. A marginalização de África no comércio mundial é antiga e não mudou muito, é chocante, mas a sua participação no comércio mundial ainda é inferior a 3%, apesar de mais de 1 bilião de habitantes e, seguramente, 1 bilião mais do que em 1963, o ano em que Selassié pronunciou o seu discurso. A situação não mudou radicalmente: habilidades fracas, produtividade fraca e atividade económica débil. Os retardatários geralmente enfrentam todo o tipo de dificuldades.

Como disse, em termos de comércio, os melhores lugares já estão ocupados. As regras são mais rígidas, o complexo de financiamento muito mais difícil de alcançar, a propriedade intelectual concentrada, as cadeias de valor globalizadas, a logística encadeada, os padrões universalizados e as regras ainda mais assimétricas.

Quer queiramos, quer não, África está atrasada em muitos pontos. Perdeu a transformação estrutural que viu valor produzido passar da agricultura para o sector industrial. Encontrar oportunidades de negócio tornou-se ainda mais difícil para os retardatários. Eles devem percorrer a distância de uma maratona à velocidade dos melhores velocistas. Quando o continente negoceia com uma só voz, ele pesa quase 3 mil milhões de dólares em produção. Não é o mesmo que 55 entidades gritando cada uma para seu lado. Uma grande zona não tarifária está-se tornando atraente para o investimento estrangeiro direto, mas também para pequenas e médias empresas que podem entrar nas cadeias de valor transfronteiriças ou sub-regionais, longe da concorrência global por um tempo.

As exportações atuais entre países do continente tem um conteúdo de maior valor agregado do que as exportações que os países do continente fazem para fora do continente. A razão pela qual esse absurdo durou tanto tempo é parcialmente explicada pelo facto de que as matérias-primas permaneceram no centro da atividade económica formal, desde os tempos coloniais, e pouco mudou. A eficiência alfandegária, a adoção de padrões comuns, e a simplificação resultante desses esforços, mudarão a maneira como os mercados funcionam para benefício dos agentes económicos.

A política de céu aberto, já assinada por 23 países no sector da aviação, e o progresso na implementação dos princípios de livre circulação de cidadãos em todo o continente, já assinados por 32 países, completam a ambição dos últimos anos.

Senhoras e Senhores, a vantagem dos retardatários é poder pular etapas. A ZLC, zona de livre comércio continental, pode impulsionar significativamen-

te o comércio intra-africano, desde que seja implementada com determinação. No seu belíssimo filme, “Fronteiras”, a cineasta Burkinabé³, Apolline Traoré, fala do encontro de três mulheres, Adjara, Emma e Sali, durante uma viagem de autocarro de Dacar para Lagos, através de Bamako, Cotonou e Uagadugu. Na viagem ocorrem falhas do motor, pedágios (portagens) clandestinos, cortadores de estradas e muito roubo. Mas o pior pesadelo das protagonistas, que são todas pequenas comerciantes, é simplesmente atravessar as fronteiras, onde são expostas à corrupção mais crua, violência sexual e tráfico. E, no entanto, estão numa zona da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a que todos os países atravessados pertencem, e que há muito garantiu no papel a livre circulação. Sessenta e seis anos após o chamado de Selassié para denegrir os que invocam os tons sepulcrais, precisamos mais do que de boa vontade.

Muito obrigado.

³ Burkinabé significa alguém ou algo do Burkina Faso.



■ Moderador:

Dr. Carlos Rosado de Carvalho

Oradores:

■ Prof. Doutor Ennes Ferreira

■ Prof.^a Doutora Maria das Neves

■ Prof.^a Doutora Regina Salvador

■ Prof. Doutor Vítor Santos

A CPLP e os Objetivos do Desenvolvimento 20-30

1





30

  **1.º Fórum de Economistas**
das Cidades de Língua Portuguesa

Lisboa, 25 de maio de 2019



Prof. Doutora
Maria das Neves



Prof. Doutora
Regina Salvador



Prof. Doutor
Vítor Santos







Carlos Rosado de Carvalho

Nasceu em 1962, em Malanje, Angola, mas foi criado no Quimbele, Uíge. Jornalista, professor de Economia e conferencista. Com 13 anos foi para Portugal, onde viveu cerca de 33 anos, tendo regressado a Angola em 2008. Licenciou-se em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, cidade onde também frequentou o mestrado em Economia Internacional Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Diretor fundador da revista de negócios Exame Angola, em 2009, e diretor editorial do jornal especializado em economia Expansão. Analista económico e comentador da Rádio MFM, Luanda, e professor de “Moeda e Bancos” e de “Gestão Financeira Internacional” na Universidade Católica de Angola. Presença habitual nos principais canais de televisão, como comentador de assuntos económicos, é speaker em conferências e seminários, além de consultor. É especialista em Comércio Internacional, pela COPRAI/Associação Industrial Portuguesa e em Assuntos Europeus, pela Comissão Europeia, Bruxelas, Bélgica. Fez ainda um programa de gestão para executivos no INSEAD, Fontainebleau, França. Após uma breve experiência empresarial como técnico de exportação, iniciou a carreira de jornalista especializado em Economia, em 1986, no extinto semanário lisboeta Tempo. Chefiou as secções de economia de órgãos de informação líderes de mercado, nomeadamente da newsletter Confidencial Negócios, do semanário económico Jornal do Comércio, do semanário generalista Independente, da Agência de notícias LUSA e do diário Público. Foi, ainda, diretor da revista Exame Portugal e comentador de assuntos económicos dos principais canais de televisão e de rádio portugueses. Foi docente de Economia da Universidade Independente, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto de Artes Visuais Design e Marketing (IADE).



*“corrigir o que está mal
e melhorar o que está bem”*

Muito bom dia a todos. Queria começar, naturalmente, por agradecer à organização o convite para poder participar deste painel. É sempre um prazer e não me vou alongar muito, até porque não temos muito tempo. O tema deste painel é a CPLP e os objetivos do desenvolvimento 2030. Tenho o Ennes Ferreira à minha esquerda, Regina Salvador, Maria das Neves e, finalmente, Vítor Santos.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável que fazem parte da agenda 2030, como sabemos todos, foram aprovados em 2015 por 193 países. Temos 244 indicadores através dos quais podemos monitorizar a implementação destes objetivos, objetivos que comprometem e dizem respeito a todo o mundo, naturalmente com níveis diferentes. Nos países mais desenvolvidos o objetivo é mais manter aquilo que já existe ou melhorar. Em Angola o slogan é “corrigir o que está mal e melhorar o que está bem”, enquanto, em termos de países menos desenvolvidos, o objetivo, em muitos casos, é a criação de condições básicas para o desenvolvimento e a melhoria do nível de vida. As nossas comunicações abarcam várias áreas, com algumas surpresas. Por exemplo, o Vítor Santos, que estávamos à espera que nos fizesse uma apresentação sobre o sector elétrico, vai surpreender-nos com uma apresentação sobre a digitalização. A Regina não nos vai surpreender, porque vai falar sobre a CPLP e a colaboração em termos de oceanos. Maria das Neves é talvez aquela que vai fazer uma comunicação mais abrangente sobre o tema, falando da CPLP e dos objetivos do desenvolvimento sustentável, fazendo um *zoom* sobre o grau de implementação dos objetivos em São Tomé e, finalmente, o Ennes Ferreira, que vai fazer a primeira apresentação e que nos vai falar sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios da ajuda pública ao desenvolvimento na perspetiva Norte-Sul, mas também numa outra, cada vez mais atual, a perspetiva Sul-Sul. Portanto, sem mais delongas, convidava o Ennes Ferreira a fazer a sua apresentação. Devo dizer-vos que tenho aqui um despertador e tenho instruções para ser muito rigoroso no cumprimento dos 15 minutos, com uma tolerância de 3 minutos. Vamos ter apresentações em *Power Point*.



■ Manuel Ennes Ferreira

Doutorado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, onde é professor do Departamento de Economia. É responsável de Economia Africana e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Foi Diretor Académico do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola. Tem lecionado em Angola em diversos cursos de mestrado. Foi assessor no Instituto da Defesa Nacional (IDN) e consultor da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola (CCIPA). Tem desenvolvido atividade de consultoria a empresas e instituições internacionais (Banco Mundial, PNUD, União Europeia, BAD) e dirigida a África. Tem 5 livros publicados, capítulos em diversas obras e artigos em várias revistas académicas como African Affairs, Defence and Peace Economics, European Journal of Development Research, The Economics of Peace and Security Journal, Scientometrics, Physica A, Politique Africaine, Lusotopie, Studia Africana, Análise Social, Revista Relações Internacionais, Política Internacional, Revista Crítica de Ciências Sociais e Revista Internacional de Estudos Africanos.



Muito obrigado pelo convite. Queria cumprimentar todos os colegas de painel e todos os colegas aqui presentes. Esta apresentação, embora eu tenha sido diretamente convidado, é feita com a Dra. Mariana Vieira, do ISEG, aqui presente e com quem eu estou a trabalhar num projeto e, portanto, agradeço à Mariana.

O tema que vou abordar é um objetivo muito específico, o objetivo 17.º dos ODS¹, que tem a ver com as questões de apoio financeiro e, nomeadamente, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD). Antes dos ODS, os ODM² tinham 8 objetivos, o 8.º objetivo, que tem a ver com a parceria, não falava especificamente na questão da ajuda pública ao desenvolvimento de uma forma tão desenvolvida como é feita nos ODS em vigor. Vou abordar a questão que é a ajuda pública ao desenvolvimento, um problema importantíssimo dentro daquilo que é a temática do financiamento do desenvolvimento.

Todos os países necessitam de financiamento para se desenvolverem, mas os países em desenvolvimento têm problemas muito acrescidos relativamente aos países mais desenvolvidos e, dentro daquilo que são fluxos públicos, a ajuda pública ao desenvolvimento é um dos instrumentos utilizados para apoiar os países em desenvolvimento e é sobre ele que eu vou fazer incidir a minha exposição.

Quando terminou o período dos ODM, nomeadamente nesta conferência sobre financiamento ao desenvolvimento em Adis Abeba, em 2015, foi novamente reafirmada a importância do financiamento aos países em desenvolvimento, destacando várias modalidades, incluindo investimento privado, etc, mas chamando a atenção para a necessidade da ajuda pública ao desenvolvimento e sublinhando uma coisa que está determinada desde a década de 70 – uma decisão das Nações Unidas, e que só 3 ou 4 países até hoje cumprem (nenhum dos outros cumpre) –, que tem a ver com aquilo que ali está a vermelho, que é o objetivo que obriga

¹ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

² Objetivos de Desenvolvimento do Milénio



Todos os países necessitam de financiamento para se desenvolverem, mas os países em desenvolvimento têm problemas muito acrescidos relativamente aos países mais desenvolvidos

os países do CAD³ da OCDE⁴ a desembolsarem 0,7% do seu rendimento nacional bruto (RNB) como ajuda aos países em desenvolvimento, sendo que, dentro desses 0,7%, entre 0,15% e 0,20% devem ser dirigidos para os chamados países menos avançados (PMA), que é uma faixa dos países pobres, dos mais pobres, sem ofensa. Aquilo foi reafirmado, porque, como digo, não se cumpre (3 ou 4 países cumprem, a maior parte não).

Uma das questões que foi ali sublinhada, e que é muito importante, para além de chamar a atenção para a necessidade de os países do CAD cumprirem aquele objetivo, diz que a es-

³ Comité de Ajuda ao Desenvolvimento e Desenvolvimento Económico

⁴ Organização para a Cooperação

FÓRUM DE ECONOMISTAS DAS CIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

dos PMA (48):



TA:
 (1994)
 (2007)
 (2011)
 (2014)



estratégia mais adequada e aquela que tem maior sustentabilidade, é os países beneficiários da ajuda, os países em desenvolvimento beneficiários, desenvolverem a capacidade de mobilizar os seus recursos internos, para não estarem sujeitos à poupança externa, nomeadamente, sob a figura de ajuda pública ao desenvolvimento; e isto entronca naquilo que o Professor Carlos Lopes há pouco referiu, que é encontrar os caminhos de estímulo ao crescimento, à diversificação da economia em África, de tal forma que os recursos internos possam crescer e, com isso, passar para segundo plano aquilo que é a mobilização externa, não propriamente o investimento estrangeiro, mas, pelo menos, a ajuda pública ao desenvolvimento.

Finalmente, chamo a atenção para uma questão que está no título desta comunicação, que é a importância da cooperação triangular, para não ficar apenas com o Norte-Sul, mas também ver as modalidades e as possibilidades de ajuda entre países do Sul. A China destaca-se, mas há muitos outros, dos quais o Brasil, que nos vai interessar por causa da CPLP. Os ODS, que estão em vigor até 2030, têm 17 objetivos. O objetivo 17º, no qual me vou centrar, sobre a parceria para implementação dos objetivos da ajuda pública ao desenvolvimento, incorpora toda esta chamada de atenção e que Adis Abeba reafirmou no ano anterior, que é o cumprimento

daquele rácio de ajuda pública face ao RNB dos países doadores, de 0,7% ou de 0,15% – 0,20% para os PMA.

Ora bem, quando se fala de países doadores e de países recetores, quando olhamos para os países receptores, os países em desenvolvimento, nem todos estão na mesma situação. Por exemplo, na Ásia, o gráfico de cima mostra aquela faixa em baixo, castanha, que corresponde à ajuda pública ao desenvolvimento dirigida para os países asiáticos, em contraponto com as outras duas faixas que têm a ver com remessas de emigrantes e investimento, etc, etc, e, como se vê, a parte da ajuda pública é relativamente pequena. Mas, em África, aquela parte inferior, que é a ajuda pública ao desenvolvimento já é, não metade, mas cerca de 40%, e houve alturas em que foi mesmo metade do financiamento externo que o continente conseguiu atingir. São situações completamente diferentes. E quando olhamos agora para os países, as situações ainda são mais diferentes. Caso de Angola. Em Angola, esta faixa castanha, que tem a ver com a ajuda pública ao desenvolvimento, compara com aquela faixa toda a roxo que são os empréstimos, o investimento estrangeiro que Angola conseguiu captar. Como se vê, a parte da ajuda pública em termos de financiamento externo para Angola é muito muito baixa, portanto, isto varia muito entre os países. Este gráfico aqui, uma vez mais, vai bater naquilo que disse o Professor Carlos Lopes tinha chamado a atenção, que é o que vocês aqui vêem no risco vermelho é a ajuda pública ao desenvolvimento *per capita*, por cada um dos países africanos e as barras azuis são aquilo que os impostos *per capita* que os países africanos conseguem adquirir. E o que ressalta aqui é que até, no mínimo, metade dos países do continente, para não dizer um pouco mais, a ajuda pública, ou seja o financiamento externo sob a forma de ajuda pública, é igual ou superior àquilo que os países arrecadam como impostos, o que é uma coisa absurda, que tem a ver com a realidade, obviamente, mas que limita as possibilidades do próprio desenvolvimento do continente.

Este quadro, muito rapidamente, elenca os países que são considerados países menos avançados, que é a tal faixa de países em desenvolvimento mais necessários. Cabo Verde fez parte, já não faz, o que é um orgulho, obviamente, para o país, mas estão todos os outros países da CPLP (Brasil não, obviamente), mas estão todos os outros, incluindo, infelizmente, Angola, que à partida tem potencialmente mais condições que os outros. Para onde é que eu vou olhar? Para esta ajuda intra-CPLP. Portugal é o único país doador dentro da classificação do CAD da OCDE e está sujeito à obrigatoriedade de entregar 0,7% de ajuda pública no RNB ou 0,15% a 0,20% para países menos avançados. Quando comparamos Portugal com a OCDE no seu conjunto, o CAD, Portugal é a barra azul, o que vemos é que, independentemente de Portugal ter estado acima ou abaixo do CAD, o que me interessa é ver a percentagem, e o que se vê é que, em termos globais, entre 0,2 a 0,25% e não 0,7%, é aquilo que Portugal entrega como ajuda pública ao desenvolvimento, não cumprindo, como os outros países também não cumprem, a decisão tomada desde a década de 70.

Ora bem, entremos pelos dois quadros que interessam fundamentalmente. Portugal é o principal doador e é o único doador dos países CAD numa relação

Norte-Sul. Dentro da comunidade, todos os países são considerados do Sul exceto Portugal. Quando olhamos para a distribuição percentual da ajuda pública líquida de Portugal aos países da CPLP, ela é diversa conforme os países que a compõem e, no total, a ajuda de Portugal aos países que são membros da CPLP (está aqui em baixo), em 1996, na altura da formação da Comunidade, 92% dessa APD de Portugal ia para países da CPLP, depois foi diminuindo, 83, 69, 71, 62, 59%. De qualquer forma, mais de metade da ajuda que Portugal entrega sob a forma de APD vai para os países da CPLP, embora, como se vê, varie muito conforme os países a que se destina.

No quadro seguinte, vemos a importância que Portugal tem nestes países, quando se considera a ajuda pública bilateral, multilateral e de países do Sul não CAD, que cada um destes países recebe. Há aqui também uma variação muito importante. Por exemplo, Cabo Verde, pegando no ano mais recente, Portugal é responsável por 20% da ajuda pública que Cabo Verde recebe do mundo. Guiné-Bissau 9%, Moçambique 1%, São Tomé 29%, o Brasil obviamente 1%, já que é também um país doador, e Timor-Leste 7%, mas foi variando ao longo do tempo. Isto é só para situar a importância da discussão com que terminarei esta apresentação, sobre o que é que pode ser feito e discutido para tentar agilizar, se é possível alguma coisa, no espaço da CPLP, no que diz respeito à ajuda pública ao desenvolvimento.

Dada a importância que Portugal tem para a maior parte dos países em termos de doador, acho que será interessante. No título, está Norte-Sul, mas também Sul-Sul, e porquê? Porque o Brasil é um país receptor, mas é também um país doador e não faz parte do CAD. As estatísticas apuradas pelo CAD tentam perceber qual é o valor que o Brasil pode praticar enquanto ajuda pública ao desenvolvimento e o que é curioso é que nestes dados que se conseguiu coligar, nestes primeiros anos desta década, é que, por vezes, o Brasil, em termos de ajuda pública total, muito direcionada para América Latina, por vezes, até é superior à portuguesa, ou seja, o Brasil é um receptor, mas simultaneamente é um doador em termos de ajuda pública Sul-Sul. E também aparece Timor-Leste, o que é um bom sinal. Timor-Leste é um país pobre, é um país receptor, mas também desembolsou algumas coisas, nomeadamente para Cabo Verde, para a Guiné-Bissau, naquilo que o CAD fornece de informação sobre Timor-Leste. O caso de Angola não está aqui, embora se saiba, por notícias, de empréstimos e outras doações que Angola, por vezes, faz a São Tomé, Guiné-Bissau, etc, e que, como não faz parte de nenhum destes organismos, é difícil de coletar. Eu tenho informação dispersa, mas não me atrevi a pôr aqui valores. De qualquer forma, é um país que também tem alguma possibilidade de praticar ajuda pública junto de outros países.

A ajuda externa, sob forma de APD, serve para alguma coisa? Há vários autores, não vou estar aqui a teorizar, mas é só para chamar a atenção de que há vários auto-

*Portugal é o principal
doador e é o único
doador dos países CAD
numa relação Norte-Sul*

res que discutem esta questão da APD e o impacto que tem no desenvolvimento e no crescimento económico dos países receptores: uns são altamente otimistas, outros são um bocado pessimistas. Moyo⁵, economista africana bem conhecida, é um pouco mais radical e diz que a ideia de que a ajuda pública ajuda é um mito – ela é muito conhecida por esta posição um pouco mais radical; depois há outros autores que fazem estudos empíricos e que não encontram um grande impacto.

No slide seguinte, um slide que me parece interessante, porque o que se faz aqui é juntar várias considerações e visões de autores sobre a ajuda pública, em que eles dizem em que situação é que a ajuda pública pode resultar ou não. A questão dos “estados frágeis”, a questão de haver instituições, isto é aquilo e aqueloutro, é uma literatura muito interessante, e quando se olha para o impacto da ajuda pública ao desenvolvimento dos países que compõem a CPLP, particularmente em África, ou Timor, as diferenças de situações económicas e políticas de segurança dos vários países são, obviamente, um fator muito forte explicativo para os maiores ou melhores impactos que a ajuda tem.

Portanto, interrogações finais, as questões que deixo aqui, várias outras podiam ser discutidas. Deverá repousar a responsabilidade da APD apenas nos países do Norte, dentro da comunidade, dado que Portugal é o único país reconhecido como sendo do CAD e, portanto, é ele que tem que fazer o papel junto da CPLP? Ou deverá associar-se o papel de outros países, nomeadamente do Brasil, numa relação Sul-Sul? Há espaço para uma cooperação triangular? É uma questão que aquele documento de Adis Abeba põe em foco, passar de uma relação estritamente Norte-

Sul a uma relação Norte-Sul-Sul e é uma parte interessante e que, já que a CPLP tem Portugal e os outros países, é capaz de ser um tema interessante de discutir. E que viabilidade é que isso tem quando se sabe que a ajuda pública ao desenvolvimento é um instrumento de política externa, ou seja, será possível passar para segundo plano as motivações diversas que determinam a afetação de APD, de uma perspectiva egoísta do doador, em favor de uma perspectiva

*A ajuda externa,
sob forma de APD,
serve para
alguma coisa?*

comunitária solidária? É uma questão interessante, obviamente, por aquilo que a APD é para cada Estado. Há necessidade de compatibilizar regras e conceitos derivados da matriz original com aquilo que são regras que os países do Sul seguem e que não são obrigatoriamente as mesmas regras que o CAD define como ajuda pública, ou seja pelos países do Norte? É uma questão muito em discussão, aliás, a ajuda pública chinesa que vem aumentando cada vez mais e seduzindo todos os países, não obedece às regras do CAD e, por isso, não é ajuda pública ao desenvolvimento? É também um tema interessante para discussão.

Finalmente, para acabar, a questão da ajuda pública, o impacto para os países receptores, é apenas cumprir a meta de 0,7%, ou seja, se, em média, os países do CAD

⁵ Dambisa Moyo (Zâmbia)

outorgam cerca de 0,3% da ajuda, se ela passasse para 0,7%, o problema do desenvolvimento desses países recetores estaria resolvido, ou é preciso muito mais do que meramente atingir uma meta? Nomeadamente, a última questão, políticas de desenvolvimento dos países recetores que lhes permitam diversificar a sua economia e melhorar e mobilizar os seus recursos internos para ficarem menos dependentes e menos sujeitos à volatilidade dos fatores que determinam a ajuda dos países doadores, não só do Norte como do Sul. São interrogações que aqui deixo.

Muito obrigado pela vossa atenção.



■ **Maria das Neves Ceita Batista de Sousa**

Nasceu em 1958, em São Tomé e Príncipe. Doutorada em Ciências Sociais na especialidade de Desenvolvimento Socioeconómico pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Atualmente é Consultora do Banco Central, Administradora Suplente de São Tomé e Príncipe e Nigéria no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Professora da Universidade Lusíada de São Tomé, Presidente da Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe/Mulheres Sociais-democratas e membro do Conselho de Política Científica da CPLP. Foi vice-presidente da Assembleia Nacional, Primeira-ministra e Chefe do VII-^o Governo Constitucional, Ministra da Economia para as áreas de Agricultura, Pescas, Comércio, Indústria e Turismo, Ministra do Comércio, Indústria e Turismo, Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP, Deputada e Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Género e Cidadania, Presidente da Rede das Mulheres Ministras e Parlamentares de São Tomé e Príncipe, entre outras.



Uma nota prévia. Ao ser organizado este 1.º fórum, que consideramos um fórum histórico, de economistas das cidades de língua portuguesa, no dia 25 de maio, data consagrada ao continente africano, Dia de África, permitam-me, enquanto africana oriunda de São Tomé e Príncipe, um dos seis países africanos de língua portuguesa, saudar e felicitar o Senhor Presidente de Câmara e a Ordem dos Economistas pela pertinência da sua realização num dia carregado de tanto simbolismo; agradecendo de igual modo o convite que me foi endereçado para participar neste evento, uma saudação extensiva a todos os participantes.

O nosso tema prende-se com a CPLP e os objetivos de desenvolvimento 2030 que, como sabem, é um acontecimento que tem constituído uma preocupação a nível mundial, envolvendo líderes mundiais, envolvendo a sociedade civil, envolvendo o mundo neste processo. E eu gostava de abordar rapidamente a agenda, vamos falar sobre a necessidade dos indicadores para a monitorização desta agenda, a CPLP e os objetivos desenvolvimento 2030, as ações realizadas quer pela CPLP quer pelos Estados membros e, finalmente, sendo oriunda de São Tomé e Príncipe, uma palavra muito sucinta sobre São Tomé e Príncipe e a Agenda 2030.

Temos a agenda, que é do conhecimento de todos, não vamos deter-nos a falar sobre ela, mas gostava de trazer aqui declarações de alguns líderes mundiais para mostrar a importância que se vem atribuindo à questão do desenvolvimento 2030 e o desenvolvimento sustentável. Temos a declaração do atual Secretário-Geral da ONU, Dr. António Guterres, que disse que a Agenda 2030 adotada pelos líderes mundiais, é um projeto para tornar o nosso mundo mais igualitário, sustentável e habitável; para implementar este plano e os seus 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, precisamos de ampliar o círculo de ação para incluir governos, organizações bilaterais internacionais, e instituições financeiras internacionais. As parcerias com a sociedade civil, os empresários e outros, são cruciais para o seu sucesso.

Dizia Ban Ki Moon, na altura da adoção destes objetivos de desenvolvimento sustentável, que é uma agenda para as pessoas, para acabar com a pobreza em todas as suas formas, é uma agenda de prosperidade partilhada, quase parceria, que transmite a urgência da ação do clima, está enraizada na igualdade de género e no

respeito dos direitos de todos e, acima de tudo, promete não deixar ninguém para trás. Este é um dos grandes desafios desta agenda, não deixar ninguém para trás. Dizia Ban Ki Moon, para concluir, que o verdadeiro teste do compromisso com a

***Agenda 2030
adotada pelos líderes
mundiais é um projeto
para tornar o nosso
mundo mais igualitário,
sustentável e habitável***

Agenda 2030 será a sua implementação, precisamos de ação de todos, em toda a parte. Os 17 objetivos são o nosso guia, são uma lista de coisas a fazer para as pessoas e o planeta, e um plano para o sucesso. Na mesma linha de pensamento está o Presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, que dizia que erradicar a pobreza extrema até 2030 e promover a prosperidade compartilhada, são os nossos objetivos e continuamos comprometidos com ele. Ao mesmo tempo, podemos ter uma visão

mais ampla da pobreza em diferentes níveis e dimensões ao redor do mundo. Isto testemunha a importância que os líderes mundiais atribuem à questão do desenvolvimento sustentável.

Os Estados-membros da CPLP reafirmaram o seu compromisso em prol do desenvolvimento sustentável e, com o fito de garantir o cumprimento dos compromissos assumidos, têm envidado esforços visando a organização e promoção no seu espaço de vários eventos para compartilhar estratégias rumo à implementação dos ODS. Quando falamos sobre os ODS, levanta-se sobretudo a questão do desafio de não deixar ninguém para trás, que só será bem sucedido com o conhecimento real da situação das pessoas, sabendo quantas são e onde se encontram, para que a atenção seja centrada nas pessoas.

No relatório de Portugal, apresentado em junho de 2017, os seus coordenadores, Luís Cabaço *et al*, dizia-se a dada altura, se queremos cumprir o compromisso de não deixar ninguém para trás, precisamos de aperfeiçoar os sistemas de contagem, para saber quem está a ficar fora do progresso e porquê. As certidões de nascimento significam que os governos sabem dos seus cidadãos, onde existem, quando nascem e quando morrem; sem um registo civil funcional, nem sistemas estatísticos vitais, as pessoas que são deixadas para trás permanecem invisíveis. De facto, se o objetivo é o desafio de não deixar ninguém para trás, é necessário que se dê importância ao controlo, à necessidade dos dados estatísticos de monitorização que esta ação exige. Na base desses indicadores, e como já foi dito esta manhã, a população na CPLP ronda os 281 milhões de habitantes, representando 3,7% da população mundial. A população com menos de 15 anos representa 40%, sendo em grande parte oriunda dos países africanos e de Timor-Leste. Portanto, é uma população muito jovem, com grandes desafios pela frente, a nível da educação, da saúde, da formação, do emprego.

Trouxemos um quadro com os indicadores socioeconómicos dos países da CPLP, não vamos deter-nos na análise deste quadro dada a pressão do tempo, mas queríamos chamar a atenção para a questão da taxa bruta de natalidade que, nos países africanos, é ainda muito grande, com a agravante, sobretudo, das jovens raparigas, e aqui não podemos trazer tantos dados. A questão da gravidez na adolescência



nos nossos países africanos começa a ser um problema, já começa a ser um flagelo. Temos crianças com menos de 15 anos a dar à luz, a ser mães, ou seja, “criança parindo criança”, como dizemos lá na terra, e essas crianças muitas vezes fogem ao controlo estatístico, porque são partos muitas vezes fora dos estabelecimentos hospitalares e sobre os quais ninguém tem controlo. Como cumprir o desafio de não deixar ninguém para trás se não se conseguir fazer esse apanhado, e são muitos desses países, e é isso que vemos na pirâmide etária, tem uma base muito alargada, o que é algo que nos preocupa.

Estamos num fórum de economistas, os números falam por si, é necessário que nos preocupemos com isso. Outra questão se levanta, também há países que têm um índice sintético de fecundidade muito baixo, é o caso de Portugal e do Brasil, onde se coloca a questão do envelhecimento da população, da necessidade de se rejuvenescer a população. Perante esta situação, como eu dizia, e os números falam por si, é necessário que comecemos a dar alguma atenção a este problema. De acordo com as projeções da ONU, até 2030, a população mundial rondará os 8,6 biliões de habitantes, representando um aumento na ordem de 1 bilião de pessoas em 13 anos, sendo que a população da CPLP será de 392 milhões e representará 4% do total da população mundial. São cifras que temos que analisar e definir, que futuro? Estamos a falar hoje, hoje é o Dia de África, julgo que temos que começar a

pensar no que foi o passado de África, o seu presente e o que poderá ser o seu futuro se não começarmos desde agora a dar a atenção devida ao fenómeno demográfico.

Tenho também alguns dados do Banco Mundial, muito recentes, que diz que uma em cada 10 pessoas, ou seja, 767 milhões de pessoas, sobrevivem com menos de 1,90 dólares por dia. A pobreza entre trabalhadores é mais comum entre os jovens de 15 a 24 anos, e a região da África subsariana concentra mais pessoas em situação de pobreza extrema do que o resto do mundo; e referem-se à questão dos nascimentos, os nascimentos de cerca de 1/4 das crianças com menos de 5 anos ainda não estão registados. Como é que nós iremos fazer a cobertura deste processo para não deixar ninguém para trás e combatermos a pobreza? A CPLP tem uma grande oportunidade. É uma comunidade que tem todos os seus membros integrados num grupo regional, vemos aqui, Portugal está na União Europeia, os PALOP e a Guiné-Equatorial estão na União Africana, a Guiné-Bissau na UEMOA, Cabo Verde na CEDEAO, Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné-Equatorial na CEEAC, o Brasil no Mercosul, Angola e Moçambique na SADC, Timor-Leste na ASEAN. Isto é um valor acrescentado e uma excelente oportunidade para estabelecer uma rede de interesses de parcerias para atingir os objetivos estratégicos da CPLP na implementação da Agenda 2030 e tornar-se um ator relevante na arena internacional. É necessário que se aproveite mais a presença dos Estados-membros nesses grupos regionais. Quatro anos parece tempo insuficiente para se medir o impacto da agenda na vida das pessoas. Entretanto, os dados disponíveis demonstram os esforços que têm sido feitos quer pela comunidade quer pelos seus países membros para a implementação dessa agenda, mostrando toda a vontade política em implementar a agenda.

Temos um quadro que mostra as ações levadas a cabo na CPLP no âmbito da agenda. A 11.^a conferência realizada em Brasília, onde se apostou em reforçar a cooperação dentro da Organização, para cumprir a agenda, reforçar as capacidades estatísticas de cada país e organizar ações que contribuíssem para o cumprimento dos ODS; foram realizados vários workshops, Portugal acolheu o workshop sobre estatística, e muitos outros. A reunião dos ministros da Cultura, que foi a primeira reunião inspirada na agenda, e depois desta reunião várias se sucederam, em Brasília. São Tomé e Príncipe acolheu a 7.^a Conferência dos Institutos Nacionais de Estatística da CPLP.

Temos, portanto, a conferência dos ministros da Justiça, a reunião dos ministros da CPLP, do Conselho de Ministros da CPLP, tudo isso demonstrando ações que têm sido levadas a cabo pela CPLP visando a implementação da agenda. Os Estados-membros também têm feito um grande esforço na implementação desta agenda. Angola dispõe de informação necessária para reportar 98 indicadores de desenvolvimento sustentável, portanto, Angola tem uma linha de base da Agenda 2030 que foi apresentada pelo Instituto Nacional de Estatística, que vem implementando esta agenda. O Brasil apresentou o seu relatório nacional sobre os ODS, onde fala de várias ações que já foram implementadas neste domínio. Cabo Verde tem o relatório apresentado na sede das Nações Unidas em julho de 2018 e tem um plano estratégico de desenvolvimento sustentável apresentado em setembro 2018, de acordo com os dados disponíveis. A Guiné-Bissau fez uma consulta nacional para fazer a análise dos ecossistemas, portanto, virá também a questão do mapeamento

e dos indicadores ODS. A Guiné Equatorial acolheu a semana da CPLP e reforçou a cooperação com a CPLP no âmbito da Agenda 2030. Portugal apresentou o seu relatório num fórum político de alto nível em junho de 2017, onde abordou várias questões que se prendem com as ações implementadas por este país; para além disto, acolheu também, dentre outras, um workshop dedicado à coordenação para implementação da agenda. São Tomé e Príncipe apresentou um relatório sobre a agenda de transformação no horizonte 2030 em maio de 2017, e acolheu a 7.^a conferência de estatística da CPLP. Timor-Leste acolheu a conferência global sobre a Agenda 2030 e aprovou também o seu plano estratégico de desenvolvimento para o período 2011–2030.

Há uma área que é transversal, que temos que continuar a bater-nos por ela, que é a questão da igualdade de género e, sobretudo, a situação das mulheres e das crianças, que continua a ser bastante preocupante nos nossos países. Temos ainda um longo caminho a percorrer, mas é necessário que se dê a devida atenção à questão da igualdade de género. É

*Há uma área
que é transversal, que
temos que continuar
a bater-nos por ela, que
é a questão da igualdade
de género e, sobretudo,
a situação das mulheres
e das crianças*

uma área transversal, está nos objetivos de desenvolvimento sustentável, o objetivo 5.º

Rapidamente, para falar de São Tomé e Príncipe. O país não conseguiu, até ao final de 2015, atingir os ODM na sua totalidade, cumpriu apenas alguns dos objetivos propostos: o ensino primário universal, a promoção de igualdade de género, a capacitação das mulheres e a melhoria a nível da saúde.

Os dados demonstram isso: em São Tomé e Príncipe a taxa líquida do ensino primário passou de 80%, em 1990, para 98%, em 2015, a taxa de mortalidade infantil passou de 151 para 76, o que mostra esforço que tem sido feito; quanto à malária cumpriu-se o objetivo e, em 2015, não houve qualquer caso de morte por malária. Em termos de igualdade de género, São Tomé e Príncipe está na posição 115 entre 187 países em 2014.

Em termos de conclusão, a CPLP tem envidado esforços para implementar estas ações e queria chamar a atenção também sobre a questão dos países que enfrentam desafios, temos os países mais vulneráveis, em particular, os países africanos membros da CPLP, os estados insulares que precisam de uma assistência para implementar esta agenda. No debate sobre a CPLP, alguns dizem que o futuro da CPLP tem que ser repensado, temos que analisar e só terá futuro se crescer, se alargar, se expandir, e incluir todos os estados interessados; promover a integração dos jovens, empresários, de ONG, dos imigrantes, reconhecendo o papel da diáspora lusófona, para que se possa, de facto, tirar partido da Língua Portuguesa e, portanto, cumprir com o objetivo de não deixar ninguém para trás. É tudo quanto queremos dizer.

Muito obrigada pela vossa atenção.



■ Regina Salvador

Licenciada e Mestre em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (UCP) e Doutorada em Geografia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e em Economia pela London School of Economics. É assistente na UCP. É funcionária da Comissão Europeia (Bruxelas) e membro do Comité Económico e Social da UE (Bruxelas) e da EFTA (Genève). É também Professora Catedrática da NOVA FCSH, onde leciona “Economia Marítima da UE”, “Política Marítima Integrada” e “Teorias e Políticas de Desenvolvimento”, e titular da Cátedra Jean Monnet em “Política Marítima Integrada da União Europeia e Crescimento Azul”. Participa no processo regular da ONU sobre “*Global Reporting and Assessment of the State of the Marine Environment including the socio-economic aspects*”. Autora e coautora de vários artigos científicos.



A actual Zona Económica Exclusiva (ZEE) da CPLP tem uma extensão de cerca de 8 milhões de quilómetros quadrados, o que significa que é já hoje a quarta maior ZEE do mundo. Como é sabido, decorrem no âmbito das Nações Unidas negociações com vista ao alargamento das plataformas continentais dos países costeiros.

Embora as negociações com alguns dos países membros da CPLP estejam mais atrasadas, pode já avançar-se com alguns dados (ver Mapa):

- No conjunto, as futuras áreas marítimas de Portugal e de Cabo Verde representarão cerca de metade do Atlântico Norte.
- No caso do Atlântico Sul, as futuras ZEE de Angola e do Brasil deverão unir-se, fazendo fronteira ao longo de várias centenas de milhas náuticas.
- No caso de Portugal, a extensão da plataforma continental sob jurisdição nacional será de cerca de 4 milhões de km², sensivelmente igual à área terrestre de toda a União Europeia.

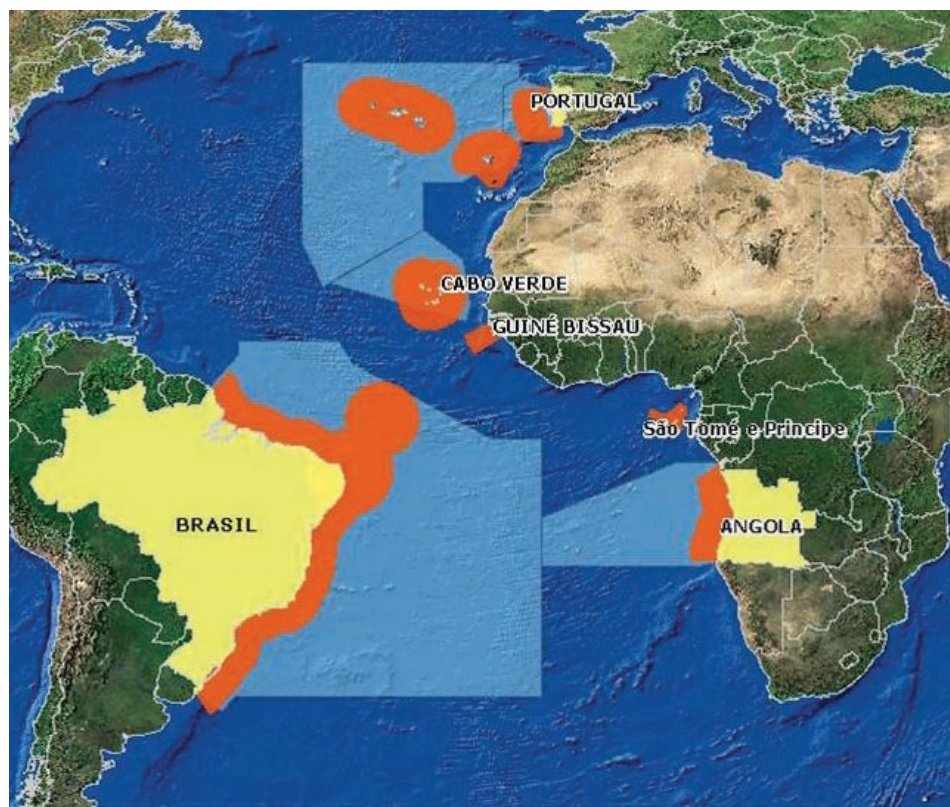
Este alargamento das plataformas continentais - a *“última grande mudança do Mapa-Mundi”* – representa uma oportunidade única para os países da CPLP em geral e para as cidades de língua oficial portuguesa, em particular.

Antes de mais, o Mar é claramente um elemento identitário dos países membros da CPLP, com três deles - Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – arquipelágicos. E, no que respeita aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), praticamente todos eles se podem relacionar com os setores marítimos, como tentaremos demonstrar de seguida.

Segundo a OCDE, a facturação da economia marítima mundial deverá duplicar nos próximos 15 anos (precisamente até 2030): dos actuais 1 500 mil milhões de euros deverá passar para 3 mil milhões de euros (ODS 8).

Por outro lado, segundo as previsões internacionais, em 2050, a população mundial deverá ser de 10 mil milhões de pessoas. As necessidades alimentares indiciam que a aquacultura (cuja produção mundial ultrapassa já a da pesca), a exploração pesqueira sustentável e de outros recursos (algas, ex.) terão um enorme potencial de crescimento (ODS 2 e 12).

O setor de “Transportes marítimos, Portos e Logística” é um outro setor vital na cooperação e desenvolvimento dos países da CPLP, permitindo uma crescente



MAPA- As actuais ZEE dos países-membros da CPLP e o expectável alargamento da ONU
Fonte: ONU.

integração entre eles, bem como a geração de importantes efeitos multiplicadores noutros setores económicos (ODS 1,8,9 e 17).

Mas não acabam aqui as potencialidades do Mar da CPLP. Refiram-se o petróleo, (a CPLP, em conjunto, produz mais petróleo do que a Arábia Saudita, o maior produtor mundial), o gás, as energias alternativas offshore, a biotecnologia azul ou os recursos minerais dos fundos dos oceanos (ODS 1,7, 8 e 9).

E as cidades de língua portuguesa, em particular as cidades portuárias, serão determinantes, uma vez que 90% do comércio mundial é feito por via marítima, como também as cadeias de valor mundiais (ODS 11).

Lembre-se que das 20 cidades mais fortes do mundo em termos económicos, 14 são cidades portuárias e 36 das 50 mais competitivas também o são.

Segundo Merck (2010) e Kamienski (2016), a criação de *clusters* em áreas estratégicas, ou seja, a ligação entre portos e cidades e com o *hinterland* respetivo, têm grandes potencialidades de crescimento. Hoje em dia, a proximidade aos grandes mercados consumidores e às grandes rotas de transporte são fatores decisivos, em especial se aliados a trabalho especializado, centros universitários e de investigação e empresas de serviços (ODS 1, 4, 8, 9, 11).

As *Smart Port Cities* (cidades portuárias inteligentes) são, pois, complexos urbano-portuários, em que as questões da digitalização, do ambiente, da mobilidade e dos centros logísticos ocupam uma posição muito importante.

Clusters em áreas estratégicas, ligando não só cidades e portos, mas também os respetivos *hinterlands*, têm, pois, grande potencial de investimento internacional.

Por outro lado, temos toda a questão da regeneração urbana e do património (ODS 1, 8, 5), que podem dinamizar o turismo, as indústrias culturais ou o comércio tradicional (vejam-se, entre outros, os exemplos de Lisboa e da ilha de Moçambique).

Mas o aumento da população urbana cria também problemas ambientais, sociais, de transportes. As cidades, que tendem a ser cada vez maiores, têm que ser crescentemente resilientes face às alterações climáticas e a eventos extremos. Estes (e outros) problemas podem resolver-se mais eficazmente em cooperação (ODS 17). Tal estratégia de cooperação está aliás na tradição que uniu os países-membros da CPLP, ao longo dos séculos.

Por exemplo, a partir de certa altura, o Rio de Janeiro, tornou-se a cidade onde se construía a maior parte dos navios, dada a abundância de madeira no território. Em quase todas as rotas marítimas entre os atuais países da CPLP (incluindo a famosa ‘Rota da Índia’), a maioria dos navios era construída no Rio de Janeiro.

Vários autores, como sabemos, falam da “Primeira Aldeia Global” referindo-se precisamente à ligação entre as várias cidades da CPLP, uma espécie das atuais “Cidades Globais” (na lógica da urbanista e professora do MIT, Saskia Sassen), mas nos séculos XVI e seguintes.

Lembre-se ainda que o português é, e vai continuar a ser, até ao final deste século, a quinta língua mais falada no mundo, a terceira no Hemisfério Ocidental e a primeira no Hemisfério Sul. Portanto, há aqui, para além de laços que são centenários, evidente potencial de cooperação e integração futuras.

Talvez a melhor forma de cumprirmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável seja ligar as cidades da CPLP através dos seus setores marítimos (que incluem as indústrias culturais e as indústrias criativas). Tal significa a criação de uma rede transnacional de cidades marítimas inteligentes (ODS 11), com programas de intercâmbio e cooperação em várias áreas, desde a económica (*clusters* que deverão trabalhar em conjunto, ainda que especializados em diferentes actividades, como a pesca ou a construção naval, por exemplo), à energética (petróleo, gás, energia

O Mar é claramente um elemento identitário dos países membros da CPLP



offshore), mas também passando pelo ensino e investigação (ligação entre universidades, troca de professores e de alunos, por exemplo) ou por tornar as cidades mais resilientes face às alterações climáticas e à subida do nível dos oceanos (ODS 11, 13, 15), estimulando as ligações entre municípios, autoridades portuárias, universidades (ODS 4).

Muito obrigada pela vossa atenção!

BIBLIOGRAFIA

De Langen (2007), 'Port Competition and Selection in Contestable Hinterlands; the case of Austria', *European Journal of Transport and Infrastructure Research*, 7, 1-14.

Fusco, L. (2013), 'Toward a smart sustainable development of port cities areas: the role of the "Historic Urban Landscape" approach', *Sustainability*, v. 5, n. 10, p. 4329-4348.

Merck, O., Ducruet, C., Dubarle, P., Haezendonck, E. & Dooms, M. (2011), 'The Competitiveness of Global Port-Cities: The Case of the Seine Axis (Le Havre, Rouen, Paris, Caen), France', *OECD Regional Development Working Papers*, 2011/07, OECD Publishing.

OECD (2011), 'Environmental Impacts of International Shipping; the Role of Ports', Paris.

Veenboer, D.P. (2014), 'The port-city relationship. The success of urban maritime ports', MA Thesis on Urban port and transport economics, University of Rotterdam.



■ Vitor Manuel da Silva Santos

Nasceu em junho de 1955, em Luanda, Angola. Professor Catedrático de Economia da Universidade de Lisboa. Agregação em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa. Doutoramento em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa. Foi presidente do Conselho de Administração da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos); Vogal do Conselho de Administração da ERSE; Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia do XIV Governo Constitucional; Secretário de Estado da Indústria e Energia do XIV Governo Constitucional; Vice-Presidente do IAPMEI; Presidente da Comissão Euro-Empresas do Ministério da Economia; Diretor Geral do Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica (GEPE) do Ministério da Economia; Membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável; Consultor em diferentes matérias, com destaque para a avaliação de programas comunitários (Indústria, Energia e Ambiente). Tem publicado livros e artigos, nomeadamente em temáticas relacionadas com a microeconomia aplicada. Foi condecorado com o grau Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique pelo Presidente Jorge Sampaio, em junho de 2005.



Gostava de começar por agradecer ao Dr. Vítor Ramalho o convite para estar aqui presente hoje. É com o maior prazer que o faço, é um grande privilégio estar aqui convosco.

Relativamente ao tema que vou abordar, basicamente, tem a ver com o impacto dos dividendos resultantes da digitalização, os benefícios daí resultantes, sobre o cumprimento dos ODS, em geral sobre os países em vias de desenvolvimento e, em particular, sobre os países da CPLP.

A internet contribuiu para mudar o modo de vida de muitos cidadãos dos países emergentes e, por isso mesmo, tem reflexos nos ODS. A Índia proporcionou uma identificação digital a 1000 milhões de cidadãos em cinco anos através da criação da Aadhaar. A China tornou possível, através do site de comércio electrónico da Alibaba, o acesso de 8 milhões de empresários a uma plataforma que exporta para 190 países. O M-Pesa, um serviço financeiro móvel criado em 2007, no Quénia, pela Vodafone, oferece serviços a 30 milhões de clientes ativos em 10 países diferentes, incluindo Moçambique, e dispõe de uma rede de cerca de 300.000 agentes. Um inquérito promovido em outubro de 2014 pela On Device Research concluiu que cerca de 70% de cidadãos da África Subsariana consideravam que a internet tinha contribuído muito significativamente para a melhoria da sua qualidade de vida.

*A digitalização
influencia o processo de
crescimento económico
em múltiplas vertentes.*

A digitalização influencia o processo de crescimento económico em múltiplas vertentes. Por um lado, é uma infraestrutura cada vez com mais relevância, contribuindo assim para o aumento da produtividade e do crescimento económico. Por outro lado, as tecnologias digitais estimulam a emergência de novos serviços, criam as condições para o desenvolvimento do comércio eletrónico, promovem a interação entre as populações residentes em áreas remotas e os mercados. Acresce que as novas tecnologias da comunicação estimulam o acesso aos serviços sociais, tornam mais abrangente o acesso à educação e à saúde, criam plataformas para a inovação, promovem as liber-



dades individuais e o acesso aos serviços públicos e, finalmente mas não menos importante, permitem a socialização com a comunidade e o acesso à mais pura diversão.

A intuição diz-nos que as infraestruturas são muito relevantes na promoção do crescimento económico, e eu diria que os resultados que se obtiveram a partir dos estudos empíricos realizados confirmam essa intuição.

Os investimentos em infraestruturas em África contribuíram para um crescimento de 1% do PIB. Em comparação, o efeito conjunto das políticas de estabilização macroeconómica e das políticas estruturais apenas se refletiram num incremento de 0,8%. Estes resultados mostram bem o papel impulsionador dos investimentos em infraestruturas. O contributo expressivo das infraestruturas para o crescimento económico dos países africanos deve-se sobretudo aos investimentos nas telecomunicações. Pelo contrário, as deficientes infraestruturas energéticas têm um contributo negativo para o crescimento de - 0,11%.

Mas existem também algumas preocupações em relação aos impactos das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

Ao contrário das expectativas iniciais, a digitalização parece estar a ser um fator indutor de divergência, contribuindo assim para dificultar o “catching-up” entre países emergentes e países desenvolvidos. De acordo com estimativas do Banco Mundial, o investimento em TIC determinou cerca de um quinto do crescimento global no período 1995-2014. Contudo, os efeitos foram muito mais expressivos nos países desenvolvidos: o impacto médio global nas TIC foi de 27% para os países desenvolvidos e 14% para os países da África Subsaariana.

O que é que isto significa? Significa que tudo o resto permanecendo constante, a digitalização pode contribuir para a divergência entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, ou seja, pode aumentar o fosso entre esses dois grupos de países. Acabámos de analisar os impactos da digitalização considerando dois subgrupos de países para podermos assim comparar as trajetórias protagonizadas pelos diferentes países; e agora podemos “olhar para dentro” de cada país para procurar analisar os efeitos da digitalização no seio de cada país e, tal como iremos verificar, essa análise é muito relevante no contexto dos países africanos. Analisando resultados médios registados em África, podemos constatar que há quatro indicadores que exibem *gaps* resultantes da digitalização: o nível de rendimentos, a faixa etária, as diferenciações entre as áreas rurais e as áreas urbanas e o hiato digital em termos de género. Desta análise retira-se uma conclusão mais ou menos esperada: em termos de adoção digital, há uma discriminação negativa dos pobres, dos mais idosos, dos adultos residentes em áreas rurais e das mulheres. Estas conclusões sugerem que, nos países em desenvolvimento, os efeitos da digitalização parecem atuar no sentido de agravar as assimetrias preexistentes e daqui podem retirar-se ilações, em termos de promoção de políticas públicas, que são as seguintes: as políticas públicas horizontais podem não ser muito eficazes e porventura tem que se pensar, alternativamente, em políticas focadas na minimização destes quatro *gaps* que foram aqui identificados.

Gostava ainda de acrescentar que há duas dimensões importantes quando se procura perceber as razões que determinam o grau de adoção digital, que são o rendimento disponível e o custo do acesso às tecnologias.



Se assumirmos que a internet apenas é acessível se o seu custo total for menor que 5% do rendimento anual de cada indivíduo – hipótese assumida pela Broadband Commission em 2014 – cerca de 1700 milhões de pessoas (a nível global) não têm condições para disporem de um nível de rendimento que lhes permita aceder à internet fixa e 2,6 biliões não podem comportar a Internet móvel.

Os preços da internet na África Subsaariana são muito elevados quando comparados com a média global. O Relatório da Broadband Commission de 2014 compara o ranking mundial dos preços de acesso à Internet verificando que 8 dos 10 países pior posicionados são da África Subsaariana. A maior parte dos países da África Subsaariana têm ainda velocidades de acesso muito baixas quando comparadas com a média global mas a evolução tem sido muito positiva, nomeadamente nas áreas urbanas.

A evidência empírica sobre os países da CPLP permite concluir o seguinte: existem fortes assimetrias entre os países da CPLP em relação à adoção de tecnologias digitais; os governos, a par das empresas, parecem exercer uma ação de liderança na adoção digital; os hiatos na adoção digital são mais acentuados em relação às pessoas do que às empresas e governos; Portugal e o Brasil podem ter um papel mais pro-ativo na partilha das boas práticas em benefício da CPLP, potenciando os efeitos demonstradores que resultam do seu elevado grau de utilização das tecnologias digitais.

No último slide apresentamos recomendações de política pública em três dimensões distintas. A primeira é uma dimensão estritamente institucional em que se sublinha a necessidade de, por um lado, dotar os reguladores dos países da CPLP de recursos técnicos que lhes permitam ser mais eficazes e mais eficientes na prossegu-

ção dos seus objetivos estratégicos e, por outro lado, reforçar os poderes regulatórios dessas instituições. A par do reforço dos poderes regulatórios, assegurar também um reforço da sua autonomia, da sua independência, e até consagrar nos seus estatutos, explicitamente, que o foco deve estar basicamente na promoção da concorrência e, naturalmente, para que tal aconteça, na eliminação das barreiras à entrada. No fundo, a questão central é promover a entrada de novos operadores em muitos dos países da África Subsariana e também da CPLP.

Como é bem sabido, uma regulação setorial eficaz e eficiente conjugada com a promoção da concorrência, propicia preços mais baixos, aumento da velocidade de acesso e melhoria da qualidade do serviço.

Um outro tema muito importante é a governação eletrónica, que tem basicamente dois efeitos: por um lado, a melhoria da qualidade dos serviços públicos e os efeitos demonstradores que o Estado pode ter nesta sua dimensão de intervenção sobre as pessoas e sobre as empresas. Nesta matéria, algumas áreas de intervenção prioritárias são a identidade digital, a telemedicina, o ensino à distância, a inclusão financeira e a digitalização da agricultura ou, se quiserem, da assistência técnica à agricultura e às PME.

A terceira dimensão das políticas públicas deve estar focada na valorização das competências digitais, e aqui é importante ter em consideração duas dimensões de intervenção muito importantes: por um lado, naturalmente, a educação, a formação e sensibilização, a disponibilização e a partilha de informação sobre as tecnologias digitais e, por outro lado, ter a perspetiva de que, hoje em dia, o papel dos decisores públicos, continua a ser, naturalmente, criar empregos e procurar compatibilizar a oferta de qualificações por parte do sistema formal de ensino e as necessidades do tecido económico, mas o seu papel vai cada vez mais para além disso. No fundo, é preciso apostar num sistema de educação e de formação que estimule a aptidão para a mudança.

Muito obrigado.

*é preciso apostar
num sistema
de educação
e de formação que
estimule a aptidão
para a mudança.*



**Intervenção do
Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Dr. Fernando Medina**





Fernando Medina Maciel Almeida Correia

Nasceu em 1973, no Porto, Portugal. É licenciado em Economia pela Universidade do Porto e Mestre em Sociologia Económica pelo ISEG, com uma tese sobre a globalização económica numa perspetiva histórica. Foi assessor do INOFOR durante os anos de 1998 e 2000, membro do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, entre 1999 e 2002, assessor do Primeiro-Ministro para as áreas da Educação, Ciência e Tecnologia, entre 2000 e 2002, e assessor do Presidente da Comissão Executiva da Agência Portuguesa para o Investimento. Durante os XVII e XVIII Governos Constitucionais foi, respetivamente, Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional e Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia. Em 2011 foi cabeça de lista do Partido Socialista e eleito deputado à Assembleia da República pelo círculo de Viana do Castelo, mandato que exerceu até ter sido eleito, nas últimas eleições autárquicas, vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com os Pelouros das Finanças, Recursos Humanos e Turismo. Atualmente é presidente da Câmara Municipal de Lisboa.



Bom dia a todos. Queria dar-vos as boas vindas à cidade de Lisboa.

Quero saudar em particular a UCCLA e a Ordem dos Economistas pela iniciativa deste 1.º Encontro dos Economistas de Língua Portuguesa.

Acho que foi uma extraordinária ideia, um passo muito significativo no aprofundamento do nosso trabalho na UCCLA numa área que terá certamente um impacto muito importante do ponto de vista do desenvolvimento prático e concreto das nossas relações.

Quero saudar e esperar que todos os que vieram de fora – e são muitos os rostos que aqui vejo que vieram de fora de Portugal, alguns para se juntarem à Assembleia-Geral da UCCLA, outros nem tanto –, possam aproveitar a cidade de Lisboa e este tempo magnífico.

Permitam-me que abuse um pouco, em 3 minutos, deste palco e que abuse também do meu chapéu de economista – com quotas em atraso na Ordem, por razões que eu posso defender com facilidade: não era obrigatória na época a inscrição na Ordem – e que partilhe um pouco o quadro de complexidades, de debate e também de decisão futura no quadro europeu e que sublinhe a partir daqui a enorme importância para Portugal de solidificar, densificar, ampliar e crescer o quadro das relações no âmbito dos países da CPLP.

A verdade é que a Europa, depois da crise de 2008, vive um verdadeiro momento de transição de regime monetário. Nós temos uma moeda única que, na sua aparência externa, para os seus operadores, é a mesma moeda única que dispúnhamos antes dos anos da crise, mas esta trouxe uma mudança de fundo. Até à emergência da crise financeira, vingava e dominava a tese de que tínhamos na moeda única um ativo sem risco, coberto por um banco soberano e que, nessa medida, não teríamos défices externos dentro dos países que a utilizavam. Lembro-me quando Portugal aderiu à moeda única, que isto foi alvo de um intenso debate entre os economistas portugueses, aliás, portugueses e também na Europa e a nível mundial: se a moeda única consistiria ou não uma salvaguarda face a crises de défices externos, coisa que, aliás, Portugal viveu duramente por duas vezes depois do 25 de Abril. A adesão à moeda única e os primeiros anos da moeda única criaram a convicção que, de facto, assim era. Por detrás desse primeiro nascer de um ativo que teve um extraordinário



efeito, além do efeito simbólico e político ao nível do processo de integração, também o teve do ponto de vista económico com a forte diminuição das taxas de juro, em particular no caso dos países mais periféricos da União Europeia e nos países com mais necessidade de investimento para o seu desenvolvimento. Mas a verdade é que, por trás deste processo, a construção da moeda única fazia acumular défices externos que, toda a doutrina, depois da moeda única em curso, demonstrava que não eram défices relevantes do ponto de vista do seu potencial risco económico.

Aliás, foi muito interessante um papel do FMI no início dos anos 2006, em que lhe é perguntado, numa análise sobre os défices externos da Grécia, se isso seria um motivo de preocupação no caso da moeda única e se, sendo motivo de preocupação, havia alguma coisa a fazer dentro do quadro de uma moeda única. E a conclusão do próprio Fundo Monetário Internacional, nesse momento, é que, não só não era um problema, porque estávamos dentro de um quadro de moeda única e, por isso não há défices externos entre economias que partilham a mesma moeda, e mesmo que isso fosse um problema, não havia forma de o resolver pois a moeda única obriga a uma liberdade total da circulação de capitais dentro dos países que a integram.

A verdade é que a crise mudou este regime, ou melhor, os políticos mudaram o regime a meio da crise, quando, numa cimeira em Deauville, a chanceler alemã e o presidente francês, na altura, Sarkozy, anunciaram que, de facto, não haveria uma cobertura integral da moeda única face às dívidas dos vários Estados e que, no fundo, cada um era responsável pelo conjunto da sua dívida. Ora, vários países foram apanhados em contrapé e começámos a assistir a uma grande divergência das taxas de juro dentro do quadro dos nossos países, situação que se tornou particularmente dura e complexa, para países como Portugal, com uma elevada dívida externa, e para países como a Irlanda, com uma dívida externa total do país, ou para países

como a Grécia, como a Itália, entre outros. Seguiu-se uma aplicação de programas de ajustamento que tiveram um fortíssimo impacto político, e o que ainda hoje vemos surgir na Europa, do ponto de vista político, deve muito de reação ao que foi uma manifestação de individualismo, de um certo nacionalismo em período de crise que ditou a formatação dos programas como hoje o conhecemos. Na fase seguinte da crise tivemos a intervenção do Banco Central Europeu, com um aumento enorme de liquidez nos mercados, com um programa de aquisição de dívida, com um programa de abertura completa dos mercados que, de facto, estabilizando e fazendo reduzir de novo as taxas, é hoje responsável por um volume de liquidez no mercado que causa, o que é normal nestes momentos, grande inflação de preços de ativos, seja nas bolsas de valores, seja no imobiliário, mas que tem estabilizado e permitido a vida dos Estados soberanos.

Mas aquilo para o qual eu queria chamar a atenção é que a questão central sobre o regime monetário e o funcionamento da união económica e monetária é algo que não está resolvido, mais de 10 anos passados sobre o deflagrar da crise financeira. E esta é a questão de fundo, se vamos ter uma moeda única capaz de ser um ativo sem risco, coberto por um banco de uma organização soberana, ou se, pelo contrário, teremos um sistema débil, frágil, em que há um banco que tem capacidade de emissão soberana para alguns, mas nos quais as partes não têm autonomia para ditar essa emissão soberana, mas têm que lidar só por si com as dívidas e a dívida externa que é gerada nos seus territórios. Eu chamo isto à colação, e não vos tomarei mais do que 2 minutos, para vos dizer da importância, da complexidade do quadro do debate a nível europeu e que nos vai certamente marcar e ocupar nos próximos anos.

Hoje, o que vivemos na Europa de conjugação dos efeitos da crise económica e financeira que ainda não estão debelados, com as dificuldades e a complexidade trazida pelos fluxos migratórios, quer de refugiados, quer fluxos migratórios, uns relativamente a fenómenos de alterações climáticas, outros, maioritários, relativamente a situações de guerra, colocaram um quadro político de enorme complexidade que se agravou ainda mais com as eleições nos Estados Unidos e quando houve uma legitimação política de determinados movimentos de índole nacionalista que hoje, pelo menos, o que podemos dizer, é que estão a sair do armário sem grande vergonha e assumindo posições com visibilidade. Por isso, o grande debate que vamos ter na Europa e, no fundo, o grande confronto que vai haver na Europa, e as eleições europeias deste fim de semana vão ser um ponto de grande importância, é precisamente este: é se vamos ser capazes, nos próximos 5 anos, no próximo quadro do mandato europeu, se vamos ou não ser capazes de “arranjar” o regime da união económica e monetária, para que consigamos ter um ativo sem risco que assegure a estabilidade dos estados soberanos, mas também que sejamos capazes de construir em conjunto os instrumentos que assegurem os processos de convergência.

Sabemos que as expectativas que tínhamos sobre a moeda única, que esta, só por si, assegurasse a convergência pelas baixas taxas de juro, não resultou e não foi assim. Essa baixa taxa de juro em todos os países teve uma forte injeção para os mercados imobiliários da construção e não tanto, nem sobretudo, para o reforço das capacidades produtivas dos países. Os ritmos são diferentes, as estruturas pro-

ativas são diferentes, é mais lenta a adaptação, mas a verdade é que sabemos que um sistema político que não esteja coberto numa frente económica por uma moeda soberana é um sistema político que vive permanentemente numa tensão de desagregação de onde surgem, de onde nascem, de onde se alimentam os movimentos nacionalistas e os movimentos que pretendem, no fundo, a fragilização e debilitação do projeto europeu.

Este é, pois, o quadro, e desculpem ter-vos tomado tanto tempo, mas sublinhei isto só nesta plateia, não posso dizer estas coisas noutras plateias, por uma razão simples. É que este é o debate verdadeiramente estrutural que vamos ter do ponto de vista político nos próximos anos na Europa, é se vamos ou não ser capazes de “consertar” a união económica e monetária. E desta resposta vai decorrer muita coisa, porque temos muitos problemas noutras áreas, muitas dimensões, mas o problema político, que é o mais visível, decorre deste problema básico, o instrumento que temos hoje é um instrumento que precisa de ser “consertado”, porque ele só por si não está a funcionar. Isto no fundo é o que se vai começar a jogar nestas

*este é o debate
verdadeiramente
estrutural que vamos ter
do ponto de vista político
nos próximos anos na
Europa, é se vamos
ou não ser capazes de
“consertar” a União
económica e monetária*

eleições do Parlamento Europeu, ou seja, se vamos por um lado assistir ao aumento das forças de âmbito nacionalista e anti-projeto europeu, embora com enormes divergências e conflitualidade entre elas e contradições, porque, se todos se parecem juntar no mesmo comício para uma proclamação nacionalista, a verdade é que, quando se desce um bocadinho o patamar, ninguém se entende com ninguém.

Quer dizer, se os nacionalistas italianos são anti-imigração, quando conversam, os seus maiores adversários são os nacionalistas austríacos e do grupo de Visegrado, que não querem imigrantes chegados a Itália. Se os partidos mais nacionalistas na Áustria defendem uma aproximação à Rússia, bom, os nacionalistas polacos nem querem ouvir falar desse assunto. Se os nacionalistas no norte da

Itália defendem “não mais contribuições para a Europa, diminuição do orçamento italiano”, bom, os populistas a sul dizem, mas isso é impossível, porque nós não sobrevivemos sem esse recurso e, por isso, esta tensão de interesses existe, mas a questão vai ser se o bloco progressista, se o bloco que defende o aprofundamento do projeto da construção europeia é capaz ou não, nos próximos anos, de resolver esta questão fundamental. Podemos preocupar-nos com muitas outras questões, temos que nos preocupar com muitas outras questões, mas se não resolvermos esta, estaremos só na dependência daquilo que é política monetária e da capacidade da política monetária ir escondendo ou, no fundo, ganhando tempo e não deixando tornar tão visível aquilo que é a tarefa pela frente, que é “consertar” a União económica e monetária depois da crise de 2008 e, fundamentalmente, depois do novo



regime que a cimeira de Deauville introduziu. Este é o quadro que nos vai ocupar com muita intensidade no debate a nível europeu, na luta a nível europeu que vai começar e vai ter um marco nas eleições de domingo.

Obviamente, a minha vontade é que o lado progressista ganhe força a nível da Europa, mas vai ser isto que vai ditar muito das nossas capacidades também de envolver-nos coletivamente noutras frentes e a própria capacidade da União Europeia de libertar-se destes problemas e ser capaz de olhar de outra forma, em particular para a relação com África, algo que dependerá da capacidade de se resolver esta questão.

Fui certamente muito longo, mas queria deixar uma palavra muito sincera de boas-vindas e não quis deixar de partilhar alguma da perplexidade, da complexidade com que vejo o tempo em que vivemos, porque o tempo que vivemos na Europa é também o tempo que vamos viver com os outros países, com as outras comunidades, com os outros povos, e só partilhando as nossos trabalhos conjuntos poderemos construir bases mais sólidas para o futuro.

Termino, renovando a saudação à UCCLA, ao Vítor Ramalho e a toda a sua equipa por esta iniciativa. Uma palavra muito especial à Ordem dos Economistas que também nos desafiou a fazer este projeto, um projeto que pode ter uma grande centralidade, porque se trata de uma área verdadeiramente nuclear da nossa vida coletiva, e a partilha da reflexão, do pensamento, do conhecimento dos atores e dos agentes que pensam em economia no espaço comum, é e será certamente da maior importância para todos.

Muito obrigado.











h30
Intervenção de S. Exa.
Presidente da República
e Portugal

1.º Fórum de
Economistas
Cidades de Língua Portuguesa

Lisboa, 25 de maio de 2019



S. Exa. o Presidente da República
de Portugal
Professor Doutor
Marcelo Rebelo de Sousa



Vitor Ramalho: Muito boa tarde mais uma vez. Queria dar as boas vindas a Sua Excelência o Senhor Presidente da República que nos honra com a sua presença num evento relevantíssimo, que tem a ver com a iniciativa da UCCLA e da Ordem dos Economistas e, dentro da Ordem dos Economistas, da Delegação Regional do Centro e Alentejo. Agradeço muito, mais uma vez, ao Senhor Presidente da República, estar aqui presente.

Ontem, num jantar que demos a personalidades que vieram dos Países de Língua Oficial Portuguesa, tive a oportunidade de invocar um facto real e a razão de ser desta iniciativa no Dia de África. Um velho militante anticolonialista, Alfredo Margarido, um dia, nos recônditos de Angola, já no início da Guerra Colonial, ia acompanhado de uma personalidade africana e, pelos destinos da vida, viu passar uma pessoa de origem europeia; virou-se para o seu amigo interlocutor e disse-lhe, “olha, vai ali um branco” e o amigo diz, “não, aquele nem é branco, nem estrangeiro, ele é nosso, porque é da nossa língua”. Isto é uma cena completamente real e, portanto, seria difícil nesta memória da história não a invocarmos ao celebrarmos o Dia de África com fraternidade com todos os povos e países de Língua Oficial Portuguesa. A resposta que demos foi convocar personalidades ilustríssimas de todos os nossos países, que nos deram lições, já da parte da manhã, demonstrativas do peso que a Língua Portuguesa e os povos de Língua Portuguesa têm no mundo. E tê-lo-ão cada vez mais se soubermos responder aos desafios da globalização e às exigências do futuro e deixarmos um legado para a juventude.

E para a juventude que devemos olhar, embora não haja futuro sem memória, e esta conjugação dos “mais velhos”, como os africanos dizem, e a experiência que têm, para a legarmos aos mais novos, é fundamental. Portanto, esta é a razão de ser deste encontro, que não pode ficar por aqui, nem ficará. Não é possível ficar por aqui.

Vamos criar uma associação de economistas, eu não sou, mas deram-me a honra de, excecionalmente, me integrar nessa associação. É uma honra muito grande e espero estar à altura dos desafios neste mundo incerto de relações económicas tão difíceis. Nós temos uma alma muito grande. Portugal e os países lusófonos têm, de facto, uma alma muito grande, assumindo-nos todos como cidadãos do mundo. Com essa alma criámos diásporas e relacionamentos invulgares. Quem melhor que o Senhor Presidente da República que, desde a primeira hora nos acarinhou, que tem, tal como eu, sinceramente, dois amores, Portugal e Moçambique e, no meu caso, Portugal e Angola (eu ontem dizia que tenho um terceiro, a Europa), para o entender. É muito difícil encontrar uma personalidade tão querida hoje do mundo lusófono, dos portugueses em particular, que não fosse ele, para estar aqui.

Estamos-lhe muito gratos, Senhor Presidente da República e vamos fazer tudo o que é possível para honrar esta mais-valia de que somos portadores à escala planetária e orgulhosos de termos uma das línguas mais faladas do mundo e seguramente, a primeira língua mais falada do Atlântico Sul. E portanto, temos que impor, porque é disso que se trata, impor à comunidade económica internacional e política o respeito, por aquilo que somos, mas temos que nos dar também cada vez mais ao respeito. Muito obrigado pela vossa presença, Senhor Presidente e muito obrigado pela presença de todos.

**Intervenção de
S. Exa. o Presidente da República de Portugal,
Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa**





■ Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa

Nasceu em dezembro de 1948, em Celorico de Basto, distrito de Braga, Portugal. É o atual Presidente da República Portuguesa. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas em 1985. Professor Catedrático de nomeação definitiva em 1992. Presidiu aos Conselhos Científico e Pedagógico e ao Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Pertenceu, por inerência, a diversos órgãos, como o Senado Universitário e integrou o júri do Prémio da Universidade de Lisboa. Em representação da Faculdade de Direito da U.L., presidiu à delegação que celebrou o primeiro acordo para a Faculdade de Direito de Bissau, e lecionou nas Universidades Agostinho Neto, Eduardo Mondlane e da Ásia Oriental. Foi Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Pertenceu à Comissão de Instalação e ao Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, por onde é doutor honoris causa. Foi Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro dos Assuntos Parlamentares e membro do Conselho de Estado (2000-2001 e 2006-16). Foi presidente da Assembleia Municipal de Cascais, vereador e líder da oposição na Câmara Municipal de Lisboa e presidente da Assembleia Municipal de Celorico de Basto. Foi um dos fundadores do Partido Popular Democrático, depois Partido Social-Democrata, tendo assumido a sua liderança de 1996 a 1999. Esteve na fundação dos jornais “Expresso” e “Semanário”, onde exerceu funções de direção e gestão. Fez análise política, com caráter regular, desde os anos 60 na imprensa escrita primeiro, e na rádio e televisão depois. Foi membro da comissão que elaborou a primeira Lei de Imprensa. Presidiu ou integrou órgãos de diversas associações, IPSS e da Santa Casa da Misericórdia de São Bento de Arnóia. Foi membro da Junta e Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, curador do Museu Nacional de Arte Antiga e das Fundações Vieira da Silva-Arpad Szenes e António Quadros. É mecenas da Biblioteca Pública de Celorico de Basto. Foi condecorado pelo Senhor Presidente Mário Soares com a Comenda da Ordem de Santiago da Espada e pelo Senhor Presidente Jorge Sampaio com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.



Excelências, a todos saúdo, naturalmente de forma mais calorosa aqueles que até nós chegam neste dia, neste local propício, e permitam-me que saude o nosso anfitrião, Senhor Dr. Vítor Ramalho, e nele a UCCLA e nela a iniciativa, e também o Professor António Mendonça, copatrocinador e organizador desta iniciativa através da Ordem dos Economistas, e que vos diga como é tão agradável estar convosco para, em voz alta, meditar um pouco acerca daquilo que nos une. Une a todos, os que estamos no universo civil, une também os que estão no universo militar, como o Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior--General das Forças Armadas Portuguesas.

Em primeiro lugar, Dia de África. África. Eu recordo-me sempre de um grande político europeu, primeiro-ministro de um grande país europeu que, de visita a Portugal, já lá vão umas décadas, depois de ter falado com o primeiro-ministro em funções, falou com o líder da oposição, que era eu e nós tínhamos tido a mesma mensagem. África era essencial. E ele perguntou, estavam combinados? O primeiro-ministro e o líder da oposição? Não, não estávamos, pensamos exatamente o mesmo, e ele então disse, pois eu não, não penso nada disso. Acho que África é um continente perdido. Já lá vão 20, quase 25 anos. É um continente perdido, é um continente com problemas demográficos, com problemas de saúde, com problemas estruturais, quer sociais, quer económicos, quer financeiros e, portanto, temos tanto com que nos preocupar no mundo que África não deve fazer parte das nossas preocupações. E eu disse – ele era uma grande figura, marcante no continente europeu –, permita-me que lhe diga que está completamente errado e ainda viverá o suficiente para ver quão errado se encontra. Infelizmente, ele só viveu uma parte desse tempo, mas o suficiente para entender o erro que tinha cometido.

*Somos uma
comunidade de futuro*

Muitos europeus, que não os do nosso mundo que fala a mesma língua, e muitos não europeus, americanos e asiáticos, que nunca conheceram bem África, demoraram tempo a perceber a importância de África, e foi preciso ser uma evidência em termos de afirmação demográfica no futuro, em termos de afirmação em indicadores sociais,



económicos e financeiros, mas também em termos de problemas, os mais variados, que têm incidência global, para abrirem os olhos e descobrirem ou redescobrirem África. Quando os encontro, nas Nações Unidas, na União Europeia, na cimeira Ibero-Americana, nos mais variados contactos bilaterais, sinto uma alegria profunda que, naturalmente, calo para não criar problemas diplomáticos, por estar a ver que eles chegam tarde onde nós todos que estamos aqui nesta sala chegámos cedo. Nós e muitos mais. Nós percebemos. Eles começam agora a perceber. Não há como este dia para nos encontrarmos, nós que comungamos de uma comunidade, que é uma comunidade feita de alegrias e tristezas, de encontros e desencontros, de muitos mais encontros do que desencontros, e uma criatividade, uma capacidade de olhar para o futuro muito superior àquilo que é o nosso presente ou foi o nosso passado. E, portanto, uma comunidade de futuro. Somos uma comunidade de futuro.

Somos uma comunidade de valores. E uma comunidade de valores não é uma coisa indiferente no mundo atual, porque o que mais reina é o relativismo, e haver valores que nos aproximam naquilo que é a partilha calorosa e afetiva de maneiras diferentes de viver a cultura e de projetar o que somos no mundo, nos vários mundos, isso é uma riqueza imensa, não é uma bizantinice, e não foi uma bizantinice o estarmos a fazer percursos em que sentimos na nossa diversidade como nos preocupamos com o cultivar os valores. Respeitar as pessoas, respeitar o seu estatuto. Respeitar a juventude, que terá mais futuro do que aqueles que são menos jovens. Olhar para aquilo que são empatias naturais. Cultivar o diálogo. Fomentar o entendimento. Ultrapassar as querelas e os conflitos. Encontrar modos e processos de afirmação crescente e de participação crescente de todos, tudo isso, que se faz pedra a pedra e que, às vezes, cria suscetibilidades, tem sido uma conquista de todos nós.

Não há sociedades perfeitas e por isso, nós todos, imperfeitos, vamos fazendo este percurso em termos de afirmação de valores. Mas mais importante, ou tão importante quanto isto, é o facto de o mundo olhar para nós com um interesse que aumenta de dia para dia. Todos os dias surgem novos pedidos de adesão como observadores associados à CPLP. Todos os dias. Começaram por ser europeus. Curiosos, uns, a quererem saber como era, uns tímidos, outros mais desenvoltos. Depois juntaram-se latino-americanos, depois africanos, pelo meio asiáticos. E de repente, curiosidade das curiosidades, vieram os protagonistas de outras grandes comunidades de língua e que, no passado foram de expansão universal, e apareceu a França. E esboçou-se o Reino Unido. E agora surge a Federação Russa e aparece a República Popular da China. E já antevemos os passos norte-americanos.

Curiosamente, aquilo a que normalmente se chama os poderes a nível global, todos interessados, um a um, em partilharem um maior conhecimento do que é a CPLP. Isto é um grande desafio, porque a organização não foi pensada para isso, a comunidade não previu esta hipótese que é, de repente, ter um número de observadores associados várias vezes superior ao número de membros, e que não podem ficar uma posição meramente passiva. Isto é um grande desafio, em que tenho pensado. Há que encontrar fórmulas de, no intervalo entre cimeiras, reunir, mas com voz ativa, aqueles que se querem aproximar de nós, e há que encontrar fórmulas de, nas próprias cimeiras, alguns dos seus representantes poderem e deverem usar da palavra. Não ser apenas o acompanhar passivamente o que se passa. Ser muito mais que isso, ser entrosar no espírito da comunidade. Isto era impensável no momento em que, recorde-me, era líder da oposição. Assisti, no Centro Cultural de Belém, não muito longe daqui, aos primeiros passos da CPLP. Em menos de 30 anos, houve este salto. E quem acompanha o que é a realidade interna da comunidade e da sua própria formalização orgânica sabe como este é um grande desafio.

Temos de enquadrar esta nova realidade e repensá-la, durante a presidência cabo-verdiana e depois na presidência angolana. Mas há mais, porque, precisamente a presidência cabo-verdiana, conjugadamente com Portugal e outros estados-membros, agarrou como uma das bandeiras dessa presidência a circulação das pessoas. E esse é outro grande desafio. E agarrou com visão, porque agarrou com plasticidade, não querendo impor fórmulas rígidas. Cada qual pode aderir a fases diferentes, a passos diferentes de um processo que é um processo ambicioso. Naturalmente, a ambição suprema, a ambição de Portugal, a ambição de Cabo Verde e de outros estados irmãos, é caminhar para o fim desse processo rapidamente para essa circulação mais ampla, mais livre, mais partilhada. Mas um esquema flexível permite porventura que se aprove já na cimeira de Luanda, devidamente preparado até lá e, desde já, nos próximos dias, se prepare aquilo que é um salto qualitativo. Se o número de observadores associados é um salto qualitativo externo, aqui é um salto qualitativo interno. Tem a ver com a própria comunidade.

Não há comunidade que não seja verdadeiramente de pessoas. São as pessoas que falam a língua, são as pessoas que atuam culturalmente, são as pessoas que atuam empresarialmente, que atuam no domínio social, através de instituições, muitas



vezes, mas são pessoas, e a circulação das pessoas é essencial. Este é um grande desafio da presidência cabo-verdiana. Mas é um grande desafio de todos nós. Eu sei que o Senhor Vice-Primeiro-Ministro de Cabo Verde relembrou esse desafio, dizendo que não podemos ser tímidos. Temos de ser corajosos. Eu, se possível, sou ainda mais enfático que ele, porque sou muito mais velho e, como, normalmente, se considera que os mais idosos são mais timoratos, mais receosos, mais cuidadosos, eu então cubro a parada do Senhor Vice-Primeiro-Ministro de Cabo Verde. Entendo que a sua ambição deve ser levada à máxima potência. Que aqui se joga muito do futuro da comunidade, porque a comunidade tem de ser sentida por cada um e todos os seus membros, não pode ser só por cimeiras, não pode ser só por encontros, não pode ser só por chefes de Estado, ou chefes de Governo ou ministros ou dirigentes empresariais ou dirigentes sindicais ou dirigentes associativos ou dirigente de misericórdias ou IPSS ou agentes culturais.

Cada um dos cidadãos dos nossos estados tem de se sentir irmão, nessa circulação, nessa partilha, de todos os outros, porque se não se sentir, se sentir que é meio-irmão, só, de alguns, nós estamos a falhar, ou que é só primo, era suposto ser irmão, mas não tem direitos de irmão, tem direito de primo, ou de sobrinho, ou de tio. Não chega. É um desafio, é difícil, eu olho para o ar compenetrado da Senhora sempre Secretária-Executiva. Esse ar quer dizer que há lutas que são difíceis. Mas são as melhores lutas. As grandes lutas, as que valem verdadeiramente a pena enfrentar, são as mais estimulantes e empolgantes, e esta é uma grande luta. A União Europeia é uma dificuldade, há que procurar o caminho possível no quadro da União Europeia. As visões de cada Estado constituem uma dificuldade. As respetivas integrações regionais são uma dificuldade. Pois então, há que superá-las e eu sinto que há uma onda favorável. Há aqui e ali, porventura, uma ou outra

reticência. Há que ultrapassar. Uma dúvida. Há que responder a essa dúvida. E tem que ser já. Se não for já, como, aliás, foi muito bem dito, os mais jovens dirão: foi uma ocasião perdida, que grande projeto que acabou por ser, ao menos parcialmente, uma ocasião perdida. Mas há mais, que tem a ver convosco.

Fiquei feliz por acabar de saber que vai avançar uma associação de economistas que falam a mesma língua. Porque faz falta. Já há estruturas a nível empresarial que põem em diálogo aqueles que são empreendedores, gestores, num mundo que fala a mesma língua. Aí temos de ir mais longe também. Muito mais longe. Para não serem sempre os mesmos, sendo embora importantes, em muitos casos encantadores e importantíssimos, temos de ir mais longe e temos de ir mais longe até por uma razão, porque no momento em que o resto do mundo olha para este mundo com atenção, seria estúpido que nós não falássemos com o resto do mundo em conjunto, porque falando em conjunto temos mais peso.

Temos mais peso se falarmos em conjunto com os Estados da América do que falarmos cada um de per si. E com a Federação Russa e com a República Popular da China e com outros países europeus e com outros países africanos e outros países latino-americanos. Temos mais peso, se for em conjunto do que se for bilateralmente. Para isso, temos de fomentar essas sinergias, essas conjugações. Permanentemente. Não pode ser uma vez por ano, uma vez por semestre, uma vez por trimestre. Permanentemente e, para isso, os economistas são muito importantes. Estou à vontade, porque sou jurista, embora tenha começado a minha vida académica ensinando economia. Mas precisamente para que se não pense que estamos perante uma realidade essencialmente jurídica, um conjunto de regras, um conjunto de orgânicas, um conjunto de procedimentos, é importante que tenha o conteúdo económico e social. E os economistas, na sua transversalidade, têm um contributo essencial a dar.

Por isso faz falta uma associação de economistas deste universo. Faz falta para acompanhar o que já foi feito e o muito mais que há a fazer em termos empresariais, mas, em termos empresariais, como em termos de diálogo entre os setores públicos e económicos dos vários estados. Como no diálogo entre os setores sociais. Porque em tudo há uma dimensão económica. Não sou dos que pensam que a economia deve reger os povos. Quem deve reger os povos é a política. As decisões dos cidadãos são políticas, devem ser informadas económica, social, jurídica, cultural, financeiramente, mas são políticas. Mal se vai se, em vez da liderança política, [domina] a liderança jurídica ou a liderança económica ou a liderança financeira, qualquer liderança, por importante que seja. As escolhas comunitárias são escolhas políticas. E aquilo que vos enunciei são escolhas políticas, é uma escolha política sabermos como é que queremos lidar com os observadores associados, na multiplicação do seu número e no peso que têm no mundo. Como? De forma diferente daquela que se pensou no início. É uma resposta política que tem a ver com a mobilidade das pessoas, com a circulação das pessoas. Não é uma resposta técnica, nem jurídica, nem económica, nem financeira. É uma resposta política, aquela que tem a ver com o vosso papel. E com a importância do vosso contributo na nova associação que ides criar.

Como é uma resposta política aquela que venha a aproximar-nos num domínio muito sensível que vai estar na ordem do dia no ano que vem, os oceanos. É um dos temas da presidência cabo-verdiana. Além da Mobilidade e da Cultura, os Oceanos. Para o ano, vamos ter aqui, em Lisboa, uma conferência das Nações Unidas sobre os oceanos. A CPLP tem de ter, antes dessa conferência, um aprofundamento da sua posição relativamente aos oceanos, porque nós estamos presentes em todos os oceanos. Nós temos uma palavra a dizer nesses oceanos. A posição da comunidade é crucial no Atlântico. Mas está noutros oceanos. Como é que pode não ter uma posição fundamental e ter dispersas posições bilaterais no tema dos oceanos? Como? Não sendo nós exemplo de realidades continentais puras. Isto é uma evidência, mas o que incomoda é que as evidências demoram muito tempo a serem vistas e a serem formuladas. Pois é fundamental que se não chegue a uma

*A CPLP tem de ter ...
um aprofundamento
da sua posição
relativamente aos
oceanos, porque nós
estamos presentes em
todos os oceanos...*

*A posição da
comunidade é crucial
no Atlântico.*

conferência em que Portugal teve a seu lado a preparar a conferência, o Quênia, com grandes estados irmãos fundamentais na sua relação com o oceano, na sua posição geopolítica, geoestratégica, sem em conjunto falarmos da questão dos oceanos. São apenas quatro dos vários temas, porventura os mais prementes, porque largamente têm a ver com as prioridades da presidência cabo-verdiana, mas têm a ver com as prioridades desta comunidade com a qual convivemos todos os dias.

Eu, nos últimos 6 meses, para correr o mundo nas mais variadas direções, passei uma vintena de vezes por Estados-membros da nossa comunidade. Para ir à posse dum presidente de um país nosso irmão, para ir à cimeira ibero-americana passei por 2 Estados-membros, para ir a um Estado-membro, passei

por mais de 2 Estados-membros. Em Pequim, encontrei mais um chefe de Estado de outro Estado-membro. Isto aconteceu em 4 ou 5 meses. De tal forma que num desses estados onde passei, já não sei, 8 vezes, já quase diziam, mas, por amor de Deus, tem as suas instalações à espera no caso de ser a mesma ilha; se não é, faz favor de dizer qual é a ilha, porque já estamos habituados à naturalidade, à normalidade, com que trata esta casa como se fosse sua. Eu disse, não, é minha também, como a casa de cada um de nós é de cada um dos outros, naturalmente.

Isto acontece connosco, infelizmente não acontece com outros menos privilegiados e, por isso é que a circulação e a mobilidade são importantes. É que aquilo que acontece com os privilegiados passa a acontecer, na medida do possível, com os que não são privilegiados, para que haja mesmo comunidade. Eu penso que estamos a atravessar um bom momento. Estou convencido disso. Aliás, estou de partida para mais um Estado-membro, para o centenário da confirmação da Teoria da Relatividade de Einstein. Tinha de ser num Estado-membro da nossa

comunidade, e ou era aí ou era noutro Estado-membro da nossa comunidade, não era mais nenhum ponto do mundo.

Em nenhum outro ponto do mundo que não no quadro da nossa comunidade se podia comprovar o acerto da Teoria da Relatividade de Einstein. As curiosidades da vida. Eu penso que estamos num bom momento, em termos de diálogo, de entendimento, de abertura, de compreensão, compreensão dentro e compreensão do nosso papel no mundo.

Agora, economistas, já vos disse, considero a política mais importante que a economia, mas considero a economia muitíssimo importante. Fica aqui feita essa declaração essencial. Deformação, aliás, de quem começou a ensinar pela economia. Acabei no direito, mas comecei na economia e, portanto, o vosso papel é muitíssimo importante. Mas é muitíssimo importante se servir para esta comunidade que nos une, porque se não servir só é parcialmente importante, se servir apenas para uma fatia da comunidade, é um desperdício. E não podemos desperdiçar tempo. Ninguém desperdiça tempo nos dias de hoje, não podemos desperdiçar o nosso tempo. Somos uma comunidade de futuro. Todos os outros de fora pensam isso mesmo, às vezes mais do que nós próprios pensamos. Isso não é bom. Temos que ter a auto-estima, a dimensão da visão que de fora têm sobre nós e não exatamente o contrário, minimizarmo-nos quando os outros nos maximizam mas, para isso, temos que nos maximizar.

Termino onde comecei, agradecendo à UCCLA porque a UCCLA tem sido uma grande casa de encontro desta comunidade. É verdade que é uma paixão pessoal do líder da UCCLA. Natural porque ele está, ele próprio, no seu ser, atravessado por várias vivências e essas vivências que se completam permitem-lhe conhecer muito bem, e compreender muito bem a realidade que nos une, e com o seu calor ele dá calor a esta comunidade. E depois teve o contributo da Ordem dos Economistas que, através da sua secção que, no fundo, é a secção que coincide com aquilo que, mal ou bem, sabemos depois dos debates sobre a descentralização, tem a ver com a capital do estado anfitrião. E que também é um académico. E além de economista, é um professor e, portanto, sabe a importância da pedagogia. A importância da formação. A importância do diálogo.

Aqui mesmo, onde nos encontramos, eu fico muito feliz por tão ilustres convidados terem vindo até nós. Por estar aqui a nascer uma nova associação. E na primeira ocasião, estarei a cobrar atividades concretas dessa associação. Há associações e associações e o mundo está cheio de associações que nascem e desaparecem. E esta tem que nascer para vingar, duradouramente. É função do Presidente da República Portuguesa, em conjunto com os chefes de Estado dos países irmãos, vir exigir que os economistas na nova associação sejam tão ou mais ativos do que são as nossas Forças Armadas, colaborando em conjunto, do que são os responsáveis por instituições sociais, do que são os académicos e as universidades, do que são todos os outros.

Muitos parabéns pela vossa associação. Muito obrigado por aquilo que significa. Fico muito feliz por todos nós. Porque aquilo que nos une é um sonho de futuro. Nós somos o futuro.



■ Moderadora:

Prof.^a Doutora Teresa Rodrigues

Oradores:

■ Dr. Abílio Araújo

■ Dr.^a Ana Lourenço

■ Dr.^a Cristina Duarte

■ Prof.^a Doutora Stella da Câmara

**Que política de
cooperação no quadro
atual: Migrações
e relacionamento interno
na CPLP**





■ Teresa Maria Ferreira Rodrigues

Nasceu em 1960, em Lisboa, Portugal. Doutorada em História Contemporânea (Especialidade Demografia). Professora associada com Agregação no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Professora Convidada da Nova Information Management School. É, também, Professora convidada do Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado de Investigación sobre la Paz, la Seguridad y la Defensa, Ministerio de la Defensa Nacional y UNED-Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, desde janeiro de 2014. Auditora de Defesa Nacional. Coordena três pós-graduações no âmbito dos Estudos de Globalização, Segurança, Informações e Diplomacia, em parceria com os Serviços de Informações da República Portuguesa, o Instituto Universitário Militar, o Instituto da Defesa Nacional e o Instituto Diplomático (MNE). É membro da Direção do IPRI-NOVA e coordenadora da linha de *Foresight and Strategic Planning*. Responsável e membro de projetos de âmbito nacional e internacional. Autora ou coautora de centena e meia de artigos, capítulos de livros e 23 livros nas áreas das migrações, envelhecimento e saúde, história urbana, análise prospetiva e planeamento e estudos de segurança.



Muito boa tarde a todos. Vamos então dar início ao 2º subtema deste 1.º Fórum de Economistas das Cidades de Língua Portuguesa. Começaria, muito brevemente, dadas as limitações que sempre existem neste tipo de eventos, por me congratular, obviamente, na linha das intervenções daqueles que tiveram oportunidade de falar anteriormente, por me congratular com esta iniciativa e agradecer o convite e a oportunidade para aqui estar presente. Desde já prometo não monopolizar este painel e estas intervenções e, assim sendo, irei apenas traçar alguns apontamentos relativamente àquilo que entendemos poder ser um aspeto a debater neste painel.

Estamos aqui para refletir em conjunto sobre a realidade atual e as janelas de oportunidade que continuam a existir no âmbito da cooperação entre os países da CPLP e, neste primeiro painel da tarde, iremos falar muito concretamente de migrações.

Falaremos em primeiro lugar do fator humano, para de seguida descer à realidade migratória e focar-nos um pouco mais nas questões relacionadas com a mobilidade, os movimentos migratórios e a forma como as migrações são causa-efeito e também um potencial motor dinamizador do relacionamento entre os países integrantes da CPLP, hoje e no futuro próximo.

É verdade que o mundo encolheu e as migrações são porventura um dos temas mais atuais da nova realidade que caracteriza o nosso mundo marcado pela globalização. Falamos de um mundo sem contornos definidos, um mundo dinâmico, em rede, interligado, um mundo de risco, de fina e ampla conexão social global. Um mundo também inseguro, de informação fácil e de comunicação abundante. A comunidade da CPLP faz parte desse novo mundo e é ela mesmo um exemplo da realidade integradora e interconectada, criada no pressuposto de rentabilizar as sinergias decorrentes da sua variedade económica, social, política, e da sua multiculturalidade étnica e religiosa.

Os países membros possuem dinâmicas populacionais, níveis de bem-estar, recursos naturais, economias e identidades distintos. Os movimentos migratórios dentro da comunidade CPLP refletem essas diferenças entre países, mas também representam um elo de ligação e um vetor de *soft power* a não negligenciar, com



vista a uma crescente dinamização do relacionamento interno que fomenta as mais-valias a obter hoje e no futuro. Mas é chegado o momento de passar a palavra aos nossos oradores, a quem agradeço, em nome da organização, o facto de terem aceite partilhar o seu saber sobre esta matéria.

A ordem das intervenções foi previamente estabelecida, em função das temáticas sugeridas a cada interveniente e, desta forma, irei dar a palavra em primeiro lugar à Professora Stella da Câmara, que nos irá a falar do fator humano e sobre a qual, muito embora disponham das notas biográficas sucintas de cada um dos intervenientes, passarei a dar algumas linhas muito breves relativamente ao seu percurso. A Senhora Professora é licenciada em Ciência Política e Social, mestre em sociologia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), tem uma pós-graduação em gestão de negócios internacionais no Instituto Português de Conjuntura Estratégica e é Doutora em Gerontologia pela Universidade da Corunha. É professora auxiliar do ISCSP, bem como docente convidada em várias



universidades nacionais e estrangeiras, onde leciona temáticas ligadas à sua área de especialidade e investigação, nomeadamente demografia, envelhecimento, gerontologia, políticas sociais. Para além de uma intensa atividade científica refletida na participação em congressos internacionais, projetos de investigação, etc, é coordenadora a nível pós-graduado de diferentes ofertas nestas mesmas áreas temáticas, vice-presidente da secção de demografia da Sociedade de Geografia, membro da direção da Associação Portuguesa de Demografia, faz parte de diferentes grupos de trabalho Tem vários livros e artigos publicados sobre as características e impactos do fenómeno do envelhecimento demográfico em termos de sistema social, saúde, políticas sociais e relações geracionais, bem como estudos direcionados para as dinâmicas demográficas de diferentes regiões do mundo, designadamente das áreas e dos países que compõem a CPLP. Senhora Professora, dou-lhe a palavra.



■ **Stella Bettencourt da Câmara**

Licenciada em Política Social, com a especialização em Acção Social de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa, 1991. Diploma de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Internacionais, pelo Instituto Português da Conjuntura Estratégica (IPCE), 1994. Mestre em Sociologia, com a dissertação publicada “Avós e Netos: Relações Intergeracionais. A Matrilinearidade dos Afectos”, pelo ISCSP em 2007. Doutora em Gerontologia pela Universidade da Corunha, Espanha, 2015. Atualmente é Professora Investigadora no ISCSP - ULisboa. Tem diversas formações. Participou em numerosos congressos, conferências, seminários e encontros, nacionais e internacionais, no âmbito da Gerontologia e da Demografia. É membro de diversas sociedades e associações científicas e faz parte de múltiplos grupos de trabalho. Tem publicado diversos livros e textos.



*“A População é, com o Território e o Governo,
um dos elementos clássicos do Estado.
Pode mesmo pensar-se que a população ocupa
entre esses elementos um lugar privilegiado”.*

Barata, Óscar Soares (1968)

Muito boa tarde a todas e a todos. Depois da apresentação feita pela Senhora Professora Teresa Rodrigues, terei de fazer uma palestra à altura daquilo que foi dito. Muito obrigada, Senhora Professora, e também quero agradecer o muito honroso convite para aqui estar, e falar sobre questões da população, e congratular a organização deste evento que espero seja, de facto, o primeiro de muitos, tendo em conta também o dia importante que é, o Dia de África.

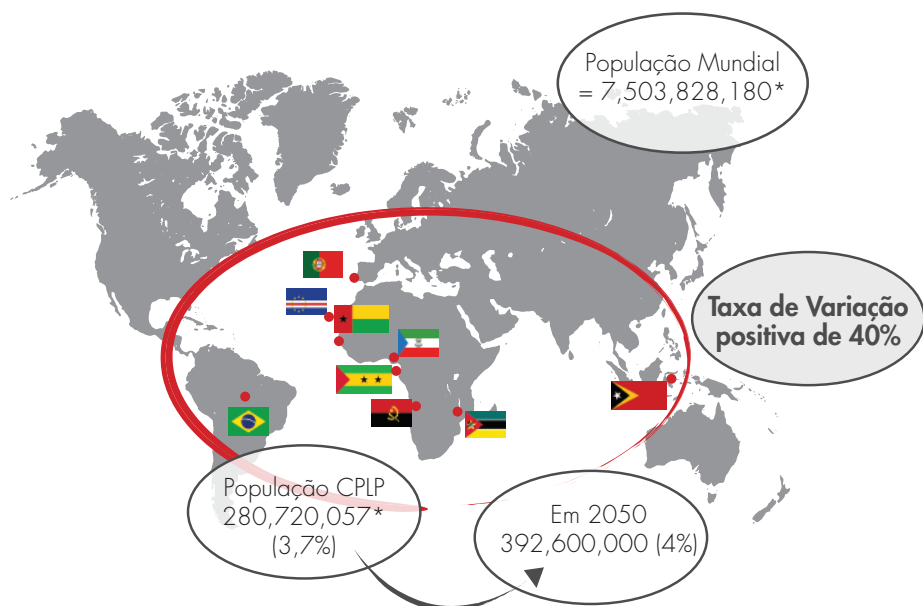
A minha comunicação tem por título “População dos Países de Língua Portuguesa: Retrato Sociodemográfico”. Até agora muito foi dito sobre a importância das questões da economia e, de facto, ela é fundamental. Ainda há pouco, o Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, referia os vários aspetos que é preciso ter em conta, todavia e, de forma um pouco ousada, ainda que seja, de facto, o 1.º Fórum dos Economistas, venho aqui evidenciar a importância do capital humano. Sem este, efetivamente, todas as outras áreas não se desenvolvem e ficar-se-á aquém daquilo que possamos fazer.

Sem conhecer as pessoas com quem lidamos e com quem estamos, ou seja, quem somos, não conseguiremos pensar hoje, nem pensar no futuro, sobre os grandes desafios que se colocam ao nível da população, porque a população é o capital que faz mover tudo o resto. A minha comunicação incidirá sobre três pontos. No 1.º ponto irei falar, muito brevemente, sobre o contexto, análise da população dos países da CPLP no panorama mundial, no 2.º ponto farei o retrato sociodemográfico dos países da CPLP analisando alguns indicadores demográficos, nomeadamente, total da população, crescimento da população, estrutura etária, idade média, índice sintético de fecundidade, mortalidade infantil, e, por fim, fazer uma síntese a partir das pirâmides etárias que, de alguma forma, penso eu, conseguirão, de forma gráfica, mostrar os desafios que se colocarão no futuro.

Vou começar com uma frase do Senhor Professor Óscar Soares Barata, de 1968, um dos primeiros que, em Portugal, começou a falar, em termos académicos, sobre as questões da população, nomeadamente da importância das migrações. A ele devo o meu interesse pela Demografia. Diz a frase “A população é, com o território e o Governo, um dos elementos clássicos do Estado. Pode mesmo

pensar-se que a população ocupa entre esses elementos, um lugar privilegiado”.

Assim, começando, em termos mundiais, qual é o peso da população dos países da CPLP? Em termos mundiais, o total da população é, cerca de, 7 bilhões de pessoas e a população dos países da CPLP representa 3,7% do total da população mundial.



* Dados retirados de The World FactBook – CIA (estimativas 2018)

Em 2050, representará 4%, o que significa entre 2017-2050 a população dos países da CPLP terá uma taxa de variação positiva de 40%, ou seja, e no seguimento daquilo que há pouco foi dito é, de facto, um grande desafio, somos, de facto, muitos e a tendência é que possamos ser mais. Logo, se seremos muitos, pelo menos em termos destas tendências, é preciso sublinhar que muitas destas pessoas

são jovens e se nós queremos que não haja, de facto, perda de expectativas, é preciso pensar hoje, para que eles, no futuro, possam estar integrados, e é preciso pensar hoje nas condições que lhes poderemos deixar.

Como há pouco também foi dito, nestas questões dos mais velhos, efetivamente nós somos o modelo, não podemos criticar o presente, tendo em conta que o presente foi feito do passado e que o futuro é feito do passado e do presente.

Total da População (2018)*		Posição
Brasil	208,846,892	5.º
Angola	30,355,880	45.º
Moçambique	27,233,789	50.º
Portugal	10,355,493	87.º
Guiné Bissau	1,833,247	153.º
Timor Leste	1,321,929	156.º
Cabo Verde	568,373	173.º
São Tomé e Príncipe	204,454	184.º

* Dados retirados de The World FactBook – CIA (estimativas 2018)

Por isso, a esta luz, vejamos os grandes desafios que aí vêm. E, neste sentido, vou passar a apresentar os vários indicadores demográficos.

Os dados foram retirados do *World Fact Book* e referem-se às estimativas para 2018, para 238 países, elaboradas pela CIA. Vou fazer esta análise comparativa dos países da CPLP e depois, ver o seu posicionamento no total dos 238 países. E o 1.º país é o Brasil, que é, em termos mundiais, o 5.º país mais populoso do mundo, seguindo-se depois Angola, no 45.º lugar e Moçambique, no 50.º, o que poderá significar que no futuro possam vir a ter maior peso no total da população mundial. Segue-se Portugal, que ocupa o 87.º lugar. Temos depois a Guiné-Bissau no 153.º, Timor-Leste no lugar 156.º, Cabo Verde no lugar 173.º, e depois São Tomé e Príncipe no lugar 184.º.

Aqui já podemos começar a verificar, de facto, alguma desigualdade, o que quer dizer que, de facto, nos países da CPLP, utilizando aqui a analogia do arco-íris, temos várias cores que fazem parte do arco-íris e é preciso não ver aqui cores que possam ter mais ênfase do que outras. Se pensarmos em termos do crescimento populacional é, de facto, outro indicador que nos permite verificar quais são os desafios que teremos no futuro.

E aqui vamos começar por Angola, onde a população, em termos mundiais, mais cresceu, 3,44%, e é o 2.º país onde a população mais cresceu, segue-se depois a Guiné-Bissau com 2,48%, está no nº 23 do ranking, segue-se Moçambique no 25.º, Timor-Leste no 32.º, São Tomé e Príncipe no 62.º, Cabo Verde, no 83.º, o Brasil, no 140.º e, depois, o caso português que, contrariamente aos outros países, regista situação inversa, porque a população, em vez de crescer, está a diminuir porque nascem menos crianças.

Relativamente à estrutura etária da população, tendo em conta grupos funcionais: o dos jovens, que inclui a população entre os 0 e os 14 anos de idade; o da população potencialmente ativa, que se refere à população entre os 15 e os 64 anos de idade, e o da população mais ve-

Crescimento Populacional (%)*		Posição
Angola	3,49 %	2.º
Guiné Bissau	2,48 %	23.º
Moçambique	2,46 %	25.º
Timor Leste	2,23 %	32.º
São Tomé e Príncipe	1,66 %	62.º
Cabo Verde	1,32%	83.º
Brasil	0,71%	140.º
Portugal	- 0,27%	216.º

* Dados retirados de The World FactBook – CIA (estimativas 2018)

Estrutura Etária da População (%)*			
	 0-14 anos	 15-65 anos	 65 e + anos
Angola	48,1%	49,6%	2,3%
Brasil	21,9%	69,5%	8,6%
Cabo Verde	28,7%	66,1%	5,2%
Guiné-Bissau	43,5%	53,4%	3,3%
Moçambique	44,5%	52,6%	2,9%
Portugal	14,0%	65,7%	20,3%
São Tomé e Príncipe	41,2%	66,1%	5,2%
Timo-Leste	40,4%	55,6%	3,9%

* Dados retirados de The World FactBook – CIA (estimativas 2018)

lha, indivíduos com 65 e mais anos, considerada a população mais velha. É claro que, antes de mostrar os valores, é preciso ter em conta que são estimativas, e é importante ter em conta que cada país tem as suas especificidades, e o que isto significa, em termos médios; logo, significa também que há aqui fatores externos que nem sempre temos em linha de conta.

Começando então com Angola, este país tem um peso muito grande da população mais jovem, 48%, segue-se depois a população adulta (49,6%) e, verificamos que em Angola a população mais velha ainda é diminuta (2,3%).

Depois, segue-se Moçambique, com esta população, depois Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Eu não estou a analisar cada um dados, mas já faço uma breve síntese, temos depois Cabo Verde, o Brasil e, por fim, Portugal. Com esta estrutura etária já dá para ver aqui algumas diferenças entre países. Assim, temos estes países com uma estrutura populacional jovem e um grupo constituído por Portugal, Brasil e Cabo Verde em que se denota, comparativamente, um envelhecimento da população. Claro que destes três, Portugal é o que apresenta uma estrutura populacional envelhecida, em que o grupo dos jovens é inferior à população com 65 e mais anos de idade, situação que ainda não se verifica nos outros dois países. Seguem-se Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e, por fim, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Analisando a idade média, esta sim, permite analisar, e também em termos comparativos, que Portugal tem uma estrutura populacional envelhecida, e por isso é o 5.º país mais velho do mundo, enquanto que nos outros países da CPLP se registam estruturas etárias muitos jovens. De facto, Portugal, face à sua estrutura populacional apresenta grandes desafios, todavia é importante salientar que este envelhecimento é resultado das grandes melhorias que ocorreram ao nível do desenvolvimento no século passado e hoje são visíveis. A grande questão em Portugal não é termos velhos a mais, e utilizo esta palavra “velho” não no sentido pejorativo, o que temos é jovens a menos, e porquê?

Porque, de facto, o grau de desenvolvimento permite hoje aos casais decidir quando e quantos filhos querem ter. A questão está de facto em países em vias de desen-

volvimento, e temos que olhar para as políticas da população e para as questões da fecundidade. Se houver desenvolvimento, e é tido por muitos como o melhor contraceptivo ou, se quiserem, planeamento familiar, porque permite aos casais decidirem quando e quantos filhos querem. Todavia, em muitos destes países, já vamos analisar isso de seguida, o que se verifica é que as crianças têm uma esperança de vida ainda muito baixa, porque, apesar de nascerem muitas, também morrem muitas. Este é, de

Idade Média (anos)*		Ranking
Portugal	43,7	16º
Brasil	32,4	100º
Cabo Verde	25,8	153º
Timor Leste	19,1	202º
São Tomé e Príncipe	16,7	207º
Guiné Bissau	17,8	216º
Moçambique	17,3	220º
Angola	15,9	224º

* Dados retirados de The World FactBook – CIA (estimativas 2018)

facto, um grande desafio. Que cooperação podemos ter para que, todas as crianças que nasçam possam chegar a idades cada vez mais avançadas? É preciso, também, refletir em termos de futuro, se, de facto, queremos que aqueles que nascem cheguem a idades mais adultas, temos que repensar qual é a integração que queremos para eles e pensar que, se lhes damos oportunidade de vida nos primeiros anos, é importante equacionar sobre as questões da educação, mas, para além da educação, as grandes expectativas: se, de facto, eu tenho formação, aquilo que eu quero é um emprego condigno onde possa aplicar todas as minhas competências, e aquilo que se verifica é que depois de criarmos estas expectativas, elas são goradas. E são goradas porque? Porque depois não há integração destes jovens e para muitos deles a solução está na migração. Com este fenómeno verifica-se a saída dos mais jovens e dos mais capazes contribuindo desta forma para o envelhecimento da população e para o despovoamento do interior.

Situação que se regista hoje em Portugal, com a saída dos mais jovens para os centros urbanos e para outros países, as zonas do interior estão cada vez mais despovoadas e envelhecidas. Partem os mais jovens, ficam os mais velhos.

Analizando agora a idade média, Angola, no ranking dos 238 países, está no 224.º, apresentando a idade média da população de 15,9 anos, segue-se Moçambique no lugar 220, com o valor de 17,3 anos, depois a Guiné-Bissau no 216.º, com 17,8 anos. São Tomé e Príncipe com 18,7 de idade média, no lugar 207. Timor-Leste com uma idade média de 19,1 e já começa a aumentar, vem depois Cabo Verde com 25,8 de idade média, depois, o Brasil, no lugar 100, com 32,4 anos e, finalmente, Portugal, que está, como podem ver, quase a “cair da tripeça”, em que metade da nossa população tem 43,7 anos, encontrando-se em 16.º lugar.

Em 2050, daqui a pouco tempo, Portugal vai ter metade da população com 50 anos, o que significa que, de facto, em termos de cooperação, podemos fazer muito, e nestas trocas também, como há pouco foi sugerido, nestas questões e nos aspetos sociais. Temos efetivamente uma população envelhecida, todavia, os mais jovens não querem trabalhar com a população mais velha, havendo já instituições, destinadas a pessoas mais velhas, em Portugal, a recrutarem em países da CPLP. Nestes países porque, ainda, se atribui grande importância aos mais velhos, podendo ser esta uma das áreas de possível cooperação e de formação nesta.

Relativamente ao índice sintético de fecundidade, que representa o número de filhos que, em média, cada mulher tem entre os 15 e os 49 anos, dando ênfase que é em média, por isso, mais uma vez, pode haver menos ou mais. Temos também presente que muitas vezes a mortalidade infantil é muito elevada e, por isso, muitas destas crianças não

I.S.F (2018)*		Ranking
Angola	6,09	2.º
Moçambique	5,02	12.º
Guiné-Bissau	4,81	18.º
Timor-Leste	4,67	23.º
São Tomé e Príncipe	4,11	31.º
Cabo Verde	2,21	95.º
Brasil	1,75	159.º
Portugal	1,39	213.º

* Dados retirados de The World FactBook – CIA (estimativas 2018)

Mortalidade Infantil (‰)*		Ranking
Angola	65,8	10.º
Moçambique	64,0	11.º
Guiné-Bissau	54,8	20.º
São Tomé e Príncipe	44,1	41.º
Timor-Leste	33,9	53.º
Cabo Verde	21,1	77.º
Brasil	16,9	91.º
Portugal	2,6	215.º

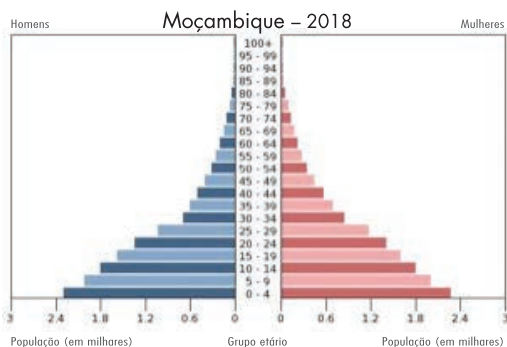
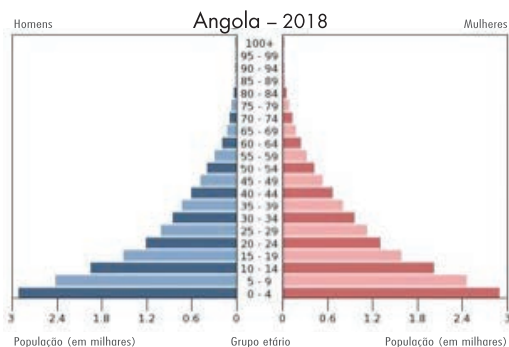
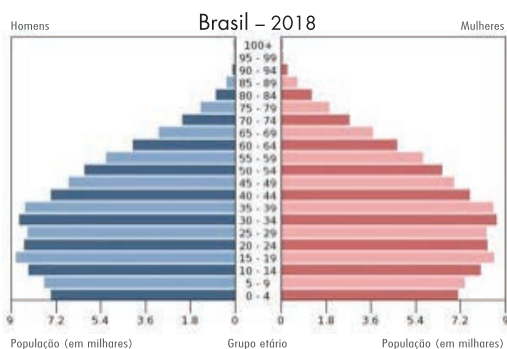
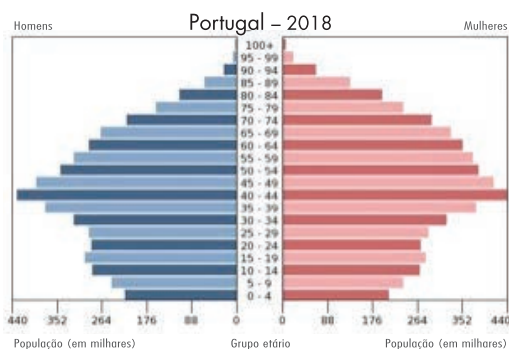
* Dados retirados de The World FactBook – CIA (estimativas 2018)

chegam a adultos. Verifica-se que Angola está no 2.º lugar, onde, em média, cada mulher, entre os 15 e os 49 anos, tem 6,1 filhos. Vem depois Moçambique com 5, a Guiné-Bissau com 4,81, e que está no 108.º. Timor-Leste com 4,67. São Tomé e Príncipe com 4,11, Cabo Verde com 2,21. E depois surge o Brasil com 1,75, e Portugal com 1,39, que já não fazem a renovação da sua população.

Para que haja renovação da população é preciso que, em média, cada mulher em idade de procriar, entre os 15 e os 49 anos, tenha 2,1 filhos.

No caso de Portugal, a situação ocorre desde 1983, ano em que pela primeira vez, o índice sintético de fecundidade foi inferior a 2,1 (1,96). Muitas das questões de hoje são questões do passado, só que normalmente tendemos a não olhar para elas quando ainda estão no início e só depois dizemos, e agora o que é que vai acontecer?

Pirâmides Etárias – 2018*



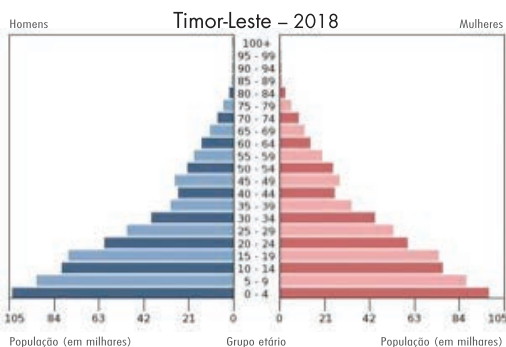
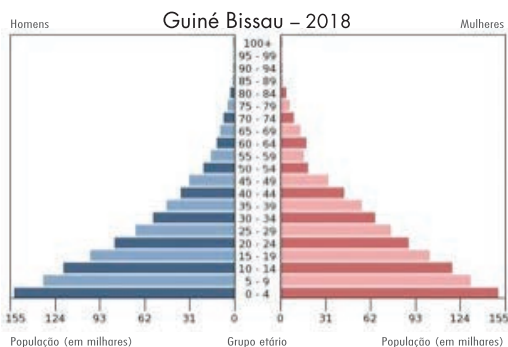
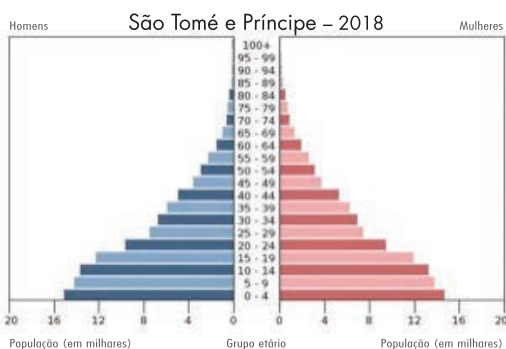
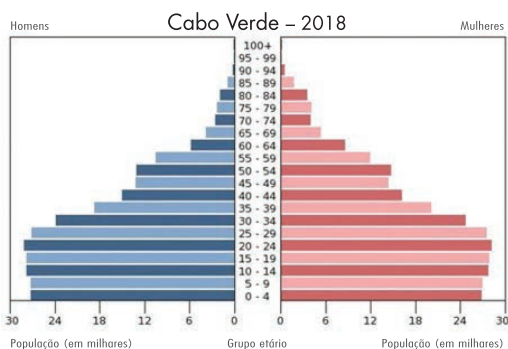
Mas, de facto, aquilo que nós temos que verificar mais uma vez na ênfase da população, o futuro é com base na população e nas políticas que possamos ter.

No século passado, quando começámos a pensar nestas questões da política da população, olhámos só para um dos membros da equação que era baixar a taxa de mortalidade. Esquecemo-nos de olhar para o outro lado, o da natalidade. Agora, analisando a mortalidade infantil que é outro dos grandes desafios, que requer muito trabalho entre os países da CPLP, porque ainda há muito por fazer.

Em Angola, por cada mil crianças morrem quase 66 (65,8%) e está no 10.º lugar, temos Moçambique, que por cada mil morrem 64. Na Guiné-Bissau, por cada mil morrem cerca de 58 crianças, São Tomé e Príncipe (44,1‰), Timor-Leste (33,9‰). Em Cabo Verde, começa a baixar (21,1‰), e segue-se o Brasil que é mais baixa comparativamente (16,9‰), mas mesmo assim, ainda muito elevada e depois Portugal (2,6‰). Mais uma vez aqui a troca de cooperação pode ser feita: estes valores de mortalidade infantil de alguns países da CPLP foram também taxas de mortalidade infantil de Portugal no século passado; muito se fez e, por isso é que hoje as pessoas tendem a viver cada vez mais.

É preciso, como há pouco foi dito, olhar para os nossos jovens e olhar para os nossos jovens significa também olhar para o grau de desenvolvimento e baixar a taxa de mortalidade infantil.

* Dados retirados de The World FactBook – CIA (estimativas 2018)





Até agora o que vos referi foram números, mas não esqueçamos que estes números se referem a pessoas. Colocando, mais uma vez, a tónica na população, é preciso olhar para a diversidade de situações e identificar os grandes desafios que se colocam. Cada um de nós é uma identidade, cada país tem as suas especificidades e, muitas vezes, não é nos gabinetes que se definem as melhores políticas. É preciso conhecer a população e os vários indicadores de análise. É importante que os países colaborem e concertem estratégias para verificar o que se pode fazer. Mas, nunca esquecendo que uma política pode resultar num lado e noutro não.

É preciso atender às especificidades da população e às condições socioeconómicas de cada país, de cada região, de cada lugar.

E para finalizar, vou fazer uma síntese a partir da análise da pirâmide etária de cada país, tendo em conta a base (que reflete a natalidade e o número de jovens) e o topo (onde estão representadas as gerações mais velhas). Então, vejamos. Portugal apresenta uma estrutura populacional envelhecida, com uma base estrita, ou seja, poucas crianças a nascer, e um topo largo, ou seja, um grande quantitativo de pessoas mais velhas, resultado das melhorias das condições de vida e do desenvolvimento económico e consequentemente maior longevidade. Todavia, agora toda a gente diz que temos velhos a mais. De seguida, vem o Brasil, que é dos oito países da CPLP, aquele que começa a ter uma similitude com Portugal, apesar de ainda apresentar uma estrutura etária jovem, o quantitativo das pessoas mais velhas começa a tornar-se expressivo. Segue-se Cabo Verde que, apesar de diferente dos dois primeiros, efetivamente começa a demonstrar semelhanças com os outros países que há pouco mencionei. Temos depois Angola e Moçambique que são os mais populosos e, também, os mais jovens, no âmbito dos países da CPLP, e onde, de facto, são muitos os desafios que enfrentam e enfrentarão, seguem-se Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Há pouco foi mencionada a importância dos Oceanos. Os oceanos são importantes? São, mas é preciso que saibamos como é que os oceanos podem fazer com que nós partilhemos, com que nós possamos cooperar uns com os outros e que os oceanos sejam as “grandes autoestradas” que nos permitam fazer mais e melhor no futuro.

Por fim, e mais uma vez, enfatizando, a população é, de facto, o grande capital para o qual nós temos que olhar para além de tudo o resto, sem capital humano não conseguimos fazer nada. Repetindo, Óscar Soares Barata “A População é, com o Território e o Governo, um dos elementos clássicos do Estado. Pode mesmo pensar-se que a população ocupa entre esses elementos um lugar privilegiado”. Muito obrigada pela vossa atenção.

*Cada um de nós
é uma identidade,
cada país tem as suas
especificidades e,
muitas vezes,
não é nos gabinetes
que se definem
as melhores políticas.*



■ Cristina Duarte

Nasceu em 1962, em Cabo Verde. Licenciatura em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, e um MBA na área de Finanças Internacionais e de Mercados de Capitais Emergentes, nos Estados Unidos da América. Tem 35 anos de experiência profissional, a maioria dos quais em cargos de liderança e gestão na administração pública, no governo e no setor privado. Serviu Cabo Verde como Ministra das Finanças e Planeamento de 2006 a 2016. Foi diretora do programa de reformas do Banco Mundial “Crescimento e Competitividade do Setor Privado”. No setor privado, foi vice-presidente “Country Corporate Officer” e chefe do “Corporate and Investment Banking” do Citibank, Angola. Ao longo da sua carreira, desenvolveu competências em liderança e gestão estratégica, formulação de políticas públicas e na estruturação de sistemas integrados de Planeamento, Programação, Orçamentação, Seguimento e Avaliação (PPOSA). Comprometida com o serviço público desenvolveu um interesse particular em questões de governança, em negociações internacionais, planeamento estratégico, política e gestão de desenvolvimento e capacitação institucional. Desde 2018, é pesquisadora convidada na WITS University, School of Governance, Johannesburg, África do Sul.



Breve Conceptualização e Contextualização do Tema a. Conceptualização: Globalização vs Migrações

Discutir este tema nas vésperas da terceira década do sec. XXI, caracterizada essencialmente por um emergir, e em certa medida, aprofundar das contradições inerentes ao sistema capitalista, como o demonstrou a maior crise internacional dos últimos 75 anos, pode ser um desafio difícil tendo em conta a geo-política adversa e instável que tem caracterizado o pós crise de 2008. É comumente aceite, incluindo-se nesta aceitação, os liberais e neoliberais (finalmente!), que a crise de 2008 não jogou, na sua plenitude, o papel de “saneador” que supostamente devia desempenhar num sistema que produz e acumula em permanência contradições¹.

A periodicidade das crises, por vezes, acompanhadas de guerras, tem permitido ao sistema, através do tal “saneamento”, recriar espaços económicos dando azo à emergência de novos ciclos económicos. Ora, discutir as migrações no espaço da CPLP num contexto de “trabalho inacabado de depuração” por parte da actual crise internacional, e de todas as consequências que daqui advêm torna, na minha opinião, esta tarefa mais complicada a ponto de ser legítimo questionar da sua pertinência e oportunidade temporal. Neste ambiente adverso e instável, até que ponto se poderá contribuir para o desenho de políticas migratórias na CPLP?

De 2010 a esta parte temos vindo a assistir a um emergir de políticas de índole nacionalista, fascista e proteccionista, num momento em que o sistema capitalista mais necessita de um espaço global dominado pelo pensamento liberal e de hegemonia das leis de mercado para eventualmente recriar “outros 30 anos gloriosos” e ocupar o terreno que ainda está por ocupar, nomeadamente o continente Africano².

Globalização e migrações acontecem há mais de 100 anos. A globalização reflete a essência do sistema capitalista. Uma necessidade permanente e crescente de novos espaços económicos em que as migrações internacionais têm estado sempre presen-

¹ Existe uma bibliografia muito vasta sobre o papel saneador das crises económicas no sistema capitalista.

² Muito referido na literatura anglo-saxónica como “the last frontier of the capitalist system”.

tes. O que hoje constitui o espaço geográfico da CPLP já foi objecto de migrações internacionais, devidamente enquadradas por uma fase específica da globalização, a colonização. Neste período, o fluxo era da dita metrópole para as colónias e serviu bem os propósitos do sistema³. O então fluxo migratório foi promovido por um conjunto de políticas públicas ao serviço de um projeto político e económico importante ao Centro Colonial.

Livre circulação de bens, serviços e capital financeiro são as soluções apresentadas para a obtenção de crescimento económico e a conquista de bem-estar a nível do planeta. As instituições de Bretton Woods e mais tarde a OMC, fizeram deste pensamento a sua bandeira e prometeram que os ganhos permanentes de produtividade traduzir-se-iam “automaticamente” em ganhos salariais e bem-estar para todos. Não foi o que aconteceu. Nas economias mais avançadas, por exemplo, apesar do crescimento económico, dos avanços tecnológicos e dos ganhos de produtividade, desde 1970, os salários mantiveram-se estagnados, aprofundando as desigualdades. Entre 1979 e 2013, para 90% da população dos EUA, o rendimento disponível cresceu menos de 0,5%, apesar da produtividade de bens e serviços ter aumentado em mais de 240%. Na Europa, houve um aumento estrutural na relação capital/massa salarial desde da II Guerra Mundial (II GM). Mas mais alarmante, é o aumento das desigualdades de renda e riqueza entre os países, em que a distribuição do PIB per capita entre países tem divergido ao longo do tempo. O cenário hoje, em que 1% dos mais ricos detêm 48% da riqueza global demanda claramente um reforço do multilateralismo.⁴

Estamos perante uma violação do contrato social (implicitamente) estabelecido nas democracias ocidentais no pós II GM⁵. Esta violação resulta em quase 30 anos de aprofundamento das desigualdades que, por sua vez, desembocam em migrações como estratégias individuais de sobrevivência, num contexto de globalização crescente. Como bem escreve Martine “Nos dias de hoje, o horizonte do migrante não se restringe à cidade mais próxima, nem à capital do estado ou do país. Seu horizonte é o mundo - vislumbrado no cinema,

³ À excepção de Cabo Verde, então colónia, que nos finais de sessenta do século XX, registou grandes movimentações migratórias para Portugal. Os anos áureos do desenvolvimento do capitalismo na Europa acolheram muita emigrantes cabo verdianos.

⁴ Muniz, M., Lastra-Anadon, C., Kaise, K., Meyer H., Torres M. (2017), “Technological Change, Inequality and The Collapse of the Liberal Order”.

⁵ Halikiopoulou, D. e Vasilopoulou, S., (2018), “Breaching the Social Contract: Crises of Democratic Representation and Patterns of Extreme Right Party Support”, Government and Opposition”

na televisão, na comunicação entre parentes e amigos. O migrante vive num mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor”⁶.

O aumento das desigualdades ocorreu não só a nível nacional, mas essencialmente a nível internacional, e esta última é sem dúvida a principal causa para grande parte das migrações internacionais, fenómeno que não encontra a mesma entusiástica aceitação que a circulação de bens, serviços e do capital financeiro. Desconheço a existência de uma organização internacional⁷ que promova as migrações internacionais, à semelhança das que existem de promoção da livre circulação de bens, serviços e capital financeiro.

A globalização parece “padecer” de uma parcialidade de conveniência geopolítica. Como afirma Araújo, R. (2019), as migrações contrariam a globalização na sua unidireccionalidade em termos de intencionalidade pura. No sentido de seguir os caminhos centrífugos de expansão do (ou dos interesses do) centro para longínquas periferias. A colocação dessas periferias na esfera de influencia do centro – cada vez mais tendencialmente único – estabelece uma relação global em que, pelo menos aparentemente, são recíprocos os benefícios, uma vez que se estabelecem relações directas. Mas a realidade, para lá da aparência, é de que os benefícios procurados são para o centro, sendo os outros apenas instrumentais em relação àqueles. Tais caminhos centrífugos podem envolver deslocações de pessoas centro-periferias como algo desejado, considerado desejável e mesmo indispensável ou normal ao projeto globalizante, como é o caso que já aqui foi referido de deslocações dos centros do espaço da CPLP a Angola e Moçambique.

Mas realmente o que se considera fundamental é a livre circulação de bens, serviços e capital financeiro. Acontece que se os ditos ganhos permanentes de produtividade não se têm traduzido em ganhos salariais e bem estar para todos a nível dos próprios centros, que dizer das periferias?

Araújo (2019) mais acrescenta que o lado centrípeto da globalização (periferias – centro) deve limitar-se ao que interessa ao centro e, em princípio, as deslocações populacionais espontâneas não interessam e até provocam crise, pois em grande medida são impulsionados ou estimulados pela própria globalização. Ou seja, a globalização não é um fenómeno em que existe um mundo global que seja lugar de todos, mas um fenómeno em que “todos” nas periferias aceitam diluir-se ou se sentem diluídos numa globalidade comandada ou telecomandada por um pequeno grupo a que se poderá chamar de centro (que entretanto rejeita as periferias em termos de movimentação espacial da população).⁸.

É neste contexto que, no âmbito desta breve reflexão, é importante ter presente que as regras liberais da globalização não se têm aplicado às migrações internacio-

⁶ Martine, G. (2005), “A globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21”.

⁷ A OIM, agência das NU para as migrações, não foi criada para promover as migrações, mas para gerir os desafios que dela advêm.

⁸ Araújo, R. (2019), comentários ao presente texto.

nais, enquanto mobilidade do fator trabalho, da mesma forma que se aplicam ao capital financeiro e ao comércio de bens e serviços. A mobilidade do fator trabalho encontra, paradoxalmente, obstáculos crescentes, como que contrariando a lógica “sem fronteiras” do modelo dominante.

Esta contradição estruturante e intrínseca condiciona qualquer tentativa de elaboração de políticas migratórias, particularmente no caso da CPLP, um espaço global “subalternizado” por dinâmicas regionais.

As migrações internacionais têm sido objeto de atenção crescente na arena das políticas públicas globais. Deixou de ser um assunto silenciosamente confinável e contornável com o passar do tempo, para passar a ser um facto que atrapalha o “delivery” das democracias ocidentais. Felizmente. Atrapalhação benéfica, pois colocou a migração na agenda global, como uma questão geo-política global prioritária para muitos governos, permitindo que, apesar da desinformação de pendor nacionalista e populista, a sua importância para a prosperidade económica, o desenvolvimento humano e a segurança fossem verbalizados. Em 2018, avanços incrementais na cooperação internacional em matéria de migração deram mais um passo com o compromisso assumido pelos Estados (ou por um número significativo de Estados) para alcançar um acordo global para uma migração segura, ordeira e regular. A gestão deste compromisso irá exigir que se enfrente a dualidade (contraditória) existente entre as multinacionais e respetivos espaços globais e os governos e respetivos espaços nacionais. Como acima se afirmou e intencionalmente se repete, estamos perante uma situação que demanda claramente um reforço do multilateralismo (à escala global e regional).

b. Contextualização: CPLP, Dinâmicas Migratórias e Globalização

O que hoje constitui o espaço geográfico da CPLP já foi objeto de migrações internacionais, devidamente enquadradas por uma fase específica da globalização, a colonização. Neste período, o fluxo era da então metrópole para as colónias e serviu bem os propósitos do sistema. No período colonial, a migração contou com uma sintonia perfeita entre as agendas políticas e as necessidades económicas do sistema. Estiveram reunidas as condições objetivas e subjetivas para que os fluxos não só acontecessem como fossem amplamente promovidos, particularmente, pelo facto dos países destinatários serem países periféricos e anexados. Ou seja, a dominação foi um ingrediente importante. A existência então do império colonial não transforma as migrações em movimentos populacionais domésticos. Tratou-se de movimentações populacionais entre nações distintas, e portanto internacionais, associadas a “Estados” anexados.

O poder colonial bem se esforçou para transmitir uma ideia diferente. Como nota Castelo (2009) “Em 1896, o passaporte para a África portuguesa passou a ser gratuito, para incentivar a migração espontânea de metropolitanos e em 1907 (lei de 25 de Abril) foi mesmo abolido, impondo-se a conceção de que não se tratava de um movimento emigratório para fora das fronteiras nacionais, mas de mobilidade populacional no interior do império”.



O espaço colonial transmuta-se em CPLP onde a correlação de forças entre Estados/povos muda de forma radical e consequentemente também muda a lógica subjacente aos fluxos migratórios. Os novos países africanos independentes, com algumas exceções e por razões várias, não conseguem satisfazer as necessidades básicas das populações e as migrações intensificam-se como alternativa para as populações. Esta migração espontânea, no espaço da CPLP, das “ditas periferias” para os “ditos centros” como estratégia de sobrevivência alinha-se com o que já acontecia em outras latitudes e bastante comum durante os 30 anos gloriosos. Mas também, a CPLP, num passado recente, presenciou um fluxo contrário, particularmente com o fim das guerras em Angola e Moçambique, o forte crescimento económico que estes países experimentaram antes da crise internacional, e a recessão económica em Portugal com as políticas de austeridade. Este fluxo norte-sul acontece pelas mesmas razões que o fluxo sul-norte. Durante o período de austeridade, o fluxo de Portugal para Angola e Moçambique desloca milhares de portugueses em busca de um trabalho e consequentemente de uma vida melhor. Os números são significativos.

No espaço da CPLP, a clássica lógica migratória “periferia-centro” fica ligeiramente baralhada. A noção de centro, como uma locomotiva do crescimento económico com uma periferia a reboque, perante economias antes periféricas, mas nos dias de hoje com um forte potencial económico como Angola e Moçambique, fica esbatida. Se a evolução do pós-independência tivesse sido “idealmente perfeita”, estes dois países seguramente emergiriam como centros e consequentemente rece-



bedores de fluxos regulares⁹, o que se tornaria num fator favorável à definição de políticas migratórias na CPLP na medida em que não estaríamos perante fenómenos percepcionados como unidireccionais, em que o fluxo norte-sul é visto como o único que cria valor, sob a capa do glorioso investimento directo estrangeiro, e o fluxo sul-norte é percepcionado como o que atrapalha a “delivery” da democracia portuguesa. Dito isto, importa mencionar que por outro lado, os “centros” Portugal e Brasil não passam de centros intermédios, submetidos eles também a outros centros mais poderosos (caso de Portugal em especial) cujas dinâmicas não conseguem contrariar.

Pode-se, pois, concluir que as migrações há muito que acontecem no espaço geográfico que hoje delimita a CPLP e dificilmente deixarão de acontecer. São correntes económicas estruturantes que se impõem e não são passíveis de serem interrompidas por políticas públicas obstaculizantes de pendor eleitoralista. Neste particular, é bom ter presente que as regras do sistema são sujeito e as políticas públicas são objeto. Se de facto assim é, aconselha-se a bem de todos, a operacionalização urgente do compromisso global de 2018, para que as políticas públicas globais, reconhecendo as regras do sistema, promovam uma migração segura, ordeira e regular, mas acima de tudo respeitadora dos direitos humanos à escala planetária.

À luz do compromisso global assumido em 2018, de se celebrar um acordo para uma migração segura, ordeira e regular, questiona-se que política(s) migratória(s) para a CPLP?

1. Que Política Migratória para a CPLP?

a. Presença de Condições Objetivas:. Uma Oportunidade Histórica

No mundo do capitalismo “perfeito” e sem contradições, as migrações internacionais deveriam ser um dos elementos ativos do modelo dominante e alvo de políticas públicas globais que as enquadrassem e as promovessem. Mas não acontece. Pois, o capitalismo “perfeito” não existe e o que temos caracteriza-se na sua essência por contradições estruturantes em que nos dias de hoje a expressão mais “dolorosa” é a destruição de um planeta em prol do consumo, mecanismo fundamental para a realização de lucros crescentes.

Os aspetos negativos das migrações, porque os há, têm manipulado o debate. A atitude dominante é a de rejeição à migração, percebida como um fenómeno a ser contido dentro de perímetros restritos¹⁰. A classe política dos países receptores tem culpabilizado as migrações pela sua incapacidade em cumprir o contrato social. Não querendo assumir que a razão é outra.

A percepção negativa que se tem das migrações internacionais é exagerada, inconsistente e amplificada por agendas políticas populistas como isco para vitórias eleitorais. Em pleno séc. XXI, este sentimento de rejeição assume a forma de um

⁹ O que de facto já aconteceu.

¹⁰ Como referido acima, atrapalha o “delivery” das democracias ocidentais.

“remar contra a maré”. O fator trabalho vai continuar a deslocar-se, “a bem ou a mal” não só porque decorre das desigualdades geradas pelo sistema e portanto trata-se da “indispensável” outra face da moeda, mas também porque há setores económicos nos países receptores que só sobrevivem com esta mão de obra contratualizada, fora das regras de um mercado regulado acima das necessidades do sistema globalizado. Poderá levar tempo, mas os países receptores, quando colocarem as dinâmicas demográficas no centro das políticas públicas, irão entender que os fluxos migratórios clamam por uma gestão segura, ordeira e regular, conforme a decisão de 2018 tomada pela comunidade internacional, como única saída ao aproveitamento do seu potencial num quadro aonde o multilateralismo não esteja dominado pelo “zero sum game” mas pelo “win-win” entre as partes.

Um primeiro passo foi dado por algumas organizações internacionais, ao reconhecerem a necessidade de mudança de narrativa no tratamento das migrações, nomeadamente a necessidade de se reconhecer abertamente as vantagens das migrações em termos de desenvolvimento humano e crescimento económico. As catástrofes humanas associadas às migrações não são sua característica intrínseca, muito pelo contrário. Elas reflectem essencialmente uma incapacidade de os poderes públicos nacionais gerirem questões globais que não sejam prioridade ou não façam parte de uma agenda liberal. É claramente o multilateralismo a falhar. Aliás, parece que as mudanças climáticas, o comércio internacional, a cooperação internacional em matéria fiscal, vão pelo mesmo caminho.

Nesse contexto e a nível global, o ponto de partida para a formulação de políticas migratórias, não sendo estas estritamente nacionais, é a sua inscrição e priorização, de forma genuína, na agenda do multilateralismo numa perspectiva completamente inovadora quebrando com o “business as usual”. A inserção de forma consequente e consistente deste tema na agenda do multilateralismo, é nos dias de hoje uma questão fundamental para neutralizar as agendas populistas e xenófobas. Uma honesta valorização dos aspetos positivos dos fluxos migratórios, porque os há, tentando equilibrar a perspetiva parcial que tem dominado o debate de quase exaltação dos aspetos negativos, estes, por sua vez, resultado de ausência de políticas. Ou seja, um paradoxo.

Como cidadãos da CPLP poderíamos começar por reconhecer:

- I. que as migrações são inevitáveis e vão continuar a acontecer apesar dos obstáculos existentes;
- II. que a sua consagração em políticas públicas passa pelo reconhecimento do enorme potencial de complementaridades e sinergias socioeconómicas existentes no espaço “global” da CPLP;
- III. que a inserção dos países que compõem a CPLP em espaços regionais não constitui um obstáculo, muito pelo contrário, é uma mais valia;
- IV. que “remar contra a maré” não é a melhor via. As políticas que equacionam antes de mais os aspetos positivos das migrações tem uma maior probabilidade de enfrentar os desafios e gerar sucessos do que as políticas que obsessivamente só equacionam os aspetos negativos. Trata-se basicamente de evitar o paradoxo acima mencionado.

A definição de uma política migratória no espaço da CPLP, teria que começar por equacionar os ingredientes básicos da geopolítica mundial: população, geografia, território e recursos. Com um aumento de 44% da população na CPLP ¹¹, o UNFPA prevê que esta comunidade venha a concentrar 4% da população mundial em 2050. A ONU prevê que a CPLP registre um aumento populacional de cerca de 110 milhões de pessoas até 2050, passando assim a ter entre 357 e 362 milhões de habitantes. A área do globo terrestre ocupada pelos onze membros¹² da CPLP é muito vasta. São 10.743.526 km² de terras, aproximadamente 7,5% da terra do planeta. Uma população e um território espalhados por quatro Continentes – Europa, América, África, e Ásia.¹³ Os PIB's somados dos onze membros supera os US\$ 3,5 biliões. O poder económico da CPLP representa 4% da riqueza mundial¹⁴.

Tudo o acima dito é do conhecimento de todos. Mas há um aspeto de particular importância que decorre necessariamente dos dados apresentados e que deveria guiar numa primeira fase, caso houvesse vontade política, a definição de uma política de migração no espaço da CPLP, a importância geoestratégica do Atlântico.

O Atlântico, particularmente o Atlântico Sul, experimentará nas próximas décadas a consolidação do seu potencial geoestratégico constituindo isto uma oportunidade única para a CPLP. Como nota Azevedo (2014) “Nesta perspectiva, a CPLP na sua relação com o Oceano Atlântico impele-nos a compreender não apenas a importância geoestratégica das duas margens (africana e sul-americana) mas sobretudo reconhecer um triângulo estratégico no quadro da Comunidade e avaliar a medida de outros interesses que concorrem na região para se perceber claramente quais as potencialidades deste mar oceano ...”¹⁵

Pensamos que é neste contexto, que a CPLP deve equacionar o seu protagonismo... e reconfigurar a sua atuação geoestratégica, nomeadamente, reforçando o seu sentido de pertença ao Oceano Atlântico, em que as migrações deveriam constituir a sua mais elevada manifestação.

*É difícil a promoção
de fluxos migratórios
de forma integrada,
consistente e duradoura
tendo em conta a
divergência de posições
políticas por parte dos
governos em exercício*

¹¹ A CPLP integra hoje uma população de 273,6 milhões de habitantes (Estados e Regiões).

¹² Estados (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) e Regiões (Goa e Macau).

¹³ UNFPA e CPLP

¹⁴ 50% dos recursos petrolíferos descobertos na última década estão na área de influência da CPLP; em meados deste século, o gás e petróleo de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Guiné Equatorial e São Tomé representarão cerca de 30% da produção mundial de hidrocarbonetos.

¹⁵ Azevedo, F. (2014), “A CPLP e o Atlântico Sul”.

b. Ausência de Condições Subjectivas: Uma Percepção de Subalternização

Mas não aconteceu. Não acontece. E não acontecerá. Apesar de benéfica e da inevitável objetividade do potencial, vozes defendem que não estão reunidas as condições subjetivas para o estabelecimento de uma política migratória no espaço da CPLP. Ou seja, as condições objetivas existem mas o fator subjetivo não conseguiu, até à data, perceber o papel que pode e deve desempenhar.

É difícil a promoção de fluxos migratórios de forma integrada, consistente e duradoira tendo em conta a divergência de posições políticas por parte dos governos em exercício, nalguns casos agravada pela participação dos países em espaços regionais com níveis de institucionalização e legalização mais estruturados e consequentemente mais vinculativos. A percepção, desnecessária, de “subalternização” da CPLP em relação aos espaços regionais de inserção dos nossos países por parte dos atores políticos personifica a ausência de condições subjectivas.

Vai-se perdendo claramente a oportunidade de se gerarem dinâmicas socioeconómicas que complementem as já existentes associadas aos espaços regionais de inserção. E vai-se perdendo a oportunidade de uma verdadeira comunidade efetiva e útil aos povos que a constituem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Martine, G. (2005), “A globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21”, São Paulo em Perspectiva vol.19 no.3 São Paulo July/Sept. 2005 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300001>.
2. Halikiopoulou, D. e Vasilopoulou, S., (2018), “Breaching the Social Contract: Crises of Democratic Representation and Patterns of Extreme Right Party Support”, *Government and Opposition*, Vol. 53, No. 1, pp. 26–50, 2018.
3. Castelo, C. (2009), “Migração Ultramarina: Contradições e Constrangimentos”, *Ler História* URL : <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1950>.
4. Muniz, M., Lastra-Anadon, C., Kaise, K., Meyer H., Torres M. (2017), “Technological Change, Inequality and The Collapse of the Liberal Order”.
5. Piketty, T. (2013), “O Capital do Séclo XXI”.
6. Qureshi, Z. (2018), “Global Economy and Development”, Brookings.
7. Azevedo, F. (2014), “A CPLP E O ATLÂNTICO SUL”(texto para a intervenção no VIII ENABED, Brasília 8-10 de Setembro de 2014).



■ **Mário Godinho de Matos**

Licenciado em Economia pelo ISEG em 1974. Ingressa na Carreira Diplomática em 1976 e exerce funções de “Secretário de Embaixada” no MNE até 1980, “Secretário de Embaixada” na Embaixada de Portugal em Washington, de 1980 a 1985, e Cônsul-Geral de Portugal em Maputo, de 1985 a 1989.

Membro do Grupo de Ligação Conjunto (GLC) Luso-Chinês sobre a Transição de Macau, de Abril 1988 a Julho de 1991. De 1989 a 1991 desempenha funções de “Conselheiro de Embaixada” na Embaixada de Portugal em Pequim.

Regressa ao MNE em Julho de 1991, onde permanece até 1995, tendo sido sucessivamente Director de Serviços dos Departamentos: (I) Ásia e Oceania, 1991-1993, (II) Europa, 1993 - 94 e (III) América do Norte 1994- 95 (negociação do novo Acordo com os EUA relativo à Base das Lajes).

De 1995 a 1999, “Ministro Plenipotenciário” na Embaixada em Madrid como substituto legal do Chefe de Missão.

De 1999 a 2004, representante Permanente Adjunto na Delegação Portuguesa junto da OTAN, em Bruxelas.

De 2004 a 2008 Embaixador de Portugal em Havana e de 2008 a 2013 Embaixador de Portugal em Maputo.

Promovido à categoria de “Embaixador” no quadro do MNE, em Abril de 2014.

De 2013 a 2017, Embaixador de Portugal em Moscovo.

Desde 2017, Presidente da Comissão Internacional de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CILBH).

Experiência Académica:

- Assistente-Convidado de “História Económica e Social”, no ISEG, durante cinco anos letivos: de 1976/77 a 1979/80 e 1994/95.
- Lecciona atualmente a cadeira de “Prática Diplomática” na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA.



Queria começar por endereçar os meus cumprimentos ao nosso anfitrião, o Dr. Vítor Ramalho, e à UCCLA, por este convite que me deixa muito honrado, e também à direção da Ordem dos Economistas, na pessoa do Doutor António Mendonça, meu colega e amigo de longa data, no então ISCEF. Queria também cumprimentar o Senhor Almirante CEMGFA e o Doutor António Rebelo de Sousa. E também, obviamente, os atuais e anteriores responsáveis políticos de países da nossa comunidade que se encontram nesta sessão, para mim particularmente interessante e motivadora, porque me fez voltar aos temas da CPLP, que eu acompanhei durante uns anos e que depois, por motivos profissionais, passei a outras áreas.

Tenho que começar também por fazer uma declaração de interesses, é que também tenho dois amores. Portugal e Moçambique. Moçambique foi o único país que eu repeti. Normalmente, na carreira diplomática, não se repetem países, porque eles são tantos que não faz sentido repetir, mas por um acaso e por circunstâncias várias, acabou por ser esse o único país que repeti. Estive em Moçambique nos anos 80, na segunda metade dos anos 80, num período muito difícil, com o país numa situação de guerra e de enormes dificuldades e quando voltei, ao fim de 20 anos, encontrei um país completamente diferente: os edifícios ainda lá estavam, as ruas eram as mesmas, mas as pessoas já tinham mudado e o país era outro. Isso foi muito reconfortante, pois vi ali uma realidade nova que tem todas as potencialidades, independentemente das dificuldades conjunturais, para se afirmar na cena internacional. Tenho aqui outras dificuldades. É que, ao contrário das minhas colegas e responsáveis políticas, tinha tomado umas notas para falarmos, inclusive trocarmos impressões, mas vejo que as minhas notas coincidem em grande parte com aquilo que Sua Excelência o Presidente da República já disse. Eu tentarei dar uma achega, porque acho que o Senhor Presidente já disse tudo. E aqui as minhas colegas de painel puseram a fasquia tão alta que eu sinto uma certa dificuldade em corresponder à qualidade das intervenções que acabámos de ouvir. No entanto e, apesar de tudo, vou fazer uma tentativa.

Começaria pela “cooperação para o desenvolvimento”, que é uma das áreas que nos motiva também, que é justamente essa luta pelo desenvolvimento económico



e verifico – por umas leituras que vou fazendo, como disse tinha-me afastado um pouco destes temas –, parece-me um meio cada vez mais especializado e competitivo que pressupõe atrair quadros e reter esses quadros na área da cooperação para o desenvolvimento. Evidentemente temos que dispor de instrumentos e meios financeiros que o suportem e, para isso, é muito importante o papel da sociedade civil e também a do setor privado. Queria deixar aqui também essa impressão minha de que temos que dar um pouco de espaço ao setor privado para que ele se afirme, tenha condições de competitividade e para darmos um salto qualitativo, nesse sentido, para além das organizações oficiais e governamentais. Diria isto apenas como um preâmbulo.

*é muito importante
o papel da sociedade
civil e também
a do setor privado*

Como é que a CPLP, no meu entender, se consolida e se projeta internacionalmente? À cabeça de tudo, e independentemente dos vários itens que compõem essa projeção internacional, queria chamar a atenção para um assunto que me parece relevante, que é o da promoção dos direitos humanos. No meu entender, esse tema deve ser central nesta nossa cooperação intercomunitária, porque é um pilar de dignidade humana e contribui para o bem-estar das populações,

por um lado, e por outro, dá, de facto, à nossa comunidade a projeção internacional de que ela necessita, potencialidade que já tem, mas que precisa de desenvolver e melhorar. Portanto, parece um aspeto transversal muito importante para o qual poderíamos eventualmente olhar. E aqui afasto-me um bocadinho, para não repetir tudo o que o Senhor Presidente da República disse.

Queria chamar a atenção para um tema um bocadinho exótico, mas que tem um pouco a ver com as minhas atuais funções no MNE – a água. A água é um recurso cada vez mais escasso a que não atribuímos a necessária importância e que vai ser determinante no futuro, não sei se nos nossos dias, mas, provavelmente, no tempo dos nossos filhos e netos e, dizem-nos alguns teóricos, que a água vai ser, no futuro, uma questão talvez mais importante que o petróleo é nos nossos dias. E isto vem a propósito por que, no ano passado, em março de 2018, realizou-se em Brasília o 8.º Fórum Mundial da Água. Isto é relevante porque é a primeira vez que um país da CPLP acolhe este Fórum, que é o organismo que gere todas as questões ligadas com a água a nível internacional. Isso creio que foi muito importante, mais, tenho a certeza que foi muito importante para a CPLP, era a primeira vez que ele se realizava, como disse, num país da comunidade, e estiveram presentes todos os Estados-membros da CPLP. Portanto, nesse sentido, nós, CPLP, o conjunto dos países que a ela pertencem, demos um contributo importante nesta tentativa de definição de uma agenda que garanta uma gestão sustentável da água e do saneamento, que é outra questão que vem agarrada à água (mas não iremos por aí hoje). Eu só queria chamar a atenção para como este foi um momento importante na vida da CPLP porque se trata, como disse, de um Fórum internacional de grande relevância nesta área.

Ainda durante este Fórum teve também lugar uma reunião dos ministros do Ambiente da CPLP, onde estiveram igualmente representados todos os países da CPLP e isso é muito relevante, porque nos deu uma exposição internacional acrescentada numa área pouco conhecida, mas creio que bastante relevante. Em que é que nós, agora falo no caso português, podemos [contribuir positivamente] para toda esta problemática da água? Nós temos um problema com a Espanha, que é a divisão da água dos rios comuns e, sobretudo, temos um instrumento técnico-jurídico chamado Convenção de Albufeira, que gere e regula os fluxos de água que devem passar no momento em que os rios atravessam a nossa fronteira. Mas a convenção é muito mais ampla do que isso e contém critérios muito atualizados. É uma convenção que fez o ano passado 20 anos, é de 1998, mas quando se olha para ela com atenção, é curioso verificar como ainda se mantém atualizada em termos da quantidade de água, que é mais uma questão bilateral, nossa com Espanha, mas também na preservação da qualidade da água, que é o outro aspeto também muito impor-

*A água é um recurso
cada vez mais escasso
a que não atribuímos
a necessária
importância e que vai
ser determinante
no futuro*

tante. E isto vem a propósito porque a Convenção de Albufeira é hoje em dia assumida por vários países a nível internacional como um modelo de cooperação nas áreas relacionadas com a água, nas suas duas vertentes, quantidade e qualidade. Em Portugal, temos um certo retraimento em publicitar as coisas que nos saem bem, e a Convenção de Albufeira é um instrumento hoje em dia reconhecido internacionalmente como modelo de regulação destes temas, e devemos publicitá-lo e também colocá-lo ao serviço e no âmbito da CPLP. Os países que a constituem virão seguramente a enfrentar problemas e questões deste tipo e temos aqui um instrumento reconhecido internacionalmente que todos podemos utilizar com vantagem.

Outra questão que trazia aqui, enfim, nesta coleção de coisas que me pareciam mais relevantes, era a questão da língua. Não vou repetir a importância da língua, todos nós temos isso muito presente, os 250 milhões de falantes de Língua Portuguesa, que a minha colega de painel para questões demográficas [já referiu],

3,7% da população mundial que falam português, população essa que gere 4% riqueza mundial, e os países de Língua Oficial Portuguesa que ocupam uma área geográfica de 10,8 milhões de quilómetros quadrados

os 3,7% da população mundial que falam português, população essa que gere 4% de riqueza mundial, e os países de Língua Oficial Portuguesa que ocupam uma área geográfica de 10,8 milhões de quilómetros quadrados.

Para essa importância da língua contribuíram, com certeza, variadíssimos fatores, o crescimento económico dos países da comunidade, as boas práticas de governo dos países que a compõem, e também o reconhecimento internacional de personalidades e instituições do espaço lusófono que falam português e que se afirmam internacionalmente pela via da língua portuguesa. Evidentemente, esta é uma constatação, temos é que melhorá-la, aumentá-la, e isso passa com certeza por quem sabe fazer estas coisas, por políticas concertadas entre os países da CPLP na defesa do conhecimento da língua

e desenvolvimento da literacia dos utilizadores.

Agarrada à língua vem, com certeza, a promoção da cultura, com as diversas nuances de cada um dos países que compõem a comunidade, mas uma cultura que, talvez, e também servindo-se um pouco da língua, pode ter imensas zonas de contacto e de confluência. Uma questão talvez mais ligada com a minha atividade profissional, que é a concertação político-diplomática, parece-me também uma área de imenso interesse e de intervenção em termos da comunidade. É tema recorrente que o Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas necessitaria de ser reformado, mas essa reforma depara-se com imensas resistências e dificuldades. De facto, ao nível dos membros permanentes, o CS reflete os vencedores da 2ª Guerra Mundial mas, entretanto, passaram 70 anos.

O mundo muda todos os dias, como dizia já não sei que autor, tudo muda menos a geografia e a história. De maneira que, de facto, é uma área que está em



discussão, a reforma do CS das Nações Unidas aparece sempre em diversas agendas, mas, pelos vistos, os progressos não têm sido significativos, mas nós, CPLP, temos uma palavra a dizer nessa área.

E a palavra a dizer é justamente o apoio que já foi formalizado a uma eventual candidatura do Brasil e também da África como continente. Temos tido sucessos na esfera muito restrita do Conselho de Segurança. O Brasil tem uma candidatura próxima, Portugal anunciou já uma candidatura para o biénio 2027-2028, o que dá uma ideia, de facto, da concorrência que existe a nível internacional para aceder a esse órgão de poder, mas temos tido, em termos globais da nossa comunidade, com o apoio todos, temos tido sucessos significativos no plano internacional e queria referir muito rapidamente a eleição do Secretário-Geral das Nações Unidas, que eu tive o privilégio e a oportunidade de acompanhar um pouco, porque nessa altura, estava em Moscovo, que é um P. 5 (membro permanente do Conselho de Segurança).

Recordam-se que a indicação, ao princípio, era a inviabilização completa da candidatura do Engenheiro Guterres: havia a questão do género e, por uma alternância de áreas geográficas, o candidato devia pertencer à Europa de Leste. Afinal, não foi Europa de Leste e o género, enfim, acabou por não ter havido mudança de género (peço desculpa às minhas colegas). Isto é só para dizer o seguinte, na análise daquela

candidatura, eu fui observando como os russos iam reagindo aos diversos *inputs*, àquela enorme confusão que eram aqueles imensos candidatos da Europa de Leste, as duas senhoras búlgaras, com certeza se recordam disso, etc, mas por detrás do Engenheiro Guterres, e os russos seguramente analisaram isso, havia um peso, porque ele não significava só Portugal, tinha por trás de si também o peso que vinha de pertencer a uma comunidade muito mais alargada de países geograficamente colocados em pontos estratégicos do planeta e isso, estou seguro, não terá deixado de ser um elemento de ponderação nessa candidatura que nos correu bem, mas que foi um exercício diplomático, podem crer, muito curioso, sobretudo se observado junto das grandes potências.

E, mais recentemente, a eleição do Dr. António Vitorino para a Organização Internacional das Migrações, que era outra candidatura difícil. Toda a gente dizia não, mas vocês não avancem com isso, lá vem outro português, já não chega um Secretário-Geral das Nações Unidas, isto vai ser muito difícil, é melhor desistirem, não vemos aqui grande viabilidade. A verdade é que a qualidade do candidato, a qualidade dos candidatos, pesa muito, obviamente, mas estou convencido que essa outra envolvimento, essa outra ideia de que aquela pessoa, para além das suas qualidades pessoais, também pertence a uma comunidade alargada de países, e esse interesse internacional foi muito vincado por S. Exa. o Senhor Presidente da República a propósito do enorme número de observadores associados que cada dia chegam à

CPLP, eu estou seguro que um pouco do êxito ou uma parte do êxito dessas candidaturas tem a ver também com a CPLP. Mares e oceanos, creio que também já foi tudo dito.

Quando estava em Moçambique, pude também acompanhar o processo de extensão da plataforma continental de Moçambique que entrou nas Nações Unidas num momento posterior ao nosso e aí estará, como está o nosso processo de ampliação, mas, independentemente do tempo que tudo isto poderá levar, a extensão das plataformas continentais dos países da CPLP vai ser um elemento muito amplificador da importância dos países da nossa comunidade, pela extensão que isso implica, em termos físicos, e pela importância política que, estou seguro, daí derivará.

Um outro tema de que eu tinha tomado nota era a mobilidade e a circulação na CPLP, mas já percebi que é um tema muito complicado e complexo mas, enfim, fico relativamente otimista, porque verifico nos textos que fui lendo que essa é uma realidade que está presente, tem sido objeto de várias apreciações e estudos que estão a decorrer e, apesar da diversidade das situações dos países que compõem a comunidade, das diferentes sensibilidades, de todo o tipo de dificuldades que, com certeza, existem, estou convencido que, havendo

*a extensão das
plataformas
continentais dos países
da CPLP vai ser
um elemento muito
amplificador
da importância
dos países da nossa
comunidade*

vontade política, e isso implica flexibilização de critérios, havemos de lá chegar, ainda que tenha que se fazer aqui um exercício de paciência e de entendimento mútuo.

Isto para fecharmos um bocadinho o círculo é muito importante; obviamente, no plano económico, daremos, com certeza, passos importantes na integração económica se pudermos contar com este elemento da circulação livre das populações que pertencem aos nossos países.

E, como estamos num Fórum de economistas, eu também sou vagamente economista, foi aí que estudei, nessa escola, mas depois por estas coisas da vida e do acaso derivei para uma área completamente distinta e só agora, passados 40 anos, estou a voltar um pouco, mas exatamente porque estamos aqui na área da economia e dos economistas, eu penso que este é o grande desafio para a CPLP, porque, como em tudo, todos os outros problemas laterais se resolvem melhor se tivermos, de facto, uma estrutura económica que nos apoie, que nos suporte e que permita criar riqueza coletiva, e que essa riqueza possa ser criada e distribuída, e essa será, com certeza, uma base de atuação e trabalho muito importante para todos estes aspetos setoriais e todas as preocupações que nos acompanham.

E justamente para fechar o círculo, mais uma vez refiro a iniciativa privada, eu sei que também têm sido dados passos importantes nessa área, há desenvolvimentos significativos na cooperação empresarial, mas penso que será um aspeto a que temos também que dedicar a nossa atenção e com base em tudo isto construir uma comunidade que, tenho a certeza, se vai afirmar no futuro e que será benéfica para todos os nossos países. Obrigado.



■ Moderador:

Prof. Doutor António Mendonça

Oradores:

■ Prof. Doutor António Rebelo de Sousa

■ Dr. Manuel Aranda da Silva

■ Dr.^a Maria do Carmo Silveira

■ Dr. Olavo Correia

A cooperação monetária no seio da CPLP





16h45 | 3.º Subtema

A cooperação monetária no seio da CPLP



Moderador: Prof. Doutor
António Mendonça



Prof. Doutor António
Rebelo de Sousa

Patrocinadores



lisboa



galp



A3

Apoiadores



Câmara Municipal de Lisboa



edp



EuroBio



Associação Portuguesa de Economistas
Associação Portuguesa de Economistas



Ordem dos Economistas
Ordem dos Economistas

1.º Fórum de Economistas das Cidades de Língua Portuguesa

Lisboa, 25 de maio de 2019



Dr. Manuel
Aranda da Silva



Dr.ª Maria do Carmo
Silveira



Dr. Olavo Correia





■ António Jorge Duarte Rebelo de Sousa

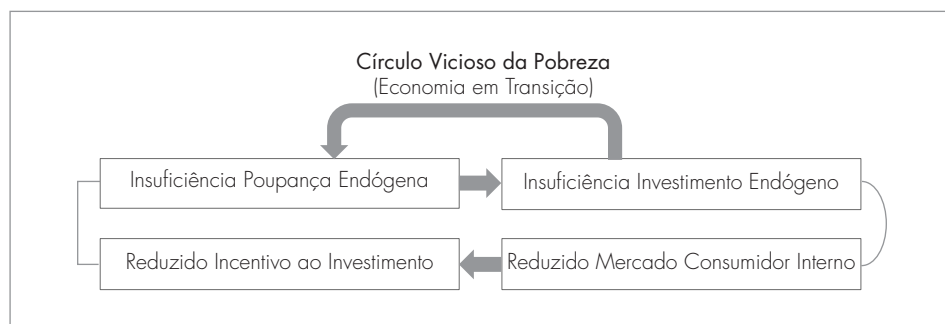
Nasceu em maio de 1952, em Lisboa, Portugal. Doutorado em Economia pela Universidade Lusíada de Lisboa e licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia. Diretor da Revista Economia & Empresa das Universidades Lusíadas. Presidente da Comissão Americana da Sociedade de Geografia. Presidente do Conselho Fiscal do Clube de Lisboa. Presidente do Instituto Benjamin Franklin. Diretor da Revista Energia & Futuro, editada por Diário de Bordo Editores. Presidente do Conselho de Administração da SOFID- Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento- Instituição Financeira de Crédito, SA. Foi membro do Conselho Diretivo da Fundação Centro Cultural de Belém entre março de 2010 e Janeiro de 2012. Consultor Económico da Embaixada do Japão, desde 2002. Presidente do Conselho Consultivo do OSCOT- Observatório de Segurança, Criminalidade e Organizações Terroristas. Foi Vice-Presidente do OSCOT. Presidente do Conselho Consultivo do ITD- Instituto Transatlântico Democrático (Transatlantic Democratic Institute). Member of the Board of Directors of the American Club of Lisbon. Membro do Conselho Consultivo da Orquestra Metropolitana de Lisboa. Sénior Advisor to the Board of Directors of the American Club of Lisbon. Foi Assessor do Ministro das Finanças para os Assuntos Económicos, bem como Consultor do Ministro das Finanças. Foi Membro do Grupo de Parlamentares da EFTA. Deputado à Assembleia da República, entre 1976 e 1980 e, posteriormente, entre 1983 e 1985. É Professor Catedrático da Universidade Lusíada de Lisboa, onde leciona desde 1986. É Professor Associado com Agregação da Universidade Técnica de Lisboa, lecionando no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas desde 2003. Reviewer da revista internacional, sediada no Reino Unido, "Regional Studies" - Regional Studies Association. Foi Professor Convidado da Faculdade de Economia de Coimbra no ano letivo de 1979/80. Foi Assistente da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, entre 1979 e 1980 e entre 1981 e 1985. Foi assistente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa entre 1976 e 1978 e entre 1980 e 1981. Agregado em Economia Internacional pela Universidade Técnica de Lisboa. Publicou várias obras e artigos ligados à Economia, Estratégia e Finanças.



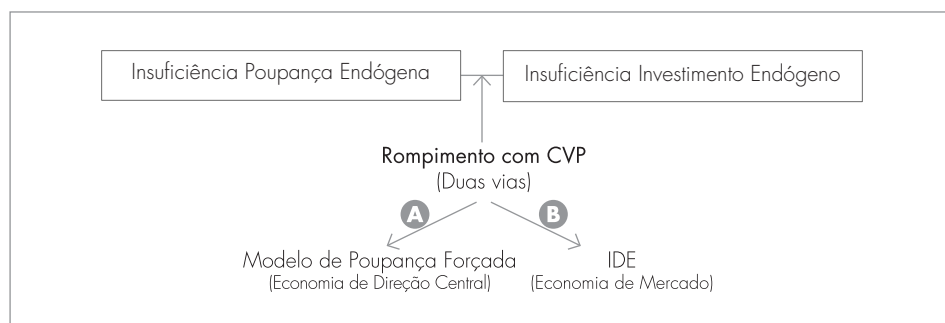
Vou falar sobre a política cambial nos países em vias de desenvolvimento, ou economias em transição, ou *intermediate states*, que, para mim, tem muita importância pelas razões que vou passar a aduzir.

A primeira questão que se coloca nas economias em vias de desenvolvimento, ou economias em transição, tem que ver com o círculo vicioso da pobreza de que nos fala Nurkse, e que existe a níveis muito diferentes, evidentemente, mas existe sempre algo parecido com o círculo vicioso da pobreza, com maior ou menor intensidade, nas economias em transição, e que tem que ver com o facto de haver uma insuficiência de poupança endógena porque uma grande parte da população vive ao nível de subsistência e os setores mais privilegiados, muitas vezes, tem a tentação de não aplicar as suas poupanças propriamente em investimento interno, mas sim no exterior e, portanto, há insuficiência de poupança endógena. E havendo insuficiência de poupança endógena há também insuficiência de investimento endógeno. Mas, para além disso, mesmo que houvesse alguma poupança endógena para daí resultar algum investimento reprodutivo nessas economias, há um reduzido mercado consumidor interno, e isso não convida à realização de investimento, portanto, isto é o círculo vicioso da pobreza: por um lado, há uma reduzida poupança endógena e, portanto, reduzido investimento; mas, por outro lado, mesmo que houvesse grande capacidade para investir, não havia mercado consumidor interno suficiente para induzir esse mesmo investimento. (vide Quadro I).

Não há um único exemplo de economia de direção central estatizante que, com este tipo de mecanismo de poupança forçada e apostando nas indústrias de base, tivesse conseguido criar uma classe média forte e com capacidade de consumo forte, isto é, com um mercado consumidor endógeno significativo



Quadro I



Quadro II

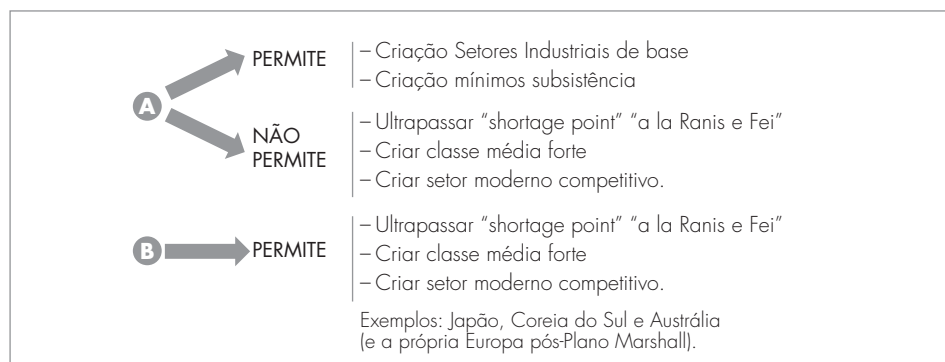
Portanto, é preciso romper com este círculo vicioso da pobreza. E como é que se pode romper com este círculo vicioso da pobreza? Ora bem, há 2 vias, sempre houve historicamente 2 vias (aqui a minha posição é um bocado polémica mas corresponde à minha maneira de pensar) (vide Quadro II): uma via tem que ver com o modelo de poupança forçada, economia de direção central planificada e estatizante. Como aconteceu com o modelo soviético, como aconteceu com o modelo chinês durante bastante tempo, hoje em dia já não é assim, já estamos a falar doutro modelo quando falamos da China. Como aconteceu noutras economias.

Hoje em dia, se falarmos a nível mundial, como modelo de direção central puro temos um caso que não é propriamente exemplar, que é o da Coreia do Norte. É um modelo em que há também apropriação da mais-valia, mas a apropriação da mais-valia é feita pelo Estado, há valor criado pela força de trabalho, só que não é apropriado individualmente, pelos capitalistas, é apropriada pelo Estado, porque senão não havia investimento público nem havia nomenclatura, a nomenclatura do partido único, que conseguisse viver. Portanto, para haver uma nomenclatura que consiga viver e para que haja investimento público tem que haver mais-valia apropriada, como é evidente, isto é uma questão básica, só que depois é canalizada para investimento nos setores industriais de base: indústria siderúrgica, aço, cimento, construção, nalguns casos também construção naval; ora bem este é um modelo.

O outro modelo é o que tem mais a ver com a economia de mercado, que é a aposta no investimento direto estrangeiro para romper o círculo vicioso da pobreza.

Estes são, fundamentalmente, os dois modelos que visam romper o círculo vicioso da pobreza.

Ora bem, no primeiro modelo, o modelo de economia de direção central, permite o quê? Como já tive oportunidade de dizer, permite a criação de setores industriais de base e a criação de mínimos de subsistência, quer dizer que, de facto, as pessoas têm todas acesso à educação, têm acesso à saúde, têm acesso a uma perna de frango por semana, têm acesso a arroz todos os dias, têm acesso a batata todos os dias, não morrem à fome, etc. É verdade. Mas não há criação de uma classe média, nem se verificam aquilo que nós, em termos económicos, designamos por *shortage points* “a la Ranis e Fei”, que é verificar que se dá o salto qualitativo em termos de aparecimento de uma indústria manufatureira e da emergência de uma classe média com capacidade aquisitiva significativa. Não há um único exemplo de economia de direção central estatizante que, com este tipo de mecanismo de poupança forçada e apostando nas indústrias de base, tivesse conseguido criar uma classe média forte e com capacidade de consumo forte, isto é, com um mercado consumidor endógeno significativo. Não há um único caso. Podiam dizer, está enganado, está aí a debitar sentenças e tal, mas há aqui um exemplo... mas não há um único exemplo onde se tenha conseguido diversificar não só o perfil da procura como modificar o perfil da oferta, não há um único caso. Portanto, cá está, não permite ultrapassar os *shortage points* “a la Ranis e Fei”, nem criar uma classe média forte, nem um setor moderno competitivo e, se pensarmos na ex-União Soviética e, mais tarde, a própria Rússia saída da União Soviética, não há uma única marca russa de automóveis competitiva à escala internacional, não há uma única marca russa de frigoríficos competitiva à escala internacional, uma única marca de computadores ou de software competitivo à escala internacional, saídos da revolução soviética. Não há um único banco competitivo à escala internacional, obviamente, também não houve diversificação do setor de serviços, não há, e isto é uma constatação (vide Quadro III). Portanto, é um país com um modelo de especialização primária que vive do gás natural e do petróleo, é, tipicamente, um país com uma economia subdesenvolvida do ponto de vista do perfil da oferta. Isto não quer dizer que não seja uma grande potência militar e que não tenha outros atributos, mas não é isso que estou a pôr em causa



Quadro III



(vide Quadro III). Ora bem, a Alínea B, que é aquela que eu defendo, evidentemente. A aposta no investimento direto estrangeiro, que permite, em meu entender, ultrapassar *shortage points* “a la Ranis e Fei”, criar uma classe média forte, que é o setor menos competitivo, havendo casos disso. Exemplos: o Japão era, há 60/70 anos, uma economia subdesenvolvida, hoje é o que é, temos o caso da Coreia do Sul, que há 40 anos era um país subdesenvolvido, hoje em dia é considerada uma economia industrializada, temos a Austrália que, há muitas décadas, não era propriamente uma economia evoluída. E mesmo a própria Europa, porque esta tese de que o que é preciso é concentrarmo-nos em nós próprios, sermos protecionistas, fecharmo-nos, aproveitarmos as nossas sinergias e não aproveitar necessariamente a ajuda externa porque isso é um sinal de fraqueza e debilidade e depois não vai resultar em nada de positivo para nós, tudo isto é muito interessante, mas coitada da Europa se tivesse feito isso depois da II Guerra Mundial, em que precisámos do

Opção B	
– HIP.1	Câmbios Flutuantes + Modelo Substituição Imports
– HIP.2	Câmbios Estáveis → → Pegging Practices
1.ª fase - Algum protecionismo. 2.ª fase - Gradual abertura ao exterior.	

Quadro IV

Plano Marshall. Coitado do Japão se tivesse feito isso depois da II Guerra Mundial, tinha sido um desastre. Coitada da Coreia, se tivesse feito isso depois das guerras da Coreia, estaria num estado lastimável hoje em dia. É preciso sermos objetivos, não basta tentar encontrar soluções originais de algum protecionismo inteligente para conseguir resolver os problemas, é preciso mais qualquer coisa para o motor começar a andar.

Se formos pela opção B, e eu sou pela opção B sinceramente, então temos duas sub-hipóteses: hipótese 1: câmbios flutuantes e substituição de importações. Precisamos de câmbios flutuantes para termos um instrumento que nos permita compensar os desequilíbrios externos e as perdas de competitividade externa porque não temos os mesmos níveis de produtividade que outras economias, e as economias em vias de desenvolvimento têm essa limitação, naturalmente. Portanto, precisamos de câmbios flutuantes para podermos desvalorizar sempre que é necessário desvalorizar, fazer as chamadas desvalorizações competitivas e depois, por outro lado, para salvaguardar a economia da concorrência externa e conseguirmos defender as chamadas indústrias nascentes, precisamos do modelo de substituição de importações.

Ora bem, esta é uma filosofia que tem também os seus problemas, porque, em certos casos, o modelo de substituição de importações funciona desde que seja aplicado temporariamente e não se eternize no tempo, porque se se eterniza no tempo, como aconteceu em países da América Latina, caso do Brasil, caso da Argentina, gera um ciclo infernal de inflação-desvalorização-inflação. Foi o que aconteceu nesses casos. Mas se for aplicado temporariamente pode, de facto, ajudar a criar indústrias nascentes, é verdade.

Embora tenhamos que ser realistas, porque há modelos de substituição que são segmentados em relação a certos produtos em que temos possibilidades de produzir bens em que somos competitivos e outros que são os modelos de substituição generalizados, e isso não faz sentido nenhum em pequenas economias, por exemplo, um modelo de substituição de importações em Andorra é uma piada. Modelo substituição de importações no Liechtenstein, uma piada, ou no estado do Mónaco. Portanto, em países com pequena dimensão, os modelos de substituição de importações globais, vejamos, vão produzir automóveis, vão produzir aviões, vão ter produção própria nesses setores todos? Não vão ter. Temos que ter a noção das limitações que decorrem da própria dimensão das economias e dos respetivos mercados.

Na hipótese 2, que é o modelo que defendo, considera-se que, na medida do possível, se as economias se querem desenvolver, precisando de investimento direto estrangeiro, precisam de caminhar no sentido de terem câmbios estáveis e de assegurarem a convertibilidade das respetivas moedas, porque é a única maneira de influenciarem positivamente a componente psicológica do investimento e, portanto, contribuir

*se as economias se
querem desenvolver,
precisam de caminhar
no sentido de terem
câmbios estáveis
e de assegurarem
a convertibilidade das
respetivas moedas*

para que haja investimento direto estrangeiro, para que haja condições mínimas para a existência de investimento direto estrangeiro. Nestes casos, na hipótese 2, pode haver algum protecionismo numa primeira fase, desde que seja temporário e segmentado, como já tive ocasião de explicar mas, a prazo, há a inevitabilidade de uma gradual abertura em relação ao exterior; deve ser gradual, não deve ser feita num ápice, é um erro, muitas vezes, da produção teórica neoliberal que defende que essa abertura tem que ser imediata, assim como defende que as privatizações, nas economias em transição dos modelos de direção central para os modelos da economia de mercado, têm que ser também imediatas só para se conseguir consolidar essa mesma transição, mas isso é um erro porque, em muitos casos, constata-se que não há sequer empresariado capaz de assumir essas novas responsabilidades.

Então, se formos para a hipótese 1, custos fixos, modelo de substituição de importações com alguns resultados positivos numa 1.^a fase, mas a longo prazo, ciclo infernal inflação-desvalorização-inflação. No modelo 2 temos a influência positiva na componente psicológica do investimento resultante das *pegging practices*, portanto, da estabilidade cambial, e a estabilidade cambial deve criar condições propícias para que mais tarde exista convertibilidade da moeda (vide Quadro V e VI).

Ora bem, Branson e Katseli desenvolveram um modelo muito interessante para Portugal, Espanha, Grécia, num estudo com base num modelo de equilíbrio parcial em que se procurava estudar o rácio adequado de preços de bens transacionáveis/preços de bens não transacionáveis, procurava-se ver até que ponto é que se devia contribuir e como é que se podia contribuir para a não deterioração das razões de troca, preço exportação/preço importação, e para o equilíbrio externo e chegaram à conclusão de que através deste modelo, que eu não vou explicitar porque o tempo posto à minha disposição é insuficiente, a moeda de cada um destes países, Portugal, Espanha e Grécia, devia estar ligada a um cabaz de moedas europeias e, a partir

– HIP.1	CF + MSI
– Alguns bons resultados numa 1.ª fase;	
– A longo prazo → Ciclo Infernal	
Inflação-Desvalorização-Inflação	

Quadro V

– HIP.2	CE → Pegging Practices
– Influência Positiva na componente psicológica do investimento.	
Estabilidade cambial → Convertibilidade da Moeda	

Quadro VI

HIP. 2 → BRANSON e KATSELI

(Portugal, Espanha e Grécia)

- Modelo de Equilíbrio Parcial;
- Procura obter:
 - A) rácio adequado P_{BT}/P_{BNT}
 - B) Não deterioração razões de troca P_{ex}/P_{imp}
 - C) Equilíbrio Externo

Quadro VII

BRANSON E KATSELI E AS TAXAS DE CÂMBIO EFFECTIVAS

$$\hat{r}_0 - (\hat{p}_0 - \hat{q}_N) = \sum_N \{w_i [(\hat{q}_N - \hat{q}_i) - \hat{I}_i]\} + F(B, R)$$

r_0 – Unidades de moeda do país 0 por unidade de numerário de um dado país (p. ex., em USD).

q_N – Índice de custo da economia estrangeira N, expresso em numerário (p. ex. em USD), pressupondo-se uma competição total das importações e das exportações com as exportações e importações nacionais

p_0 – Índice de custo no país 0, em termos de bens não transacionáveis.

$\sum_N w_i$ – Somatório das ponderações das moedas pertencentes ao “cabaz”.

I_i – Unidades de numerário (USD, p. ex.) por unidade de moeda ou paridade i.

$$\hat{I}_i = \frac{(dI_i)}{I_i}$$

$F(B, R)$ – Função do saldo da BT Correntes (B) e das reservas (R) que nos dá a “velocidade” a que o país 0 ajusta a taxa de câmbio real ao conjunto do “cabaz”.

$$\hat{r}_0 = \frac{dr_0}{r_0} \quad \hat{q}_0 = \frac{dq_N}{q_N} \quad \hat{p}_0 = \frac{dp_0}{p_0}$$

Quadro VIII

CONCLUSÕES BRANSON E KATSELI →

- Vantagem em enveredar por um peg cabaz de moedas principais parceiros comerciais.
- Vantagem (ec. transição) num peg em relação a moeda forte.
- Permite estabilidade cambial e ulterior convertibilidade.

Quadro IX

deste modelo, chegaram a algumas conclusões: 1.^a – vantagem em enveredar por um *peg* ao cabaz de moedas dos principais parceiros comerciais, portanto, Portugal, Grécia e Espanha deveriam enveredar, isto já na década de 70, princípio da década, 80, por um *peg*, uma ligação, do escudo [no caso de Portugal] a um cabaz de moedas europeias dos principais parceiros comerciais, e as economias menos desenvolvidas também elas deviam fazer, deviam experimentar, um *peg* em relação a uma moeda forte que lhes garantisse estabilidade cambial e ulterior convertibilidade da moeda (vide Quadro VII, VIII e IX).

→ Política cambial → Instrumento de uma política desenvolvimentista.

→ Política cambial inserida numa abordagem CDF

Quadro X

– De uma nova abordagem CDF – *Comprehensive Development Framework*
(James Wolfenshon)

– ÁREAS DE INTERVENÇÃO:

- Good Governance;
- Poder judicial forte e independente;
- Sistema financeiro forte;
- Educação;
- Saúde;
- Infraestruturas enquadramento;
- Defesa do meio ambiente.

– NÍVEIS DE INTERVENÇÃO:

- Negociação da dívida – TF1;
- Programa ajustamento estrutural ;
- TF2;
- Política de estabilização macroeconómica
COMAC – FC;
- Reformas institucionais.

Quadro XI

Isto é particularmente relevante porque, a partir do momento em que se aceita este princípio, a política cambial deixa de ser um mero instrumento de política macroeconómica conjunturalista, passa a ser um instrumento de política desenvolvimentista (vide Quadro X), porque, para haver desenvolvimento é preciso romper com o círculo vicioso da pobreza, é preciso que haja investimento direto estrangeiro, é preciso que, por isso mesmo, exista estabilidade cambial para criar condições de confiança dos investidores. E então temos a política cambial convertida num instrumento de uma política desenvolvimentista e isto prende-se com a abordagem CDF¹ (vide Quadro XI).

Ora bem e em que consiste a abordagem CDF? É uma abordagem integrada e integradora da política de cooperação. Foi o que fizemos, em larga medida, já inspirados nessa abordagem, no acordo de cooperação cambial com Cabo Verde. Num outro caso, ainda tentámos começar a fazer e depois foi completado, com São Tomé e Príncipe. Tem que haver certas áreas de intervenção, são sete áreas de intervenção nas negociações com esse país, e quatro níveis de intervenção. Tem que haver *good governance*, um poder judicial forte e independente, um sistema financeiro forte, e já explico mais adiante porquê, tem que haver políticas estruturais na educação, na saúde, nas infraestruturas de enquadramento, na defesa do meio ambiente e, depois, níveis de intervenção sobre a negociação da dívida, um *trust fund number*

¹ Abordagem CDF (Comprehensive Development Framework).



Necessidade sistema financeiro forte num quadro de estabilidade cambial

→ Única forma de manter alguma autonomia ao nível da política monetária →

→ MERCADO DE CAPITAIS DINÂMICO.



STERILIZED INTERVENTIONS

Quadro XII

Exemplificando:

Política Expansionista → $id \downarrow \Rightarrow (i_f, i_d) \downarrow \Rightarrow id - if < 0 \Rightarrow$ saída capitais →

→ $B_{\text{Capitais}} < 0 \Rightarrow$ necessidade comprar M (estabilidade cambial) → $S_M \Rightarrow$

→ põe em causa Política Expansionista.

Logo → Sterilized Interventions → BC compra títulos → merc. capitais dinâmico.

Quadro XIII

one para a negociação da dívida, um programa de ajustamento estrutural, *trust fund number two*, para as políticas de ajustamento estrutural, uma política de estabilização macroeconómica com uma comissão de acompanhamento dessa política macroeconómica e com uma facilidade de crédito associada, e reformas institucionais.

Ora bem. A necessidade do sistema financeiro forte num quadro de estabilidade cambial é fundamental porque a única forma de manter alguma autonomia na política monetária com estabilidade cambial é ter um mercado de capitais minimamente dinâmico para que possam ocorrer *sterilized interventions*, que eu vou passar a explicar muito rapidamente. Foi aquilo que se fez em Cabo Verde. Cabo Verde

*é preciso romper
com o círculo
vicioso da pobreza*

passou a ter uma bolsa e passou a utilizar o mercado de capitais, por vezes, pontualmente, para fazer *sterilized interventions* do banco central, penso que, inclusive, no tempo do Dr. Olavo Correia. Para dar um exemplo simples (vide Quadros XII e XIII): vamos supor que

eu tenho estabilidade cambial em São Tomé e Príncipe ou em Cabo Verde e quero pôr em prática uma política expansionista e procuro influenciar as taxas de juro domésticas baixando essas taxas, mas o diferencial entre as taxas de juro domésticas e as taxas de juro do resto do mundo diminui e pode levar a que haja um diferencial negativo que leve à saída de capitais, a balança de capitais pode passar a ser negativa e, nesse caso, para manter a estabilidade da moeda, é necessário e indispensável comprar moeda para garantir a estabilidade cambial, mas isto leva a uma redução da oferta de moeda e, portanto, no fundo, estamos a “enxugar” o mercado e isso põe em causa a política expansionista, ou seja, é contraditório. Para evitar isso, são necessárias *sterilized interventions* através do banco central, o banco central tem que comprar títulos do mercado de capitais e, para isso, tem que haver um mercado de

Conclusões:

- Rompimento CVP $\Rightarrow$ IDE
- IDE $\Rightarrow$ Componente psicológica
- Componente psicológica $\Rightarrow$ Estabilidade cambial
- Estabilidade cambial $\Rightarrow$ Pegging practices
- Política cambial $\Rightarrow$ Instrumento P.D.
- Política cambial $\Rightarrow$ Inserida CDF.

Quadro XIV

capitais. Portanto, nos países subdesenvolvidos que queiram realmente optar pela estabilidade cambial, é preciso haver um sistema financeiro forte e um mercado de capitais dinâmico.

Ora bem, conclusões, resumindo e concatenando, passemos à sua explicitação (vide Quadro XIV): em 1.º lugar, é preciso romper com o círculo vicioso da pobreza, e eu sou partidário da tese que esse rompimento passa pelo investimento direto estrangeiro; em 2.º lugar, o investimento direto estrangeiro é influenciado pela componente psicológica do investimento junto dos agentes económicos; em 3.º lugar, a componente psicológica tem que ver com o facto de haver ou não estabilidade cambial; em 4.º lugar, a estabilidade cambial implica *pegging practices*, ligação a um pacote de moedas dos principais parceiros comerciais ou ligação a uma moeda forte e, por outro lado, isso significa que a política cambial tem que passar a ser considerada como instrumento de política desenvolvimentista, estando inserida no “Comprehensive Development Framework”.

É evidente que, no caso, por exemplo, de Angola, de Moçambique, já não poderá ser um país sozinho, como Portugal, a implementar um acordo deste género, porque não temos dimensão mínima crítica para isso, mas no quadro da União Europeia, se houvesse vontade política do nosso Governo, se houvesse vontade também ao nível da Comissão Europeia e vontade política ao nível do Governo de Angola, ou de Moçambique, era possível tentar uma solução deste tipo em termos de futuro, implicando, evidentemente, montantes muito mais significativos no atinente, por exemplo, à facilidade de crédito e de *trust funds* para apoio às políticas de ajustamento estrutural.

Tenho dito, muito obrigado pela atenção dispensada.

*o investimento
direto estrangeiro
é influenciado pela
componente psicológica
... a componente
psicológica tem que
ver com o facto de
haver ou não
estabilidade cambial
... a estabilidade
cambial implica
pegging practices
...a política cambial
tem que passar a ser
considerada como
instrumento de política
desenvolvimentista*



■ **Manuel Jorge Aranda da Silva**

Nasceu em junho de 1951, em Moçambique. De 1969 a 1974 frequentou o curso de Economia nas Universidades do Porto e Lisboa, Portugal, e mais tarde na Universidade de Sorbonne, Paris, França. Os estudos, em Portugal, foram equiparados ao Diplôme d'Études Économiques Générales. Manchester University, Reino Unido: Post Graduate level Executive Course for Senior Managers em questões de gestão (2000). Nas Nações Unidas (1989-2012) exerceu funções de representante do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Coordenador Humanitário em vários países, assim como de Diretor de Divisão quer em Nova York quer em Roma. Exerceu também funções de Adjunto do representante do Secretário Geral no Sudão e de Adjunto do Diretor Geral do PMA a nível mundial. Administrador do Banco Terra e de duas empresas privadas na área farmacêutica. De 1980 a 1989 foi Ministro do Comércio Indústria Ligeira e Turismo de Moçambique e dirigiu as negociações da adesão de Moçambique a convenção de Lomé III e implementação dos primeiros cinco anos da cooperação com a União Europeia.



Enquadramento institucional e instrumentos usados ao longo dos anos na formulação e gestão das políticas monetárias em Moçambique



Banco de Moçambique, foi criado em 1975 no seguimento dos Acordos de Paz de Lusaka. É a Instituição Pública onde se concentra a Gestão das Políticas Monetárias do País.

O Banco de Moçambique (BM), Banco Central de Moçambique tem como principal objectivo a preservação do valor da Moeda Nacional (inflação baixa e estável).

As funções do BM são:

- Banco emissor;
- Banqueiro do Estado;
- Gestor das Reservas Internacionais do país;
- Gestor das Políticas Monetárias e Cambiais;
- Supervisor das Instituições Financeiras a operar em Moçambique;
- Consultor do Governo na área financeira.

Desde a Independência do país, em 1975 podemos considerar três fases distintas de políticas monetárias e instrumentos para implementação das mesmas usadas em Moçambique.

Uso de instrumentos diretos (1975-1992)

Como se fazia durante o tempo colonial a seguir à independência o BM continuou a usar instrumentos diretos de política monetária, fixando as taxas de juro e estabelecendo limites de crédito para os diferentes setores da Economia.

Transição para o uso de instrumentos indiretos (1992-2000)

Esta transição foi um longo processo que passou pela tomada de medidas sucessivas e complementares. Destaco apenas as mais significativas:

- Criação de um mercado secundário de câmbios com a autorização da abertura de casa de câmbio autorizadas a fazer transações com base nos preços do mercado;



- Liberalização das taxas de juro;
- Liberalização das taxas de câmbio;
- Criação do mercado monetário interbancário;
- Criação do mercado interbancário cambial.

Uso de instrumentos indiretos (2000 até hoje)

- Taxa MIMO (taxa de juro de política Monetária com base na projeção da inflação de médio prazo);
- Facilidade permanente de crédito;
- Facilidade permanente de depósito;
- Reservas obrigatórias.

Como podemos notar, a capacidade do Banco Central como órgão de gestão das Políticas Monetárias em Moçambique foi evoluindo desde a Independência. Neste processo contou sempre com o apoio dos outros bancos centrais dos CPLP quer na forma de assistência técnica, quer de formação de quadros moçambicanos.

No entanto a coordenação de políticas monetárias entre os países da CPLP é bastante limitada devido à diversidade das suas economias e ao espaço geográfico que as influen-

ciam mas também à fragilidade das economias da CPLP em África a choques externos, derivados de mudanças frequentes dos preços das suas principais exportações.

1- Espaços geográficos e económicos onde se enquadram os países da CPLP em África

Os seis países africanos membros da CPLP têm um enquadramento geográfico e económico bastante distinto.

Cabo Verde e Guiné Bissau pertencem à comunidade dos estados da África Ocidental onde a moeda mais usada nas transações de bens e serviços é o Euro ao qual estão intimamente ligados muitos países em termos monetários.

São Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial estão mais ligados à comunidade dos países da África Central, onde as relações comerciais e de transações de serviços, embora continuem muito influenciadas pelo Euro, já são mais diversificadas, e o peso institucional da Organização Regional é também mais fraca.

Moçambique e Angola são não apenas membros da SDAC mas são dos seis fundadores da SADCC desde o princípio dos anos oitenta, (ainda antes da entrada de Portugal na UE) quando esta organização não incluía a África do Sul.

Apenas para ilustrar como este enquadramento regional tem importância nos modelos de cooperação monetária vou desenvolver o que se passa nesta área na SDAC em termos institucionais e a participação do Banco Central de Moçambique neste processo.

O Banco de Moçambique (BM) participa regularmente no Comité dos Governadores dos Bancos Centrais da SADC (CCBG) órgão responsável pela coordenação e implementação de políticas de âmbito monetário, financeiro, e de pagamentos na SADC.

Existem já vários instrumentos legais aprovados e em implementação neste contexto. Exemplo disto é o modelo de quadro de Lei Orgânica das Bancos Centrais da SADC. Este instrumento visa estabelecer um modelo padrão para todos os Bancos Centrais como uma etapa para facilitar a sua integração e o estabelecimento do Banco Central Regional da SADC.

Ainda no quadro do comité de Governadores dos Bancos Centrais existem vários subcomités que reúnem muito regularmente e que trabalham na harmonização de políticas e instrumentos monetários. Destaco os seguintes:

- Subcomité de supervisão bancária;
- Subcomité de mercados financeiros;
- Subcomité de sistemas de pagamentos;
- Subcomité Macroeconómico (Harmonização de políticas monetárias).

*Desde a Independência
do País em 1975
podemos considerar
três fases distintas de
políticas monetárias
e instrumentos para
implementação das
mesmas usadas em
Moçambique*



Assim em termos de coordenação monetária a tendência é para uma crescente integração regional dos países da SADC à qual pertencem dois membros da CPLP (Angola e Moçambique).

Temos que prever que, no futuro, assim como, Portugal pertencendo à zona Euro tem a sua política monetária limitada pelas diretivas do Banco Central Europeu ou pelo pacto de estabilidade aprovado a nível da UE, Angola e Moçambique verão cada vez mais as suas decisões, nesta área, enquadradas nas decisões tomadas a nível regional.

2- Regimes de política monetária em vigor nos países africanos da CPLP

Se formos olhar para os regimes de política monetária dos países da CPLP em África encontramos também uma diversidade bastante grande.

Existem em geral quatro tipos de regimes monetários em vigor na maior parte dos países do mundo:

- Regime de metas cambiais;
- Regime de metas monetárias;
- Regime de metas de inflação;
- Regime de políticas monetárias com uma âncora nominal implícita.

Em geral todos os regimes de políticas monetárias usam um tipo de âncora nominal. Âncoras nominais são de uma certa forma uma restrição ao valor da moeda nacionais mas um elemento necessário em regimes de política monetária com sucesso, pois restringem políticas discricionárias, limitam pressões políticas e permitem aos Bancos Centrais conduzir as políticas monetárias com um horizonte de longo prazo fora dos ciclos políticos.

De acordo com o relatório anual produzido pelo FMI, sobre os diferentes tipos de âncoras nominais usadas pelos vários países no mundo verificamos que:

- A) Dos países que usam metas cambiais 39 usam o Dólar como âncora 25 usam o Euro como âncora, 9 usam um composto de diferentes moedas e 9 usam outra moeda como âncora (é o caso do Lesotho, Botswana, Namíbia e Suazilândia que usam a moeda Sul Africano como âncora). No total 82 países usam este regime monetário.
- B) Outros 24 países usam as metas monetárias como âncora;
- C) Mais de 40 países usam metas de inflação como âncora
- D) Cerca de 46 países usam outros sistemas.

O uso destes diferentes tipos de regimes monetários é a consequência da grande diversidade entre as economias destes países em particular das suas transações de bens e serviços, bem como de fluxos financeiros ligados ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE) com outros países

Dos países africanos da CPLP verificamos que Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, e Guiné-Bissau usam fundamentalmente como âncora metas cambiais tendo o Euro como âncora, enquanto Angola usa mais o USD como âncora dada a importância desta moeda no seu comércio externo e Moçambique as metas monetárias embora esteja em transição para o uso de metas de inflação.

Assim, nesta área de regimes monetários e de escolha de âncoras nominais, é de notar uma grande diversidade entre os países da CPLP.

4- investimentos diretos estrangeiros (ide) nos países da CPLP em África

O fluxo de IDE em países em desenvolvimento mas ricos em recursos naturais como são o caso de Angola e Moçambique tem uma importância decisiva nos ritmos de crescimento e nos fluxos financeiros que entram no país e, por vezes, são superiores às exportações anuais. Assim é importante ver a origem desses investimentos nos países africanos da CPLP e as consequências nas suas políticas monetárias .

Cabo Verde é um dos países onde o IDE é mais importante para o crescimento económico e para a entrada de fluxos financeiros no país. Nos últimos dez anos este fluxo foi decisivo na melhoria de vida da população através de grandes investimentos em particular no setor do turismo mas também noutras áreas. Mais de 90% do IDE teve origem em países da Zona Euro com uma grande concentração em investimentos de Itália, Espanha e Portugal. De certa forma o IDE reforça a ligação à Zona Euro da economia de Cabo Verde.

Já no caso de Moçambique o IDE chegou a ter anos de atingir 40% do PIB e ser superior à totalidade das exportações. A carteira global de IDE atualmente é superior a 38000 Milhões de USD (quase três vezes mais que o PIB). Este peso do IDE em Moçambique, que será provavelmente ainda muito maior em breve com o início da exploração das imensas reservas de gás na bacia do Rovuma onde, o IDE previsto para os próximos cinco anos é de 40000 milhões de USD

O IDE tem sido em Moçambique claramente o motor do crescimento do PIB nos últimos dez anos. (O crescimento do PIB de 2005 a 2015 foi em Média de entre 8 a 9 % anual). Se olharmos para a origem destes IDE ela concentra-se nos seguintes países - África do Sul, Austrália, Brasil, China, Índia, Itália, Japão, Reino

Unido, US, Turquia e Portugal. Mais de 90% destes investimentos foram provenientes de países de fora da Zona Euro.

A importância dos IDE em Moçambique é uma das razões que faz com que a política monetária do país esteja virada para a estabilidade dos indicadores macroeconómicos em particular a inflação e taxa de câmbio, condição essencial para atrair esses investimentos e proteger o país de possíveis efeitos negativos de flutuações da moeda nacional, derivada de uma concentração excessiva de IDE em poucos anos e de falta de IDE noutros.

Podemos pois concluir que o IDE é extremamente importante e tem impacto nas políticas monetárias dos vários países da CPLP. Podemos também concluir que as situações são muito diferentes de país para país.

Não analisei neste documento o que se passa nos outros países mas posso dizer que a situação de São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau são mais próximas da de Cabo Verde e a de Angola mais próxima da de Moçambique.

uma mudança do destino do petróleo Angolano para a zona Euro em vez da China e da Índia traria uma grande mudança no peso das transações comerciais angolanas e alteraria o peso das relações angolanas com a Zona Euro.

5- Relações comerciais dos países da CPLP em África

As relações comerciais de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são fundamentalmente com os países de Zona Euro, sendo Portugal o principal parceiro nos dois países. Espanha tem um peso decisivo nas importações de Cabo Verde e Portugal um peso decisivo nas importações de Cabo Verde sendo a Holanda também um parceiro importante nos dois países. De um modo geral, os países da Zona Euro representam mais

de 80% do total das importações e exportações destes dois países.

Já em Angola, embora Portugal ainda tenha um peso muito grande nas importações de Angola sendo o primeiro ou segundo fornecedor de bens a Angola. No que se refere às exportações de Angola, Portugal e os outros países da Zona Euro tem um peso muito pequeno não aparecendo na lista dos cinco maiores clientes dos produtos angolanos. A maioria das transações comerciais de Angola é feita em USD em particular com a China e Índia grandes clientes do petróleo angolano. Os Estados Unidos que, no passado, foram um grande cliente do petróleo angolano hoje são pouco importantes como clientes de Angola.

De referir no entanto que uma mudança do destino do petróleo Angolano para a Zona Euro em vez da China e da Índia traria uma grande mudança no peso das transações comerciais angolanas e alteraria o peso das relações angolanas com a Zona Euro.

Já em Moçambique, que tem uma diversidade ainda grande nos seus produtos de exportação, as transações nos últimos anos tem tendido a diminuir com a Zona

Euro, pois á medida que o carvão e outros produtos resultantes dos grandes projetos mineiros começam a ser determinantes nas exportações moçambicanas, a tendência é também de concentração em países como a Índia, maior comprador do carvão moçambicano.

No entanto o peso principal como país nas relações comerciais moçambicanas ainda é o da África do Sul, dada a proximidade geográfica deste país e o fato de as taxas alfandegárias entre os países da SDAC estarem a cair todos os anos prevendo-se a sua abolição total nos próximos 5 anos.

6-conclusões

Existem hoje um nível alto de relações institucionais entre os países da CPLP em termos de cooperação técnica e de formação na área monetária e financeira. Estas relações são de louvar e manter e contribuem de uma forma importante para uma melhor compreensão na área de políticas monetárias entre os países da CPLP e para uma melhoria dos conhecimentos técnico nos órgãos gestores destas políticas.

Mas essas relações não se estendem significativamente á área de coordenação de políticas dada a grande diferença de, situação económica , de relacionamento externo, e de enquadramento institucional entre os países de África membros da CPLP.

Uma coordenação de políticas monetárias com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e a Guiné Bissau com Portugal é relevante, já que estes países já se relacionam fundamentalmente com a Zona Euro e usam o Euro como âncora na gestão das suas políticas monetárias.

No entanto para países como Angola e Moçambique, membros da SDAC que caminham para uma integração total das economias da região com passos concretos muito significativos já em curso, a coordenação de políticas monetárias só fará sentido na realidade se Portugal e os países da zona Euro aumentarem significativamente a sua presença na região e em Angola e Moçambique como parceiros comerciais e de IDE nas próximos anos.

Isso significaria a existência de uma estratégia clara destes países para alterarem a tendência atual que não é de convergência económica com os países desta região.



■ **Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira**

Nasceu em fevereiro de 1961, em São Tomé e Príncipe. Casada e com três filhos. Doutoranda em Desenvolvimento Socioeconómico na Universidade de Lisboa; diploma de Master em Administração Pública na Escola Nacional de Administração- ENA, Estrasburgo, França; Diploma de Pós-graduação em Administração Pública, Escola Nacional de Administração- ENA, Estrasburgo, França; Diploma de Master of Science em Economia, especialidade “Planeamento Económico” na Universidade de Donetsk, Ucrânia. Detém uma sólida experiência em matéria de definição e gestão de políticas macroeconómicas e financeiras. Foi nomeada, duas vezes, para o cargo de Governadora do Banco Central de São Tomé e Príncipe e tem grande experiência profissional a lidar com parceiros bilaterais e multilaterais, adquirida enquanto diretora no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Foi Primeira-ministra e Chefe de Governo e Ministra do Plano e Finanças do X Governo Constitucional. Defensora dos direitos da mulher e da criança, do empoderamento da mulher e da equidade de género, foi eleita Presidente do Fórum Mulher São-Tomense (2004). Foi Governadora do Banco Central; Conselheira do Primeiro-ministro para os assuntos de planeamento e finanças; Diretora na direção de Estudos Económicos do Banco Central; Diretora de Gabinete do Governador; Economista na Direção de Estudos e Estatísticas, na Direção de Planificação Económica e na Direção de Indústrias e Energia do Ministério da Indústria e Turismo; Diretora da Cooperação Multilateral e Ordenadora Nacional do FED; Desk Officer da Cooperação com a CEE. Foi presidente da Comissão Instaladora da Empresa Nacional de Petróleos (PETROGÁS), Professora na Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe. Foi Secretária Executiva da CPLP. É atualmente consultora do Banco Central.



Começo por cumprimentar a todos e agradecer aos organizadores, nomeadamente à UCCLA e à Delegação Regional da Ordem dos Economistas de Portugal, pelo convite que me foi formulado, não só para participar neste 1.º Fórum de Economistas, mas também, como oradora, o que muito me honra.

Vários oradores que me antecederam já se referiram ao enorme potencial económico de que dispõe a CPLP no seu conjunto. Foi dito, também, que o resto do mundo tem olhado para o nosso mundo, a CPLP, e para o seu potencial numa perspetiva estratégica, e é nosso dever, nós, os habitantes da CPLP, olhar para o nosso mundo com toda a objetividade, com toda a criatividade, e prepararmo-nos, para tirar proveito deste enorme potencial que temos e, assim, organizarmo-nos para melhor participar no resto do mundo. E é nesta perspetiva que eu encaro a cooperação monetária no seio da CPLP.

Para enquadrar-me no tema geral deste painel, vou falar sobre um instrumento de cooperação económica e financeira existente entre dois Estados-membro da CPLP, Portugal e São Tomé e Príncipe, que é o Acordo de Cooperação Económica (ACE).

A minha intervenção está organizada em três pontos. Primeiro, vou começar, em linhas gerais, por falar sobre o que levou à assinatura deste acordo e em que consiste; de seguida, vou trazer alguns elementos sobre os impactos deste acordo na economia de São Tomé e Príncipe, para, por fim, trazer alguns elementos de reflexão sobre os principais desafios que se colocam a esta parceria e as limitações que prevalecem e, deste modo, situar-me dentro do tema mais geral desta sessão.

Excelências, ilustres participantes, como sabem, São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular, possuindo características próprias que limitam a sua capacidade de lidar com alguns fenómenos, quer de natureza ambiental, social ou económica, sejam eles endógenos ou exógenos, ou seja, dito por outras palavras, estamos perante um país extremamente vulnerável a choques exógenos.

A pequenez da nossa população e, por conseguinte, do tecido económico, impossibilita economias de escala, gera custos indivisíveis e uma excessiva dependência do exterior, uma dependência relativamente a uma gama, bastante limitada, de



produtos de exportação. Dependência essa que se mantém, apesar do declínio da produção e da volatilidade dos preços destes produtos no mercado internacional, e uma dependência também das importações de bens para satisfazer as necessidades internas.

O país importa 100% das suas necessidades internas de combustível e é um importador líquido de géneros alimentícios de primeira necessidade, entre outros. E essas fragilidades estruturais da nossa economia revelam-se por sua vez numa base produtiva bastante reduzida e pouco diversificada, em défices fiscais crónicos em face da insuficiência crónica de recursos do Estado para fazer face às necessidades do país, em desequilíbrios permanentes, persistentes, da balança de pagamentos, numa dependência extrema de financiamentos externos sob forma de donativos e empréstimos concessionais. Por conseguinte, estas vulnerabilidades da economia, quando associadas há uma, ainda, limitada capacidade institucional, constituem fatores desafiadores quando a questão é colocar o país na senda do crescimento e do desenvolvimento sustentável.

Feita esta breve introdução, permitam-me entrar no primeiro ponto da minha apresentação que tem a ver com a justificação do Acordo de Cooperação Económica assinado entre São Tomé e Príncipe e Portugal.

Para o efeito, temos que recuar para finais da década de 2000, momento em que a economia são-tomense enfrentava profundos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, que se refletiam em níveis crescentes de défices fiscais, défices da conta corrente, na instabilidade das taxas de câmbio e com consequências nos níveis de inflação.

Não obstante as medidas adotadas, a partir da década de 90, no âmbito dos vá-

rios programas de estabilização macroeconómica, apoiados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, o contexto macroeconómico estava a ser marcado por picos de inflação e esta evolução da inflação terá estado naturalmente, em larga medida, associada aos desequilíbrios macroeconómicos fundamentais que estavam na origem dos chamados “défices gémeos”. Estes desequilíbrios acabariam por redundar em pressões inflacionistas significativas, tanto por via da expansão monetária, resultante do crédito líquido ao Governo, como por via do impacto exercido ao nível do mercado cambial – na altura vigorava o regime de taxa de câmbio flexível –, com o aumento da procura de moeda estrangeira a repercutir-se na depreciação da moeda nacional, a Dobra e, por conseguinte, na inflação importada.

Esta situação suscitou um grande interesse, a nível de São Tomé e Príncipe, sobre as causas da inflação, e um estudo realizado em 2008 sobre as causas da inflação sugeriu a possibilidade do regime cambial, na altura, o regime de câmbio flexível, estar a contribuir para esse fenómeno ou, pelo menos, não se revelar tão eficaz quanto seria desejável no apoio à estabilidade de preços. O estudo observou, também, que, dadas as características da economia são-tomense – pois estamos perante um pequeno país, aberto ao exterior, com uma abertura feita de uma forma muito brusca no âmbito dos programas de estabilização, tal como referiu o Professor António Rebelo de Sousa há pouco tempo, um país tomador de preços externos, com uma dependência extrema em relação ao exterior e, ou seja, em face aos desafios que o país enfrentava naquela altura – a adoção de um regime de câmbios fixos, quando implementado em paralelo com reformas estruturais, [poderia] contribuir para controlar a inflação, reduzir a incerteza cambial, fator que potencia a captação de investimentos e promove relações económicas estáveis de longo prazo entre países. E o estudo observou, também, que, tendo em conta as características da economia de São Tomé e Príncipe, os custos associados ao abandono de uma política monetária independente seriam, em geral, reduzidos.

Assim, as autoridades são-tomenses entenderam que era necessário fornecer à economia uma âncora nominal e, por conseguinte, através da cooperação com Portugal, foi criado um instrumento de cooperação capaz de enquadrar esta perspetiva estratégica que é o Acordo de Cooperação Económica entre São Tomé e Príncipe e Portugal. E lê-se no acordo, passo a citar “*Os dois países reconhecem as tradicionais relações de amizade e cooperação entre os dois povos, solidamente assentes no património comum aos países lusófonos, “os dois países, desejando aprofundar as relações económicas bilaterais, particularmente através da criação de condições para o fomento das transações comerciais e de investimento...” e “considerando que a estabilidade macroeconómica e financeira [de São Tomé e Príncipe] e a sustentabilidade do regime cambial contribuirão de forma*

O país importa 100% das suas necessidades internas de combustível e é um importador líquido de géneros alimentícios de primeira necessidade

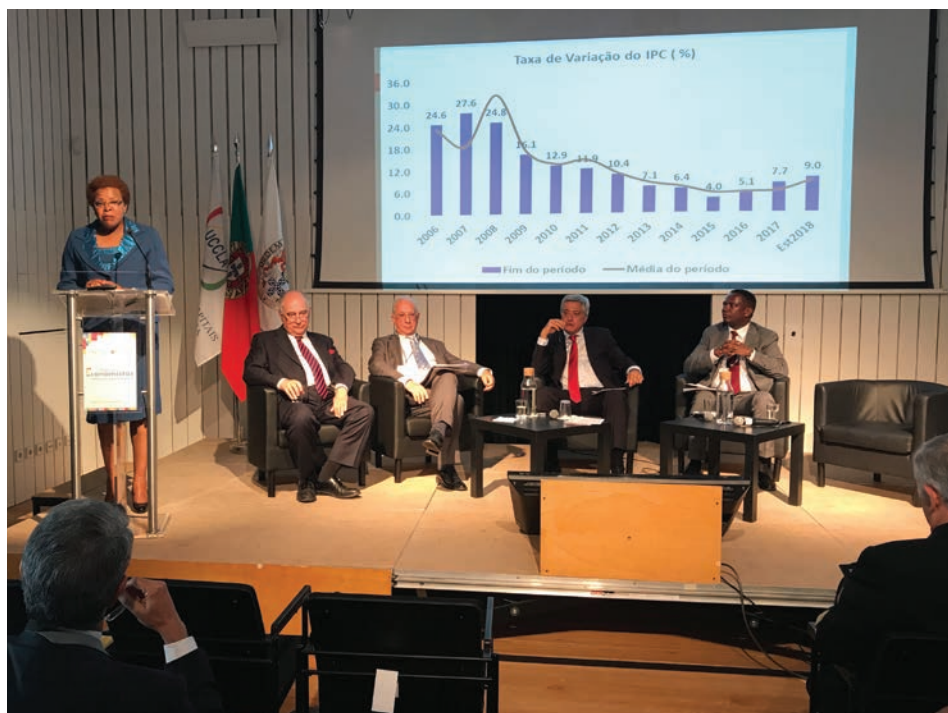
significativa para a aproximação mútua entre os dois países e o sucesso das reformas em São Tomé e Príncipe...”, decidiram estabelecer um Acordo de Cooperação Económica com dois objetivos, essencialmente, sendo o primeiro de promover a estabilidade macroeconómica e financeira de São Tomé e Príncipe, e o segundo, intensificar as relações económicas e financeiras entre São Tomé e Príncipe e Portugal, por intermédio deste, com a União Europeia.

Porém, é preciso destacar que, para a assinatura deste Acordo, foram determinantes alguns fatores: em primeiro lugar, o facto de Portugal viver já naquela altura num regime de estabilidade nominal e cambial; em segundo lugar, o pequeno tamanho da economia são-tomense a que o Professor (ARS) acabou de referir há pouco tempo; em terceiro lugar, o facto de as relações económicas de São Tomé e Príncipe estarem concentradas com Portugal e com a União Europeia; e há que destacar ainda um quarto fator, extremamente importante, que é a vontade política.

Como sabemos, há um relativo consenso na literatura de que a vontade política é um elemento central em qualquer estratégia. Da vontade política dos dois governos, de São Tomé e Príncipe e de Portugal, surge o Acordo de Cooperação Económica assinado em 2009, tendo entrado em vigor a 1 de janeiro de 2010.

Quais são os instrumentos deste acordo? Em primeiro lugar, a adoção unilateral, por São Tomé e Príncipe, de um regime de taxa de câmbio fixo em relação ao euro e a introdução e manutenção de orientações de política económica compatíveis com a preservação da estabilidade macroeconómica e financeira. Em segundo lugar, o Tesouro Português coloca à disposição de São Tomé e Príncipe uma facilidade de crédito limitada para apoiar a balança de pagamentos de São Tomé e Príncipe. A linha de crédito destinava-se a apoiar a balança de pagamentos, como referi há pouco, a título de mobilização antecipada das receitas cambiais próprias, com entrada prevista no respetivo exercício económico, pode ser utilizada para financiamento das importações de bens e serviços, bem como para a liquidação da dívida externa, sendo as condições específicas da sua disponibilização e utilização estabelecidas em instrumento próprio. Uma vez que a linha de crédito se propunha assegurar os movimentos de capital e a transferibilidade de recursos entre os dois países, estariam assim criadas as condições necessárias para o fomento do comércio e de investimentos entre os dois países. Importa ainda referir que o acordo preconizou também a criação de estruturas bilaterais próprias, encarregues de zelar pelo seu funcionamento, efetuar trabalhos de análise com a periodicidade e com os conteúdos necessários.

Ora, passados quase 10 anos, que balanço fazemos deste acordo? Que impactos teve na economia São Tomé e Príncipe? Desde logo, as políticas macroeconómicas implementadas no país foram, de uma forma geral, consistentes com os objetivos do acordo. Para tal, também contribuíram os sucessivos acordos assinados entre São Tomé e Príncipe e o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, assegurando programas macroeconómicos consistentes e a monitorização de metas de política e reformas estruturais. Ao analisarmos a evolução da situação ao longo dos últimos 9 anos, salta-nos à vista, em primeiro lugar, uma evolução macroeconómica notável. O ACE permitiu que o país controlasse a inflação. Portanto, como podemos observar nos gráficos projetados, a inflação no período posicionou-se numa



trajetória claramente descendente, tendo passado de um nível de cerca de 27% para 4 ou 5% em 2015-2016. Apesar de, nos últimos anos, sobretudo no último ano, ter havido alguma inversão da tendência, no essencial, a trajetória mantém-se claramente descendente. As contas fiscais também vêm tendo um desempenho bastante satisfatório.

Apesar de todos os desafios que ainda se colocam à economia são-tomense em matéria de política fiscal, tem havido uma tendência para a diminuição do défice primário abaixo de 3% do PIB, apesar de no último ano ter havido evidências de grandes dificuldades em assegurar o cumprimento das metas de arrecadação.

Relativamente às contas externas, temos, também, registado uma tendência para a redução dos principais desequilíbrios da balança de pagamentos, em particular, os défices da conta corrente e de capital, que caíram para níveis de 20 e 10% do PIB, respetivamente. Isto terá ficado a dever-se a um melhor desempenho das exportações, sobretudo ligadas às atividades turísticas. A taxa de câmbio continua a manter a mesma paridade inicialmente estabelecida, portanto, 24,5 Dobras por um euro, sem tensões significativas, e as reservas cambiais do país, com exceção do último exercício, têm-se mantido num patamar bastante satisfatório, ou seja, por volta dos 3 meses de importação de bens e serviços. Importa ainda realçar que este acordo refletiu-se, de uma forma muito acentuada, na evolução do sector financeiro nacional.

Com a entrada em vigor da taxa de câmbio fixa, os resultados dos bancos foram drasticamente afetados pela eliminação dos lucros provenientes das operações cambiais, tendo-os obrigado a uma diversificação dos seus portfólios, naturalmente, com os riscos associados. O crédito à economia cresceu mas, simultaneamente, foi crescendo também o crédito mal parado e, por conseguinte, desencadeia-se um

processo de redimensionamento do mercado bancário de São Tomé e Príncipe, com a saída de três instituições.

Portanto, durante a vigência do ACE, o país baixou de oito instituições para cinco, um número que me parece mais compatível com o tamanho da economia são-tomense. E o sistema bancário é hoje, no geral, mais sólido. No entanto, é preciso destacar que a evolução do sector real foi mitigada, o dinamismo da atividade económica mantém-se aquém das expectativas.

Ao longo destes nove anos, o crescimento médio foi de cerca de 4,5% ao ano, naturalmente, um nível robusto mas manifestamente insuficiente para travar o desemprego, melhorar as condições de vida dos cidadãos. Hoje, como é sabido, para superar os desafios de desenvolvimento, São Tomé e Príncipe precisa de crescer a 2 dígitos. Em termos de balanço, o Acordo de Cooperação Económica entre São Tomé e Príncipe e Portugal, na minha opinião, é bastante positivo e creio haver, no país, um consenso político quanto à isto. Positivo no sentido de ter trazido estabilidade cambial, reduzindo os riscos cambiais, mas também dando estabilidade macroeconómica à economia são-tomense através do elemento fundamental que é a moeda.

São Tomé e Príncipe, ao vincular a sua moeda ao euro, perdeu parte da autonomia em matéria de política monetária, por contrapartida do desempenho satisfatório a nível dos preços. Por outro lado, o acordo permitiu um redimensionamento do sector financeiro, estando hoje mais compatível com o tamanho da economia.

Portanto, nessa perspetiva, podemos dizer que, no essencial, o acordo está a cumprir o seu primeiro e, muito importante, objetivo, que é o da estabilização macroeconómica de São Tomé e Príncipe. No entanto, são necessários esforços complementares para que o segundo objetivo, que é o do aumento dos fluxos de comércio e investimento, se concretize. É importante destacar que esse fraco desempenho do comércio entre ambas as economias deveu-se menos à falta de transferibilidade dos recursos ou à falta de previsibilidade macroeconómica. As razões são certamente outras, são diversas, por exemplo, o relatório “Doing Business 2018” posiciona São Tomé e Príncipe, na 170.^a posição, o que por si só revela uma gritante necessidade de reformas conducentes ao impulsionamento das condições para o desenvolvimento da atividade privada que, naturalmente, deve ser inserida numa visão estratégica clara, virada não apenas para a procura interna, mas, essencialmente, para as exportações.

Os recentes desenvolvimentos do sector turístico denotam a importância que este sector poderá vir a ter na economia são-tomense. O turismo é uma vantagem comparativa natural de São Tomé e Príncipe, já constitui uma importante atividade económica, embora o país esteja, ainda, longe de se tornar numa economia dependente do turismo.

Importa ressaltar que, o desempenho macroeconómico satisfatório atingido no quadro do ACE não significa que não persistam desafios quanto à sua implementação, aliás, o desempenho dos últimos dois anos, marcado por um ligeiro agravamento do défice fiscal, por alguma pressão sobre as reservas, alerta-nos para a necessidade de se criar um ecossistema macroeconómico mais sólido. Estou a referir-me,

por exemplo, à necessidade de maior esforço a nível da fiscalidade num contexto em que a política fiscal é o único instrumento de política de contraciclo disponível.

O défice fiscal agravou-se no último ano e é importante que haja esforços no sentido da sua correção com medidas concretas, melhorando a política e administração fiscal, alargando a base tributária, aumentando a eficiência das empresas públicas, entre outras.

O país está neste momento a negociar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e a política fiscal está no cerne dessas negociações. Refiro-me, também, à necessidade de haver não só uma maior contenção, um maior controlo, do endividamento do Estado, mas, sobretudo, uma melhor relação custo/benefício dos investimentos, isto é extremamente importante.

Em termos de limitações do acordo, eu destacaria as condições de acesso e de operacionalização da linha de crédito. Creio ser necessária uma maior flexibilização das condições.

Resumindo, dadas as características da economia de São Tomé e Príncipe e os desafios que enfrenta, a evolução dos principais indicadores macroeconómicos nos últimos nove anos evidenciam a importância da paridade fixa da Dobra em relação ao Euro, pelo que São Tomé e Príncipe deve manter essa ligação ao Euro. No entanto, para que esse instrumento de cooperação cumpra melhor os seus objetivos, são necessários, na minha perspetiva, alguns aspetos: em primeiro lugar, São Tomé e Príncipe deve criar um ecossistema macroeconómico mais sólido, designadamente imprimindo maior rigor na gestão das finanças públicas.

É impreterível que se adote medidas estruturais para alavancar a economia nacional. Como sabemos, a eficácia das políticas macroeconómicas é, também, condicionada pelas diretrizes da política estrutural. Por outro lado, a ciência económica diz que os regimes cambiais não são a panaceia para todos os males da economia.

São necessárias reformas a nível da educação, ao nível do ambiente de negócios para que a política cambial possa ser mais eficaz e, no caso de São Tomé e Príncipe, são necessárias reformas para estimular a atividade privada, particularmente aquelas atividades direcionadas para o sector exportador da economia.

Concluo com estas palavras a minha intervenção e agradeço pela atenção dispensada.

as características da economia de São Tomé e Príncipe e os desafios que enfrenta, a evolução dos principais indicadores macroeconómicos nos últimos nove anos evidenciam a importância da paridade fixa da dobra em relação ao euro, pelo que São Tomé e Príncipe deve manter essa ligação ao euro



Olavo Avelino Garcia Correia

Nasceu em fevereiro de 1967, na cidade da Praia, Cabo Verde, onde reside atualmente. Licenciou-se em Economia em 1991, em Berlim, Alemanha, o mesmo país onde se pós graduou em Gestão de Empresas, em Riedenburg, Baviera. É Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças de Cabo Verde. Foi, entre 2014 e 2016, Professor convidado de Economia, em Macroeconomia, no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais. Integrou, entre 2011 e 2016, o Conselho da República. Desempenhou o cargo de Administrador do Grupo Tecnical, tendo exercido as funções de presidente do Conselho de administração da Tecnical Indústria, de 2004 a 2016. De 2004 a 2016, integrou o Conselho Consultivo do Banco de Cabo Verde (BCV), tendo igualmente desempenhado o cargo de Administrador Delegado do Banco Montepio Geral Cabo Verde (BMGCV) a partir de 2006 e durante 10 anos. Foi ainda Governador do Banco de Cabo Verde; Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças; Diretor-Geral do Tesouro e Assessor do Presidente da República, entre outros.



Caros amigos
Estou nisto há muitos anos, tenho vindo a Portugal fazer conferências e, uma vez, éramos muitos a desfilar intervenções com o suporte de *power point* e chegou a vez de um português muito contundente, o Engenheiro Mira Amaral que interveio sem *power point*, e disse-me: «desde que os economistas, gestores e financeiros começaram a vender gato por lebre através do *power point*, nunca mais utilizei o *power point*». E como eu era o último antes dele, desde essa altura também deixei de utilizar o *power point*.

Então, eu vou fazer a minha intervenção, vou distribuí-la a todos, mas permitam-me, dizer aquilo que me vai na alma, não aquilo que os técnicos prepararam.

Os professores já falaram, agora fala o político. Em primeiro lugar, Senhor Professor, penso que quis insinuar que Cabo Verde é uma pequena economia, São Tomé e Príncipe [também], e eu digo que não, Cabo Verde é uma grande economia. Nós vivemos hoje a 4.^a revolução industrial, a era do *Big data*, dos sistemas de informação e da robotização. A economia é hoje a economia da criatividade, da inovação e do conhecimento e não existem países pequenos ou grandes, mas sim distinguem-se os países inteligentes. A 4.^a revolução industrial é uma grande oportunidade para os pequenos países como Cabo Verde. O desenvolvimento não é uma questão de ajuda pública. Na nossa perspetiva, a ajuda pública é um bloqueio ao processo de desenvolvimento. Está aqui a minha antecessora, a Dra. Cristina Duarte que saúdo, agradecendo também pela sua intervenção.

Eu estou no Governo há quase três anos e há quase três anos a negociar um projeto de inclusão social com o Banco Mundial. Há dias disse à Diretora do país¹, que quando começarem o desembolso, os pobres já terão morrido. A questão essencial nos nossos países é a da liderança. O desenvolvimento é uma questão de liderança nacional que tenha visão de futuro, que consiga partilhá-la e que consiga executá-la. Os outros aspetos como taxas de câmbios fixas e variáveis, paridade em relação ao Euro, estabilidade, são instrumentais. O desenvolvimento é uma questão de visão e de liderança. Onde existirem lideranças comprometidas, com visão e a trabalhar por

¹ Creio que seria, na altura, a norte-americana Louise Cord, recentemente substituída pelo etíope Nathan Balete.



um futuro melhor, temos um país melhor. Onde isso não existir, temos problemas vários, como sabemos e temos experiências aqui no nosso grupo de países. Porque não são os técnicos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, nem da União Europeia que vão fazer por nós aquilo que nós temos que fazer em casa. Enquanto não assumirmos devidamente o desenvolvimento como uma questão de visão e de liderança podemos estar aqui a falar, a discursar e nada vai acontecer. E nós somos pagos para fazer as coisas acontecerem.

A minha perspetiva é que a estratégia e a liderança dos nossos países têm uma enorme responsabilidade em relação ao futuro. Nós podemos falar do acordo de cooperação cambial, processo em que participei há 20 anos. Fui Governador do Banco Central com 32 anos, mas antes já tinha sido Diretor-Geral do Tesouro e Secretário de Estado das Finanças. Assim, estou há mais de 20 anos nisto e aquilo que estou a dizer é fruto da minha experiência, não é apenas de impulso emocional. O que nós estamos aqui a fazer em relação à cooperação monetária na CPLP é mais do mesmo, é um floreado. Aquilo que estou aqui a fazer em matéria de cooperação técnica, os encontros anuais, a cooperação com o Banco de Portugal, estas conferências todas, tudo isto é bonito. Mas as populações dos nossos países, a juventude e as mulheres, não comem estabilidade. Eu não quero estabilizar a pobreza, convenhamos, eu respeito, mas sou Ministro das Finanças e não sou pago para estabilizar a pobreza, sou pago para promover o desenvolvimento, para criar oportunidades novas para os jovens e para as mulheres de Cabo Verde. Eu penso que todos nós temos a responsabilidade de criar oportunidades novas para os jovens e as mulheres. A estabilidade é um instrumento, não é um objetivo, um fim em si.

Então vou dizer aquilo que eu penso sobre a cooperação monetária, e por mim nem sequer devia ser cooperação monetária, mas sim financeira. Então, enquanto o espaço da CPLP, da Lusofonia, não tiver um instrumento para permitir que os talentos da CPLP, na cultura, no desporto, no mundo empresarial, no turismo, nas

tecnologias e na inovação, no sistema financeiro e nos seguros, possam ter oportunidades para concretizar os seus projetos, podemos continuar a falar e nada vai acontecer. Nós precisamos de um instrumento financeiro forte. Se nós queremos ser um espaço económico, não podemos ficar com o seu contrário, ou seja, não ter um único instrumento para intervir.

As reuniões, as conferências e os *workshops* representam sobretudo gasto do dinheiro público quando não temos um único instrumento de intervenção ao nível da CPLP. Vou ser muito sintético, precisamos na CPLP de uma instituição de financiamento do desenvolvimento que inclua financiamento e garantia, para apoiar e intervir em relação aos talentos que existem na CPLP, seja ao nível individual, seja ao nível da parceria, para que possamos criar empregos, novas oportunidades para os jovens que vivem nos Estados-Membros. É esta a nossa obrigação e não podemos continuar com conversas aqui e acolá, narrativas e folclore. Continuando assim, nada vai mudar.

Eu quero que os jovens cabo-verdianos que vivem na Brava ou na Boavista, com projetos estruturantes, tenham financiamento para executá-los e criar oportunidades de emprego para os próprios, pois isto é fazer acontecer o desenvolvimento. Quero que grandes projetos de empresários cabo-verdianos ou em parceria com angolanos, com portugueses, que queiram investir no turismo, na indústria, na transformação, nas tecnologias, possam ter acesso a financiamento para serem executados. Se não conseguir fazer isso, eu posso continuar a conversar que nada vai acontecer.

Então eu vou ser muito sintético, meus caros amigos, nós precisamos na Lusofonia, na CPLP, de uma instituição de apoio ao financiamento que inclua financiamento, garantias, mecanismos de seguro, para permitir que projetos individuais ou em parceria possam ter condições de financiamento. Falo de bons projetos, porque não há aqui dinheiro para dar a ninguém. Falo de projetos bancáveis, bem geridos e que criam valor para a comunidade, para os acionistas, para os trabalhadores e para a Lusofonia.

Não podemos querer ter uma coisa e o seu contrário e dou um exemplo que aliás interpela certamente a minha antecessora. Há dias em Cabo Verde, fomos à Brava, ilha onde pretendemos construir uma estrada para servir determinada zona. Dili-genciamos uma delegação para falar com a população e a equipa apresentou a proposta de uma estrada de calçada, solução normal, senão a melhor para o nosso contexto mas a população da Brava recusou dizendo: que o Governo faça uma estrada asfaltada ou então fica como está. Acho legítimo que os nossos concidadãos queiram mais e melhores estradas, mais e melhor saúde, educação, portos, aeroportos, tudo de primeiro nível, mas para tanto têm de pagar impostos. Não podem querer tudo de primeiro nível e quando chega a hora de contribuir para a coletividade, não colaboram, tentam fugir e às vezes até gritam que estamos a cobrar demais.

Nós temos todas as condições para sermos um país desenvolvido e cabe a nós, enquanto líderes, motivar a população.



Não pode ser. Não podemos querer uma coisa e o seu contrário. E digo-vos que o desenvolvimento é uma questão de atitude, de lideranças e de comprometimento. O resto são as técnicas e eu já dizia aos meus colaboradores: «olhem, a única característica que um político precisa para ter sucesso, é coragem para fazer, não o popular, mas aquilo que tem de ser feito», porque o resto podemos comprar. Se eu precisar dos serviços de um bom conselheiro da área monetária, eu compro em Portugal, nos Estados Unidos da América, na China, em qualquer parte do mundo. Se eu precisar dos serviços de um bom arquiteto, compro. Agora, quando chegar a hora de tomar uma decisão corajosa, que não é popular, mas que muda o país, não posso comprar a coragem dos outros. Tenho que ser eu, ou tenho coragem e faço, ou não tenho coragem e não faço.

Nós precisamos nos nossos países, meus caros amigos, de lideranças, de coragem para fazer aquilo que tem de ser feito, mas sobretudo para dizer à população aquilo que é o caminho para o futuro. Não podemos enganar as pessoas, em como o Estado dá tudo, o Estado cuida das pessoas. Não, o Estado tem a missão de preparar a juventude com educação de qualidade, formação profissional de qualidade e de criar oportunidades de emprego. O Estado não tem para dar, nem tem de dar. O Estado vai procurar recursos de impostos para redistribuir ou contrair dívida para pagar futuramente, portanto, essa ideia que o estado social dá, tem de acabar. O discurso de país pobrezinho tem de acabar. O discurso do tipo «o seu país é pequeno e pobre» é a pior coisa que existe. Fazer crer às pessoas que Cabo Verde é «um país pequeno e pobre», mata a ambição, a vontade de lutar para ser uma pessoa melhor.

Portanto, Cabo Verde não é um país pobre, nem pequeno. Nós temos todas as condições para sermos um país desenvolvido e cabe a nós, enquanto líderes, motivar a população. A pessoa é a coisa mais importante que existe. Cada pessoa é única, é a coisa mais extraordinária que existe, cada pessoa é uma pessoa, e quando morrer, tudo acabou. Então nós temos que trabalhar para as pessoas, temos que criar con-

dições para que tenhamos pessoas preparadas para aproveitar as oportunidades à escala do mundo, porque hoje temos que preparar os jovens para estarem em Cabo Verde, mas também para serem jovens do mundo, porque as oportunidades existem à escala do mundo.

Temos que ter uma educação que possa preparar a nossa juventude para aproveitar as oportunidades à escala do mundo.

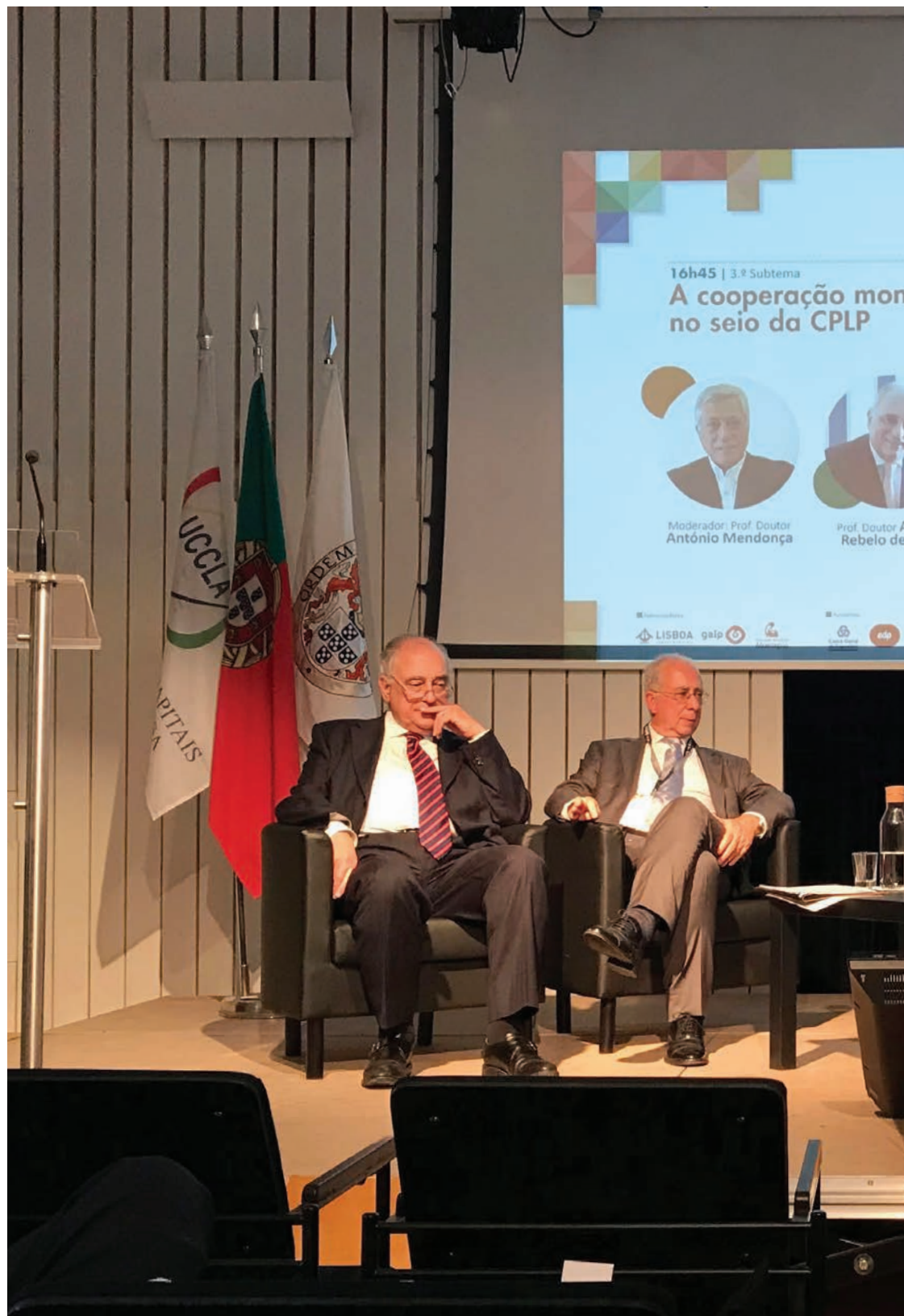
Então vou resumir o seguinte: eu insisto, precisamos, a nível da CPLP, da Lusofonia, de uma instituição com essas características, ou seja que tenha condições para ir ao mercado internacional de capitais, conseguir fundos a preços muito mais baixos, incentivar e premiar os talentos que nós temos a nível da CPLP em todos os domínios da atividade económica e social e, se isso acontecer, teremos desenvolvimento.

O Estado não faz, nem tem de fazer, o Estado em muitos casos só empata, não tem dinheiro para investir e fica a empatar ou seja não consegue investir na energia nem nas estradas. O Estado ajuda a fazer acontecer. Quem faz são as pessoas, os indivíduos, os cidadãos, as empresas, os gestores. São eles que fazem o país avançar, e nós temos a obrigação de criar as condições para que eles possam fazer mais, possam fazer melhor e possam fazer mais rápido para eliminarmos de vez a pobreza no nosso país e criar melhores condições de vida para todos os nossos concidadãos, jovens e mulheres em todas as ilhas de Cabo Verde.

Então, vamos trabalhar para criarmos essa instituição financeira de apoio ao desenvolvimento e de apoio aos talentos e às iniciativas empresariais que tenham capacidade e condições para fazer diferente, porque nós não podemos continuar a fazer mais do mesmo, mais fóruns internacionais, mais encontros internacionais, pois, meus caros amigos, isso é apenas despesa pública. Nós somos pagos para fazer coisas extraordinárias para os nossos países e para o espaço da Lusofonia. Ou seja, a liberdade de circulação de pessoas, capitais e bens, os instrumentos para apoiar as ideias, os talentos daqueles que queiram ajudar a criar valor nos nossos países e nos espaços da CPLP e da Lusofonia.

Se não fizermos isso, vamos continuar a gastar o dinheiro dos contribuintes e nada vai acontecer, e nós temos a responsabilidade de fazer diferente e fazer coisas extraordinárias para os nossos países e essa responsabilidade não poderá de forma alguma ser desperdiçada. Permitam-me esta abertura, mas penso que vale a pena falarmos claro, porque quando está um cão à frente, não podemos dizer que é um gato.

Muito obrigado.



etária



Associação Portuguesa de Economistas



Ordem dos Economistas
Tribuna do Comércio, Lisboa

1.º Fórum de Economistas das Cidades de Língua Portuguesa

Lisboa, 25 de maio de 2019



António Sousa



Dr. Manuel Aranda da Silva



Dr.ª Maria do Carmo Silveira



Dr. Olavo Correia

EuroBic





António Mendonça

>> Caros colegas, depois desta intervenção, qualquer resumo que eu tentasse fazer seria, seguramente, muito mais pobre do que aquilo que foi dito e eu nem me atrevo a tirar conclusões deste debate. De qualquer forma, acho que esta intervenção do Dr. Olavo Correia não está nada em contradição com aquilo que é o nosso objetivo, porque efetivamente a questão fundamental é, sem dúvida, a liderança. Tudo o resto é um instrumento, a própria moeda é um instrumento da política monetária, é um instrumento e não pode ser considerada como um fim em si e talvez esse seja um dos problemas atuais, é olhar para os grandes equilíbrios macroeconómicos como se isso fosse, de facto, o grande objetivo. Não é. É um instrumento. É um objetivo intermédio, mas os objetivos estão para além, os verdadeiros objetivos estão para além.

E, portanto, posso dizer que, enfim, este painel não poderia terminar de melhor maneira, posso dizer que, pelo menos naquilo que me cabe e acho que não me estou a exceder relativamente aos meus colegas de painel, mas julgo que é de facto uma boa síntese, e também acho que o Dr. Olavo Correia deixou aqui uma proposta sobre a qual, aliás, o nosso Presidente já tinha falado aliás, ele falou da questão da política, a economia é muito importante, mas é a política que, em última análise, comanda tudo e acho que, de certa maneira, isto é uma outra versão desse comentário, dessa opinião, e deixou aqui também uma coisa que é muito importante que é dar substância às coisas.

Falamos muito, serve para nos reunirmos, encontrarmo-nos, almoçar aqui e acolá, jantarmos, mas, de facto, estas instituições têm que ter conteúdo, acho que a questão financeira, aliás, nós temos conversado e discutido muito sobre o papel dum Banco de Desenvolvimento e da importância que isso tem no contexto da CPLP. Temos que ser ousados também em termos da criação de instrumentos que possam ser utilizados para efetivamente fazer as coisas. Isto tudo demora muito tempo e, por isso, é necessário que alguém puxe.

Agora só quero fazer uma observação. Os presentes aqui podem ficar a pensar que nós estamos a ser apoiados pelas instituições públicas, mas não, todos os nossos patrocinadores foram empresas privadas e, portanto, pelo menos no que respeita à



organização deste evento, não foi o caso, pelo menos diretamente; em última análise, é evidente que acaba por ser o Estado e a sociedade.

Mas a organização deste evento e, de facto, fizemos também questão disso, foi pelos próprios meios, enfim, de pessoas interessadas a quem nós agradecemos a compreensão e o apoio que deram para a realização desta iniciativa, e eu acho que pelo menos neste painel, e em todos os outros, mas neste em particular, que é aquele em que sou mais responsável, acho que se produziram resultados importantes, não apenas da caracterização do estado atual, das oportunidades, das limitações à própria cooperação monetária e financeira, mas, designadamente, em termos desta grande ideia que eu acho que é uma ideia que todos nós temos que apadrinhar e que, no futuro, os economistas de Língua Portuguesa podem apadrinhar, que é a criação de instrumentos e particularmente um instrumento financeiro para sustentar, para suportar, toda a política de cooperação no seio da CPLP.

Bom, caros amigos, acho que não há lugar a questões, peço desculpa mais uma vez, já estamos em cima do painel seguinte, que eu também vou ter o prazer e a honra de coordenar, dentro de um intervalo de 10 minutos no máximo, para depois passarmos ao painel seguinte, que será o último antes da intervenção do Senhor Almirante António Silva Ribeiro.



■ Moderador:

Prof. Doutor António Mendonça

Oradores:

■ **Dr. António M. Tivane**

■ **Prof. Doutor Fausto de Carvalho Simões**

■ **Dr. Manuel Enriquez Garcia**

O papel das Ordens dos Economistas no quadro da CPLP





António Mendonça

Nasceu em 1954, em Portugal. Professor Catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-UL). Docente e investigador nas áreas da Macroeconomia, Economia Internacional, Economia Financeira Internacional e Economia e Política dos Transportes. Coordenador do Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus (2018-2019). Coordenador do Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento (2012-2018). Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVIII Governo Constitucional de Portugal (2009-2011). Presidente da Delegação Regional do Centro e Alentejo da Ordem dos Economistas (2017-2020). Membro da Direção da Ordem dos Economistas (2015-2017). Presidente do Conselho de Escola do ISEG-UL (2014-2018). Presidente do Conselho Diretivo do ISEG (1999-2002 e 2007-2009). Presidente do Conselho Pedagógico do ISEG (1993-1994). Presidente do CESA-Centro de Estudos sobre África, Ásia e América-Latina (desde 2013). Professor convidado das Universidades de Orléans (França), Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal da Paraíba (Brasil), University of National and World Economy (Sofia-Bulgária-Programa Erasmus), Universidade Agostinho Neto (Angola: Luanda, Benguela e Lubango), Universidade Mandume Ya Ndemufayo (Angola, Lubango). Várias missões de ensino e formação em França, Brasil, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Bulgária.



Bom, vamos então continuar. Como disse, cabe-me a mim também o papel de moderar este subtema, que é o papel das Ordens dos Economistas no quadro da CPLP.

Bom, acho que a pergunta mais simples que seguramente será objeto de consideração pelos intervenientes será: qual será o papel dos economistas, não apenas no mundo contemporâneo, nas cidades contemporâneas, mas, em particular, no quadro da CPLP e nos países que a compõem. Temos uma proposta de dar conteúdo a este encontro, que é a criação de uma estrutura mais permanente e que possa ser um veículo de dinamização. E, já agora, pedia também que se pronunciassem sobre isso, portanto, qual o papel para os economistas? É a questão que vos deixo, o repto que vos deixo, e que gostaria, de alguma forma, de ver tratado nas vossas intervenções.

Não me vou alongar em termos de apresentações curriculares, elas estão no programa. De qualquer forma, há algo que é comum às pessoas que aqui estão, são responsáveis pelas Ordens, ou pelos Conselhos, de Economistas, o equivalente às Ordens nos respetivos países, Moçambique, Angola e Brasil, e têm em comum também o facto de serem académicos, serem economistas, de terem experiência de administração pública e, portanto, há aqui também um grande paralelismo de situações e de experiências, não obstante o facto de, neste caso, são dois continentes, África e América do Sul, eu sou da Europa. Faltam aqui outras componentes, mas, digamos que há aqui, curiosamente, um percurso que é similar nas pessoas que estão neste painel, portanto, eu seguia a ordem que está aqui e dava a palavra em primeiro lugar ao colega António Tivane.







António Manheira Tivane

Nasceu em Maputo, Moçambique, há 54 anos. Casado e pai de 3 filhos. O seu percurso académico inclui uma formação como Professor de Matemática e Física da 8.ª à 10.ª classe, uma Licenciatura em Economia e um Mestrado em Economia Agrária, todos adquiridos pela Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. No seu percurso profissional destacam-se, entre várias atividades realizadas, a de Professor de Matemática de 1986-2001. De 2003 e 2008 foi sucessivamente docente de Microeconomia e Macroeconomia, no Instituto Superior de Transportes e Comunicações, Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, a Politécnica; Universidade São Tomas de Moçambique; Escola Superior de Economia e Gestão; Universidade Técnica de Moçambique, todos em Maputo, Moçambique. Ao nível de gestão e liderança, foi Chefe do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais na Universidade Utiwe, Chefe do Departamento de Licenciaturas em Gestão e Finanças no Instituto Superior de Transportes e Comunicações, ambos em Moçambique. Foi, também, Assessor Económico da Ministra do Trabalho e integrou o Conselho de Administração do INSS na qualidade de representante da Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social. Ao nível do associativismo, é membro da Associação Moçambicana de Economistas e Gestores - AMECON, tendo sido eleito presidente da agremiação a 10 de abril de 2018 para um mandato de 2 anos (2018/2020).



Muito obrigado e boa tarde a todos. Queria servir-me das palavras dos oradores que me antecederam, no sentido de congratular a organização pelo evento e, como não poderia deixar de ser, aproveitar esta oportunidade para, em nome da Delegação de Moçambique que está presente neste evento, e em meu nome pessoal, agradecer a todos os países pela [ajuda que nos deram na] situação que abalou o nosso país. Tivemos um “ombro” enorme na hora e, portanto, queria dar os parabéns a todos que tanto nos apoiaram e impediram que um desastre maior pudesse ocorrer na economia moçambicana. Muito obrigado a todos.

Relativamente ao assunto que somos convocados para tecer algumas considerações, diria que, enquanto estava ali no lugar e aguardava pela nossa vez, eu estava pensando como compensar algumas fragilidades que eu tenho.

Estava a ver o Professor Vítor Santos, com a altura que tem, com a voz que tem, só dizia “a seguir”. Vi os outros, que já ocuparam cargos de relevo nos seus países, e os currículos que apresentam, adicionaram aqui verdadeiras aulas de sapiência, e eu dizia, como é que vou compensar estas minhas fragilidades, não tenho um currículo enorme na Academia, não tenho tanto percurso na administração pública, mas disse, Deus vai descer e vai me dar energias para eu superar todas estas fragilidades. Devo dizer que, na linguagem desportiva, para mim esta seria uma estreia numa competição internacional e uma estreia como efetivo e, portanto, tudo farei no sentido de compensar de facto esta estreia. Penso que temos um exemplo vivo que é o Cristiano Ronaldo que, quando estreou na seleção portuguesa, foi um verdadeiro fenómeno.

Relativamente à questão, ao tema para o qual fomos convocados para fazer a apresentação, devo dizer que, na República de Moçambique, a instituição que congrega economistas e gestores designa-se Associação, portanto, é uma plataforma que congrega economistas e gestores. Surgiu em 1997, portanto 10 anos depois da introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) que, mais tarde, veio a designar-se PRES por ter sido introduzida a componente social.

Esta associação, esta plataforma, que congrega economistas e gestores que constituíram fatores basilares para a sua emergência, portanto, as alterações políticas e

económicas que tiveram lugar em Moçambique nos finais da década de 80. Esta nossa associação surgiu na perspectiva de dar corpo àquilo que era o interesse dos economistas e gestores, que era a necessidade de criação de um espaço que pudesse ser uma plataforma para apoiar o Governo, as empresas e as famílias na tomada de decisões racionais. Portanto, a nossa associação, e é esse o compromisso que tem, tem como missão contribuir para um maior conhecimento da realidade económica em Moçambique, de modo a que deste processo possam surgir soluções e linhas orientadoras viáveis na condução do processo económico em cada etapa.

Eu, que estou aqui a dissertar, estou na liderança da AMECON há um ano e poucos dias, fui eleito, a direção que lidero foi eleita a 17 de abril de 2018. O programa que apresentámos para o mandato, que vai durar 2 anos, assenta fundamentalmente em três objetivos; consolidar, revitalizar e projetar. Na perspectiva da concretização destes três objetivos, elegemos um conjunto de ações, entre as quais se destaca a extensão da representação da AMECON, porque nos primeiros anos da criação da AMECON ficou-se com a sensação de que as suas ações estavam circunscritas à cidade de Maputo e, sendo uma instituição de apoio ao crescimento e, por via disso, ao desenvolvimento, fazia sentido que a AMECON estivesse estabelecida em todas as províncias.

Devo partilhar com os presentes que a Associação Moçambicana de Economistas, neste mandato que já consumiu um ano e poucos dias, conseguiu, tendo em conta aquilo que era a sua atuação nos primeiros 21 anos, estar estabelecida, neste momento, em 10 das nossas 11 províncias, apenas não temos representação numa província. Portanto, pensamos que estamos a criar uma base sólida para que a AMECON possa desempenhar efetivamente aquilo que é o seu papel como instrumento da promoção, divulgação, do conhecimento em economia. Nós, sobretudo a AMECON, como associação, não sendo uma ordem – estou a ser convocado para falar daquilo que seria a postura ou a atitude de pessoas casadas quando eu sou uma entidade que ainda estou a namorar –, portanto, sendo uma associação, quer dizer que, provavelmente, não tenho elementos suficientes para me debruçar sobre aquilo que seria o papel de uma ordem no quadro da CPLP, mas queria me debruçar em termos de perspectiva, em termos daquilo que nós gostávamos que fosse o papel das Ordens de Economistas no quadro da CPLP.

Assim, em termos de perspectiva, dividi esta intervenção em 2 etapas, uma perspectiva da atuação doméstica e uma perspectiva da atuação no quadro da CPLP. No quadro doméstico, nós, como uma agremiação de profissionais, de economistas e gestores, temos estado a desempenhar o nosso papel na promoção do ambiente de negócios, temos estado a trabalhar na perspectiva de apoiar o Governo e as famílias a tomar decisões racionais que ajudem a usar os recursos de forma racional, de forma que possamos alcançar aquilo que é o desiderato, ou seja, o desenvolvimento económico da nossa sociedade. Relativamente àquilo que seria o nosso desejo, sendo uma Ordem, penso que a nossa perspectiva como uma ordem, e estamos a trabalhar nessa perspectiva para a transformação da nossa Associação em ordem, seria no sentido de trabalhar para conferir à CPLP uma inserção mais adequada nas dinâmicas económicas internacionais.



Outro aspeto que queria colocar aqui como sendo um papel das ordens económicas no quadro da CPLP, seria na perspetiva de trabalharmos no sentido da promoção da ética na governação económica. Eu vou dizer mais alguma coisa em relação a este aspeto. A promoção da ética na governação económica. Eu entendo que há necessidade, de facto, de servirmos como conselheiros das entidades governamentais, porque o pensamento que se tinha no passado, ou que se tem, do escravo, se calhar, a bem dizer, é que o escravo de ontem, provavelmente, não é o escravo de hoje nem será o escravo de amanhã. O que quero dizer com isto? É que, no passado, havia companhias que andavam por aí, pelos países, sobretudo de África, recolhiam pessoas que colocavam à disposição daqueles que tivessem recursos para as comprar e para as colocar no processo produtivo e, por via disso, minimizarem os seus custos de produção e aumentarem a competitividade das suas economias.

*trabalharmos no sentido
da promoção da ética na
governação económica*

Mas a ordem económica internacional, social e política que vigora já não permite que tal situação possa ocorrer, já ninguém pode, de forma deliberada, pegar num navio e circular por todos os cantos para recolher as pessoas que quiser comprar, para, por via dessas pessoas, poder maximizar os seus níveis de rendimento. É importante perceber que a filosofia mudou: o imperialismo internacional está a acentuar as suas táticas de atuação, portanto, o escravo de hoje ou o escravo de amanhã serão os políticos, serão as pessoas mais poderosas das nações. Eu vou tentar partilhar um bocadinho algumas coisas.

O imperialismo internacional colocou em todos os cantos do mundo indivíduos



especializados em aliciar dirigentes e desse aliciamento sucedem situações como aquelas que estão a acontecer nos nossos países, em que os dirigentes se envolveram com esses indivíduos e desse envolvimento temos exemplos, temos evidências. Aqui, em Portugal, ouvimos falar do antigo Primeiro-Ministro que se envolveu em situações esquisitas. E depois foi detido. Portanto, a detenção desses indivíduos concorre para a elevação do risco dos nossos países e essa elevação de risco faz com que os nossos países, para poderem aceder aos recursos no mercado internacional, tenham que enfrentar grandes dificuldades.

uma Associação de Ordens é trabalhar no sentido de conferir aos nossos políticos a ética necessária para a sua atuação, sobretudo no uso dos recursos que vão permitir um desenvolvimento desejável, um desenvolvimento que seja o desiderato de todas as nações

Esta situação que aconteceu em Portugal aconteceu também em Moçambique. Penso que todos devem estar atentos às situações que estão a acontecer em Moçambique. Acontecem também em Angola. Acontecem também em São Tomé e Príncipe, não queremos referir [mais], portanto, o que eu queria dizer era que se ontem o escravo era aquilo que nós conhecíamos, o escravo de hoje e de amanhã serão os políticos. Portanto, a nossa perspectiva como uma Associação de Ordens é trabalhar no sentido de conferir aos nossos políticos a ética necessária para a sua atuação, sobretudo no uso dos recursos que vão permitir um desenvolvimento desejável, um desenvolvimento que seja o desiderato de todas as nações.

Para terminar a nossa intervenção, diria que Sua Excelência o Presidente da República lançou um desafio aos economistas. O Dr. Olavo esteve aqui a fazer referência como uma entidade política e já deu sinal de que efetivamente os políticos parece-me que estão com desejo de abrir mão para que aqueles que usam o conhecimento possam impor o conhecimento para ajudar as nações. Eu queria dar os parabéns ao Dr. Olavo pelo facto de ter tido a coragem de fazer referência à necessidade de que tem que haver coragem por parte dos líderes, porque só com coragem dos líderes é que podemos ter um andamento razoável para criar as condições de que as sociedades necessitam.

Eu queria chamar a atenção [para o facto de que] este desafio que Sua Excelência o Presidente da República fez aos economistas, coincidir com algumas das coisas que tinha aqui listado: há necessidade de termos presente a questão dos *timings*, nós temos que decidir depois deste anúncio que aqui foi feito e penso que vai ser formalizado, temos que decidir que, para a resposta, porque nós temos também que passar pressão para o próprio Presidente da República, ele não pode passar-nos pressão e depois ficarmos indiferentes.

Temos que dizer também que, dentro de 3 meses, necessitamos de recursos para realizar um encontro no Brasil e, dentro de 6 meses, precisamos de recursos para realizar um encontro em Angola. Porquê esta referência ao Brasil e Angola? Porque acho que o Brasil e Angola são os países que já têm Ordens, e nós, moçambicanos, os cabo-verdianos, os são-tomenses, enquanto nos preparamos para a criação de uma Ordem, devemos ir dando espaço àqueles que já são Ordens para irem acolhendo os nossos encontros.

Muito obrigado pela atenção dispensada.



■ **Fausto Tavares de Carvalho Simões**

Doutorado em Gestão Global, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial pelo ISCTE/IUL. MBA e Mestre em Gestão pelo ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão). Licenciado em Economia pela UAN (Universidade Agostinho Neto). Professor Catedrático da UAN. Investigador associado ao SOCIUS - CSG/Universidade de Lisboa. Professor/Palestrante no ISEG/UL, integrando ainda Júris de Doutoramento. Professor de Honra da Sociedade de Estudos Internacionais, com sede em Madrid, cujo Presidente é o Rei de Espanha. Coordenador da Comissão Diretiva da Ordem dos Economistas de Angola. Já foi Decano/Diretor da Faculdade de Economia da UAN - Universidade Agostinho Neto. Desempenhou vários outros cargos como Gestor Público e Privado em Angola. Possui vários livros e artigos científicos publicados em Angola, Brasil e Portugal.



Eu começaria por agradecer ao Dr. Vítor Ramalho pelo convite que me foi formulado para estar aqui presente. Gostaria também de agradecer à Ordem dos Economistas, particularmente à sua Delegação do Centro e Alentejo, na qualidade de coorganizadora deste evento.

Devo dizer que é com imenso prazer que estou aqui para colaborar neste painel e vou começar com uma gracinha. Aqui o António Tivane disse que era solteiro e eu devo dizer que sou casado, a minha mulher, por sinal, está aqui na sala. E a propósito de casamento, uma amiga, uma vez, perguntou-lhe: “Tu és casada com um economista? Ele deve ser muito poupado. Os economistas devem economizar tanto! Eu não gostava de casar com um economista.” Já que falo disto e aceitando o repto do Professor António Mendonça, de passarmos aqui em lamiré a noção do que é um economista, ele não é mais do que um cidadão, pode haver muitas definições, mas o economista não é mais do que um cidadão que lida com recursos escassos, procurando utilizá-los racionalmente, reduzindo ao máximo os custos e maximizando as receitas e, na maior parte dos casos, procurando maximizar também os lucros. Obviamente, este cidadão utiliza a geografia, utiliza a política, utiliza a matemática para fazer aquilo que é a economia que, no fundo, não é mais do que uma arte da esfera social, portanto, é uma ciência social.

Posto isto, vou começar então a falar daquilo que preparei para este painel e que preparei de forma resumida em quatro pontos: 1. A realidade em Angola, uma vez que este primeiro painel é dedicado aos responsáveis das Ordens e Para-Ordens dos países da CPLP. 2. O atual panorama na CPLP. 3. A inter-relação futura das Ordens de Economistas na CPLP. 4. Vou falar também um bocado da *International Economic Association*, que é uma organização a nível internacional que congrega várias Associações e Ordens de Economistas.

Posto isto, como é que nós estamos em Angola e o que é que aconteceu em Angola desde a sua independência?

Nós criámos uma Associação de Economistas em 1983, que perdurou até ao ano passado, altura em que proclamámos, em Assembleia Constituinte, no dia 1 de março do ano passado, a nossa Ordem dos Economistas. Esta proclamação foi precedida de um período de aproximadamente dois anos em que tivemos uma co-



missão instaladora que eu próprio coordenei. Conforme disse, no dia 1 de março, foi eleita, nessa Assembleia Constituinte em que proclamámos a Ordem, foi eleita a sua comissão diretiva, a que eu presido, tem um adjunto e integra ainda 9 elementos. Nessa reunião magna aprovámos os anteprojetos de estatuto, regulamento eleitoral e regulamento de disciplina e, a todo o momento, aguardamos a publicação em Diário da República do estatuto. Como sabemos, esses aspetos burocráticos levam algum tempo e a todo o momento aguardamos que o Conselho de Ministros se pronuncie. Está a demorar mais um pouco porque nós queremos ter o estatuto de entidade de utilidade pública, porque se fosse só uma associação pública ou uma simples Ordem, bastaria o Ministério da Justiça, mas como queremos ser uma instituição de utilidade pública, tem que passar pelo crivo do Conselho de Ministros, mas o processo está no bom caminho e, muito brevemente, teremos esse estatuto publicado e, aí sim, vamos ratificar os órgãos em Assembleia Eleitoral, onde será eleita a nova direção, a direção definitiva, com os colégios de especialidade e todos os outros órgãos que integram a nossa Ordem em termos estatutários. Pois bem, quais foram as razões fundamentais da passagem da Associação de Economistas de Angola para Ordem de Economistas de Angola? Elas estão aqui expressas neste slide. Uma das razões foi a necessidade de valorizarmos a profissão de economista e, naturalmente que esta [valorização] nos nossos dias vem tendo uma maior importância e mais acentuada e exige que haja um órgão que discipline, que salvguarde os valores e crie condições para enquadramento e valorização desses próprios profissionais. Mas trazemos aqui, porque estamos a falar daquilo que vimos desenvolvendo, qual a missão da nossa Ordem, qual a nossa visão futura e quais os valores sobre os quais assentam os nossos princípios.

A nossa Ordem tem como missão, ou seja, aquilo que nós, naturalmente, pensamos desenvolver nos próximos tempos: a defesa do interesse da classe, dos interesses

da classe, assente numa parceria estratégica com as instituições públicas e privadas, entidades congéneres e outras entidades particulares. A médio e longo prazo seremos muito mais ambiciosos e isso está retratado naquilo que é a visão da nossa Ordem, nomeadamente o seu papel eficaz no desenvolvimento de Angola. E ainda a sua inserção ao nível de organizações similares da CPLP, como é o caso desta magna reunião, da SADC e do mundo em geral.

Defendemos, de entre os múltiplos valores, essencialmente cinco, que são: a ética, a deontologia profissional, o respeito, o desenvolvimento e a cidadania. Apenas por curiosidade, trazemos aqui a insígnia da Ordem, não vou perder tempo a ler a memória descritiva desta insígnia, mas apenas de forma resumida dizer que aqueles dois ramos de oliveira – alguns poderão perguntar, porque não o café? Porque o café já faz parte da produção de Angola, num passado não muito longínquo fomos o quarto produtor mundial de café, obviamente, queremos recuperar isso, mas não só.

Nós queremos diversificar a nossa economia e aqueles ramos de oliveira simbolizam precisamente isso. Alguns dos colegas que estão aqui presentes eventualmente não conhecem Angola e para esses eu explico que, no centro e sul de Angola, nós temos, principalmente nas regiões planálticas, temos microclimas tropicais de altitude onde se produzem culturas mediterrânicas.

Praticamente todas as culturas que temos aqui na Europa Ocidental, nós podemos cultivá-las nessas regiões e com duas, e em alguns casos, três safras anuais.

O atual panorama na CPLP. Depois de conversar com o meu homólogo de Portugal que, por razões profissionais, não está aqui presente, o Dr. Rui Leão Martinho, e depois fazer alguma consulta na net, constatei que os movimentos profissionais em termos de ordens, em termos de associações, existem precisamente nos países que estão representados aqui neste painel.

Eu coloquei ali os países por ordem alfabética: Angola, Brasil, Moçambique e Portugal, obviamente que com distintos níveis de desenvolvimento. Mas o que é certo é que é uma realidade nestes países. Ou existem ordens, ou existem nesses países Associações profissionais que caminham rapidamente para ordens.

Obviamente que nós, a partir daqui, incentivamos os colegas de outras latitudes a promoverem também o desenvolvimento dessas organizações profissionais, referimo-nos aos outros países da CPLP, a Timor-Leste. Por lapso, não está ali o único país hispânico do nosso continente que também é membro da SADC, se estiver aqui alguém da Guiné Equatorial peço desculpa, não pus ali a Guiné Equatorial, não foi por qualquer motivo, foi esquecimento, só me reparei agora.

E agora, uma questão que eu tenho ali e que também já foi anunciada quando o Dr. Rui Leão me falou que haveria um painel para os bastonários e responsáveis das

*Defendemos,
de entre os múltiplos
valores, essencialmente
cinco, que são:
a ética, a deontologia
profissional, o respeito,
o desenvolvimento e a
cidadania.*



❖ PRÉ-APROVA

✓ ESTATUT

✓ REGULA

✓ REGULA

❖ A TODO MO

✓ A PUBL

✓ REALIZ

ordens com o título de “Papel das Ordens na CPLP”. Eu disse-lhe ao telefone que nós iríamos propor um fórum em que nós, no futuro, [pudéssemos] relacionar-nos. Isso não foi nenhuma descoberta da pólvora, obviamente, porque isso já acontece com outras classes profissionais, podemos recordar aqui que os engenheiros, por exemplo, já tem uma comunidade de engenheiros de Língua Portuguesa, os arquitetos também e outras profissões. E foi por isso que eu me lembrei, por analogia com as outras ordens, que começam com a designação de comunidade: eu também faço aqui a proposta da comunidade dos economistas da Língua Portuguesa, não foi por outro motivo.

Devo dizer que há mais um aspeto que queria aqui destacar para esta minha proposta de, ao invés de Associação dos Economistas de Língua Portuguesa, colocar aqui como proposta [o termo] “comunidade”, devido à afinidade com a terminologia “comunidade” que está contida na sigla CPLP, porque seria uma ligação mais umbilical, digamos assim, nas relações entre a nossa futura associação ou comunidade, na nossa inserção, melhor assim, no seio da própria CPLP.

E qual seria o papel desta nossa comunidade? Eu atrevi-me a esboçar aqui meia dúzia de tópicos que me pareceram os fundamentais, nomeadamente: promover a cooperação entre as diversas ordens na CPLP, realizar colóquios, seminários e outras reuniões científicas, obviamente sempre na área das Ciências Económicas e Empresariais, promover o aperfeiçoamento técnico e organizacional dos seus filiados. Cooperar com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa no que diz respeito ao domínio do ensino e à investigação nas Ciências Económicas. Promover a publicação e divulgação de artigos científicos. E está aqui a razão [da referência] à IEA, que seria filiarmo-nos, futuramente, portanto, dentro já daquilo que será a visão dessa nossa futura comunidade, ou associação, filiar-nos na IEA, onde creio que já está filiada a Ordem dos Economistas de Portugal.

Para os colegas que eventualmente queiram saber mais pormenores sobre essa organização, eu coloquei ali o site (www.iea-world.org). É uma organização que foi fundada em 1950 e foi promovida pelo Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Apresenta 68 associações académicas, comités e Ordens de Economistas de diferentes países. Realiza conferências regionais nas diferentes partes do globo, estudando de forma particular os programas de cada região. Dá particular atenção aos problemas dos países em desenvolvimento e, por curiosidade, eu pus as datas, os anos e as cidades em que foram realizados todos os seus congressos.

E aqui, na parte final, destaquei aqueles que me parecem os principais presidentes que a *Internacional Economic Association* teve, alguns dos quais prémios Nobel. Destaco Joseph Schumpeter, em 1950, foi o primeiro presidente, Samuelson, que também foi presidente, Amartya Sen, Robert Solow, Joseph Stiglitz, prémio Nobel, e o atual Presidente, [Kaushik Basu], são aqueles que me pareceram merecer alguma relevância e, para não cansar a vossa vista, não coloquei ali de baixo os outros presidentes.

Posto isto, acho que sobre-cumpri o tempo que me foi dedicado.

Muito obrigado pela vossa atenção.



■ **Manuel Enríquez García**

Doutor, Mestre e Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP. Professor Sênior da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP. Pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. Participante do Grupo de Conjuntura do Departamento de Economia da FEA/USP. Presidente da Ordem dos Economistas do Brasil. Presidente do Comitê CE 4.0 da Ordem dos Economistas do Brasil. Atual Conselheiro do Conselho Regional de Economia 2.^a Região-SP. Vice-Presidente do Instituto Capitalismo Humanista. Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil. Coautor do “Livro Fundamentos de Economia” (Best-Seller em Economia, 6.^a edição, Editora Saraiva) e do livro “Manual de Economia” (equipe de Professores da USP, 6.^a edição, Editora Saraiva). Presidente do Conselho Regional de Economia da 2.^a Região-São Paulo (Gestão de 2012-2014 / 2016-2018).



Boa tarde a todos, a todas. Primeiramente, dizer da minha satisfação de estar aqui nesse encontro. Dois anos atrás, no mês de setembro, eu tive oportunidade de visitar a Ordem dos Economistas de Portugal, e conversei bastante com o Dr. Rui Leão. E, naquela ocasião, lançámos uma ideia de fazer um encontro. Esse encontro é o de hoje e eu estou feliz de estar aqui, de ter sido convidado a estar presente para conversar com os senhores e as senhoras.

No Brasil temos inúmeros contrastes e o papel dos economistas no Brasil varia muito com relação ao Governo, com aqueles que estão no Governo, qual é a postura daquele Governo, se ele é mais liberal, mais conservador, se é mais à esquerda. Então, os economistas, durante muitas décadas, acabaram debatendo os planos económicos do Governo, daquele determinado Governo.

O Brasil passou, durante algumas décadas, por problemas muito sérios de inflação. Basta dizer que, num determinado momento, tivemos uma inflação de 82% ao mês, uma inflação de mais de 3 mil e poucos por cento ao ano. Também tivemos problemas seríssimos do ponto de vista do sector externo, com moratórias externas, e isso nos levou, durante muitas décadas, a grandes discussões sobre qual seria a melhor política económica do Governo, e é claro que aqueles mais liberais criticavam os economistas mais de esquerda, culpando-os pelo facto de o Brasil ter tido essa tamanha inflação e ter caído nessa armadilha da moratória externa.

A mídia facilita a nossa vida na Ordem dos Economistas do Brasil. Todo o dia, é algo que os senhores certamente não encontram em seus respetivos países, o diário económico deve ter 3-4 horas por dia nas principais estações de rádio. Só se fala na taxa de câmbio, qual é o valor do dólar, o dia inteiro e, para facilitar ainda o nosso trabalho, toda segunda-feira o Banco Central do Brasil divulga algo chamado Relatório Focus, que são projeções de quanto vai ser a taxa de inflação e quanto vai ser o crescimento da economia e qual vai ser o valor estimado da balança comercial, da balança de serviços, taxa de juros, taxa de câmbios, vejam só, taxa de juros e taxa de câmbio, variáveis essenciais para nós, economistas, são discutidas num bar. As pessoas tomam café, às 6 ou 7 horas da manhã, estão discutindo, “você ouviu falar que o dólar foi para 4,50, é no turismo, 4,10, 4,15, 1 dólar, um euro na faixa de 5



reais?”, mas eu perguntava, esse cidadão, será que vai comprar dólares alguma vez na vida, provavelmente nunca, mas ele discute isso aí, então isso é algo que marcou diversas gerações de economistas.

Eu sou professor da Universidade de São Paulo, uma das mais prestigiosas universidades brasileiras. Passaram por mim centenas de alunos. A nossa faculdade é mais liberal, digamos assim, e é claro que sempre tivemos um posicionamento como professor mas, quando assumi a Ordem dos Economistas do Brasil, 6 anos atrás, concomitantemente também assumi o Conselho Regional de Economia de São Paulo.

No Brasil, temos os conselhos, que são autarquias federais. Elas têm obrigação de fazer o registro, a fiscalização. Mas a Ordem dos Economistas é uma entidade civil. Ninguém é obrigado a ser filiado, e ela tem uma missão: disseminação do conhecimento económico, valorização da profissão, ensinar a sociedade a melhor utilizar os recursos, eles são escassos.

Em 1994, o Brasil colocou em prática um plano, chamado Plano Real, e a partir daquele momento, a taxa de inflação começou a cair. Quando a taxa de inflação chega hoje a 4% ao ano, com alguma tendência para chegar a 5, ou a 6 ou a 7%, há um clamor social dizendo “eu não quero essa inflação, eu quero uma inflação de 4%”. E o que é que nós fazemos, como economistas? Alertamos a sociedade? De que forma? Bom, nós lá na Ordem dos Economistas do Brasil temos um estúdio de televisão, de primeiro mundo. Temos um programa de televisão semanal onde divulgamos, não só por esse programa, que é mais na capital de São Paulo, mas por toda a internet, divulgámos milhares de vídeos nestes últimos anos, e digo milhares de vídeos porque só no ano passado fizemos aproximadamente 400 vídeos com os mais variados colegas, tentando ensinar para as pessoas, para os cidadãos, como eles devem usar o cartão de crédito.

No Brasil, não sei se os senhores sabem, as taxas de juro chegam a 450% ao ano no uso do cartão de crédito. 450% ao ano!. Mas as pessoas querem adquirir aqueles bens, querem ter aquele celular, elas querem ter carro próprio, elas necessitam de exercer a sua cidadania que não lhes é dada pelo próprio Governo através de crescimento económico ou de políticas sociais. Então o que é que elas fazem? Se endividam. Sessenta por cento das famílias brasileiras estão endividadas, fortemente endividadas, 60%, dados da Confederação Nacional da Indústria. Então, qual é o nosso papel? O nosso papel [para além] de milhares de vídeos e, principalmente, vejam o que eu vou lhes dizer, nós temos centenas de colegas economistas, centenas. Só no Estado de São Paulo, temos aproximadamente 250 colegas economistas que voluntariamente vão às escolas do 1.º e 2.º grau para dizer para os jovens adolescentes o perigo do uso do cartão de crédito, o perigo de se endividarem ou de verem os seus pais se endividando, porque é uma bola de neve. A pessoa quer ter aquele bem, possuir aquele serviço, mas não tem a renda necessária para tanto. Somos um país que está, neste momento, com uma forte recessão. Vários anos seguidos, desde 2016, estamos convivendo com taxas de crescimento, praticamente, algumas negativas, 2015, 2016, 2017, 2018. Este ano tínhamos uma grande expectativa de crescimento, que já se desvaneceu. Foi um colega economista, muito amigo meu, que



é o José Roberto Mendonça de Barros, um grande economista, que teve a coragem de escrever um artigo e, numa palestra nossa, ele inicialmente colocou essa questão, dizendo, “olha, o Brasil não vai crescer”. Isso, dois meses atrás. Provavelmente, esse ano de 2019, o Brasil tenha uma taxa de crescimento zero, ou talvez, na pior das hipóteses, que eu não estou torcendo que ocorra, negativa. Temos 13% da força de trabalho, 12 a 13 milhões de pessoas, desempregadas, 25 milhões de pessoas que não têm nenhum vínculo de emprego, mas procuram alguma renda de alguma forma. São pessoas que demandam bens, se endividam, repito, 450% é a taxa de juros que os bancos cobram quando a pessoa não paga o cartão no dia certo, e não há como mudar essa questão.

Então nós estamos nas escolas, com jovens, adolescentes, falando dos perigos do uso inadequado do cartão de crédito. Nós estamos na televisão, com entrevistas, eu sou a âncora lá, no programa de televisão. Fazemos toda a semana uma entrevista, estamos já há seis anos com esse programa de televisão. Mensalmente, reunimo-nos, em um grupo de economistas, aproximadamente 100 a 120 colegas, num restaurante muito chique lá de São Paulo, o Terraço Itália. Temos uma boa cooperação e patrocínio do Grupo Comolatti, que é o dono do restaurante, e levamos personalidades econômicas para que elas deem suas opiniões. Somos apolíticos. É claro que eu tenho a minha ideia sobre como deve ser conduzida a economia, afinal de contas, estou lecionando na Universidade desde 1971.

Economista tem suas convicções ideológicas, só que lá levamos as pessoas, os economistas, de várias matizes, porque é no conjunto destas opiniões que nós vamos ter a verdade. Não existe a verdade individual, “eu sei das coisas, ah aquele outro sabe melhor que eu, aí ele vai dizer..”. Eu digo, não, é o conjunto das opiniões que vai formar o que de melhor temos sobre o que vem a ser um economista. Então nós

temos um conjunto de ações que buscam levar a sociedade as questões económicas, principalmente a de que os recursos são escassos, dentro de casa, principalmente, mas também estamos levando uma série de informações para os jovens, jovens que estão decidindo-se por escolher uma profissão. Vão ser o quê? Engenheiros, advogados, economistas? O que vão ser? Contadores¹, administradores, engenheiros de inovação, *start-ups*, vão ser o quê? Então nós temos aproximadamente 6 milhões e 400 mil jovens que todo o ano estão a escolher uma profissão e nós queremos dizer a eles que ser economista é algo extremamente importante, escolha, veja as profissões e coloque no seu “rol”, no seu radar, a profissão de economista.

O mundo está em grande mudança. A economia 4.0 chegou, a inteligência artificial está aí, qualquer um dos senhores, pode pegar um táxi via Uber ou outro aplicativo, estamos lá em qualquer lugar do Brasil, em São Paulo, principalmente, temos inúmeros aplicativos que te fazem entregas. Você faz o pedido no restaurante e ele te faz a entrega em casa.

A inteligência artificial chegou e o uso do *blockchain* é extremamente importante, acaba tendo uma série de utilizações importantes onde nós, economistas, deveremos estar para ver o custo e o benefício de todos esses conjuntos de aplicativos que estão sendo colocados em prática. Então nós criámos lá na Ordem de Economistas do Brasil, o comité 4.0. Queremos e estamos lutando para ter um assento junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Comunicações e Inovação, porque a Ordem dos Economistas do Brasil, sendo uma entidade civil sem

fins lucrativos, poderá trazer empresas dos mais diferentes sectores da economia, onde as inovações da Internet das coisas ou internet está interligando pessoas com máquinas ou máquinas com máquinas. Essas empresas querem ter voz, querem ser ouvidas lá no Ministério da Ciência e Tecnologia, e nós queremos ser o porta-voz dessas empresas para avaliar, inicialmente, os impactos microeconómicos e macroeconómicos dessas novas inovações que estão sendo colocadas em prática.

Enfim, senhor coordenador, queria passar apenas uma pequena informação de tudo aquilo que nós estamos fazendo, que ainda é pouco diante das necessidades que a sociedade brasileira está necessitando.

Muito obrigado.

A inteligência artificial chegou e o uso do blockchain é extremamente importante, acaba tendo uma série de utilizações importantes onde nós, economistas, deveremos estar para ver o custo e o benefício de todos esses conjuntos de aplicativos que estão sendo colocados em prática

¹ Contabilistas



18h15 | 4.º Subtema
**O papel das Ordens
no quadro da CPE**


Moderador: Prof. Doutor
António Mendonça


Dr. António M. T.







1.º Fórum de Economistas
 das Cidades de Língua Portuguesa
 Lisboa, 25 de maio de 2019

António
 Alvares

Prof. Doutor Fausto
 de Carvalho Simões

Dr. Manuel
 Enriquez García

EuroBic, MCM, TEGUS, CMC, TFC, TFP, SIDA, PTET, ROP, AFICA, MAP, FSE





António Mendonça

>>Muito obrigado, caro colega, mais uma vez utilizámos parcimoniosamente o recurso tempo. Estamos a aproximar-nos do fim, e eu só queria, também na minha qualidade de membro da direção da Delegação Regional do Centro e Alentejo da Ordem dos Economistas, fazer duas ou três pequenas observações.

Não vou fazer nenhuma intervenção, mas dizer o seguinte: a nossa Ordem, e é também nessa qualidade que estamos aqui, neste momento, desde 2015 iniciou um processo de alteração dos estatutos, aprovado em assembleia, que determinou a organização regional e nós, neste momento, temos a Ordem, mas a Ordem exerce a sua atividade através de 5 delegações regionais: a Delegação Regional do Norte, a Delegação Regional do Centro e Alentejo, a Delegação Regional do Algarve e as Delegações Regionais da Madeira e dos Açores. A Ordem exerce a sua intervenção através destas instituições regionais e este encontro, e é por isso é que estamos com a UCCLA, porque é a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, e nós achámos por bem mobilizar a UCCLA para, no âmbito da Delegação do Centro e Alentejo – a nossa regionalização é um bocado assimétrica, porque, de facto, esta Delegação tem 60 e tal a 70% dos membros e, portanto, resolvemos e, em bom tempo, porque esta associação com a UCCLA foi a condição do sucesso desta iniciativa.

Há outra coisa que eu queria dizer também relativamente a esta questão, que é a seguinte: na nossa Ordem, não sei se sabem, mas a inscrição não é obrigatória, não é como a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Médicos ou outras Ordens em que a inscrição é obrigatória. No nosso caso, não é, mas há uma coisa que é reservada, que é a utilização do título de economista. Para se utilizar o título de economista em Portugal é preciso estar inscrito na Ordem, e a maior parte dos economistas provavelmente não sabe isto, que não são obrigados a inscreverem-se. Se a Ordem quisesse pôr processos, é evidente que não vai fazer isso, não faz sentido nenhum, mas se alguém usar o título de economista sem estar inscrito, a Ordem podia fazê-lo, mas, digamos, que é a única coisa.

E há também outra coisa, que não sei se nos outros países também existe, é que, para além da Ordem dos Economistas, que engloba economistas, gestores, enfim, a

profissão de economista no seu sentido amplo, há a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, dos Técnicos Oficiais de Contas, dos Auditores, enfim, de outras áreas em que a atividade de economista se exerce e a nossa Ordem não tem a pretensão e, neste momento não engloba, todas especialidades, todas aquelas aquelas atividades que podem estar debaixo do chapéu de economistas, o chapéu geral, e é por essa razão que a proposta que foi posta à consideração, é uma Associação. Não é uma federação de Ordens dos Economistas, ou seja, nós queremos ser mais amplos, mais transcendentem numa primeira fase, englobar os economistas, independentemente de estarem na Ordem ou não estarem na Ordem, uma coisa mais ampla.

Agora, evidentemente que depois, reparem, isto é o pontapé de saída, a associação será aquilo que os membros quiserem que ela seja, isto é o pontapé de saída, mas julgo que era importante perceber que, não obstante este painel focar-se sobretudo no papel das Ordens, a iniciativa é uma iniciativa um pouco mais ampla e tem que ser, para englobarmos mais gente que não esteja propriamente na Ordem. Agora, uma coisa é a Associação dos Economistas que nós podemos lançar, outra coisa será a cooperação entre as Ordens, que têm regras específicas, exigências específicas que nós podemos acolher, mas são coisas, digamos, que estão num patamar diferente, embora como tiveram oportunidade de ver, de participar, há 2 princípios básicos que enformam a proposta da nossa Associação e que coincidem precisamente com aquilo que a Ordem quer ser: a responsabilidade técnico-profissional e, por outro lado, a aplicação dos valores da ética e da deontologia que, mais do que nunca, hoje em dia, é aquilo que está em causa.

Eram estas as informações adicionais que queria prestar relativamente àquilo que se pretende e julgo que todos estamos sintonizados nisto, que é alargar o campo em que os economistas podem intervir no âmbito da sua responsabilidade técnica e profissional, mas também no âmbito da aplicação dos princípios da ética e da deontologia. Agora temos que dar substância e houve essa preocupação de englobar, para esse arranque, para essa discussão, dois colegas (três incluindo Portugal), porque achámos que não faria sentido avançar com isto sem ter o nosso Bastonário, aliás, estão aqui presentes na instituição, no que diz respeito a Portugal são 3, mas tem a ver com as particularidades da nossa organização, e já estão outras pessoas que não vieram aqui, mas a ideia é que este núcleo, no fundo, tenha o papel dinamizador, até para a própria definição do nome. Associação foi o nome de que nós partimos, comunidade, não sei, até se pode chegar à conclusão que pode ser um terceiro ou quarto nome que seja mais adequado à dinâmica que pretendemos gerar em termos de instituição e julgo que nada é para estar fechado.

Agora, acho que houve aqui uma grande comunhão de ideias relativamente ao papel que pode ter uma associação com estas características. Nós estamos mesmo em cima [da hora]. Acho que vamos ter a oportunidade de continuar a falar, mas acho que já estamos atrasados. Uma das coisas que os militares têm, um dos vetores da superioridade militar é, de facto, o rigor e o cumprimento das horas e eu peço desculpa ao Senhor Almirante, já estamos a roubar-lhe o tempo, mas eu peço-lhe para vir e pedia aos meus dois colegas da organização que viessem também para me substituírem.



**Intervenção do
Chefe do Estado Maior General
das Forças Armadas de Portugal,
Almirante António Silva Ribeiro,
convidado especial para falar sobre o tema**

A relevância da segurança enquanto fator de desenvolvimento económico





António Silva Ribeiro

Nasceu em outubro de 1957, em Pombal, Portugal. É casado e tem dois filhos. Vive no Seixal. O Almirante António Silva Ribeiro exerce o cargo de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, desde o dia 1 de março de 2018. Como oficial general desempenhou as funções de Chefe do Estado Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Diretor-geral da Autoridade Marítima e Comandante-geral da Polícia Marítima, Superintendente do Material, Diretor geral do Instituto Hidrográfico, Subchefe do Estado Maior da Armada, Secretário do Conselho do Almirantado e Vogal da Comissão Consultiva de Busca e Salvamento. Complementarmente à sua carreira militar, é um académico especializado nas áreas de Estratégia, Ciência Política e História. Atualmente leciona e supervisiona investigações em algumas das principais Universidades e Centros de Investigação de Portugal. Na carreira académica é Professor Catedrático convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, com agregação em Estratégia. Também é professor militar da Escola Naval. Foi, ainda, professor coordenador do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração. O seu principal tema de investigação é o planeamento estratégico, embora se interesse por estratégia marítima, estratégia militar, política internacional, sociologia militar, história militar, história marítima e história da hidrografia. Tem publicados dezasseis livros, três dos quais no estrangeiro. Proferiu mais de 130 conferências e tem mais de 300 artigos publicados em jornais e revistas nacionais e estrangeiras. É membro de diversas organizações e da sua folha de serviços constam vários louvores e condecorações. Recebeu, também, vários prémios culturais. Ingressou no Curso de Marinha da Escola Naval em 1974, tendo obtido a licenciatura em Ciências Militares-Navais.



Muito boa tarde a todos.
Começo por saudar o Senhor Dr. Vítor Ramalho, o Senhor Professor António Rebelo de Sousa e agradecer-lhes a gentileza que tiveram em fazer um convite para estar aqui um militar para falar sobre segurança num Fórum de Economistas. Agradeço também ao Senhor Professor António Mendonça, saúdo os atuais e antigos governantes de países da CPLP aqui presentes, membros da comunidade académica, das Ordens, economistas, minhas senhoras e meus senhores.

Com o fim da Guerra Fria, verificou-se uma redução das ameaças militares contra os Estados. À medida que essas ameaças se foram atenuando, a atenção dos governos e do público em geral virou-se para outros tipos de fatores e circunstâncias que podem afetar a capacidade da população, para alcançar a prosperidade e o bem-estar. Em particular, no pós-guerra fria, constatou-se um aumento do interesse dos Estados na sua segurança económica, isto é, na capacidade de protegerem a sua prosperidade económica e influenciarem o ambiente económico internacional em benefício da sua população. Por isso, verifica-se agora um maior enfoque na definição dos interesses económicos nacionais e na identificação de potenciais ameaças a esses interesses, bem como uma crescente utilização de instrumentos económicos em substituição ou complemento dos meios militares, como forma de alcançar os objetivos tradicionais de defesa nacional e de política externa. Isto é por demais evidente se tivermos em atenção que, na atualidade, as primeiras respostas aos problemas de segurança nacional e de política externa surgem, maioritariamente, no foro económico, como são exemplo as restrições comerciais, as tarifas às importações, os embargos e o congelamento de ativos financeiros dos adversários.

*uma crescente
utilização
de instrumentos
económicos em
substituição ou
complemento dos meios
militares, como forma
de alcançar os objetivos
tradicionais de defesa
nacional e de política
externa*



Este ênfase nos instrumentos económicos como ferramenta para alcançar os fins nacionais, num contexto internacional cada vez mais complexo, incerto e imprevisível, serve de pano de fundo para a reflexão que me proponho aqui apresentar a vossas excelências, sobre duas perspetivas complementares da segurança económica. A referente ao impacto das políticas económicas na defesa nacional, e a perspetiva inversa, ou seja, o impacto das políticas de defesa na economia nacional.

Trata-se de uma reflexão que considero da maior relevância se atendermos à integração de Portugal no quadro da Aliança Atlântica e da União Europeia e ao importante papel do nosso país como interlocutor dos membros da CPLP junto destas duas organizações.

Assim, optei por estruturar a presente intervenção em três temas principais, começando por definir o conceito de segurança económica, apresentando de seguida os principais desafios à prossecução da segurança económica e terminando com as modalidades de utilização do poder económico no âmbito das políticas de defesa nacional.

Desta forma, procurarei evidenciar o forte inter-relacionamento entre a economia e a defesa nacional, bem como a necessidade de os Estados balancearem as políticas centradas no crescimento económico com um adequado investimento na defesa, sem o qual comprometerão a prazo a prosperidade e o bem-estar das populações, ou seja, a sua própria segurança económica.

Começemos então pelo conceito de segurança económica, que pode ser definido como a capacidade de proteger ou promover os interesses económicos dos Estados face a eventos, desenvolvimentos ou ações que possam ameaçar ou bloquear esse interesses, que podem ser de origem interna ou externa, intencional ou acidental e

provocados por seres humanos ou forças naturais. A segurança económica depende pois da capacidade dos Estados para moldarem o ambiente económico internacional aos seus interesses e necessidades, por exemplo, desempenhando um papel importante no estabelecimento das regras que regulam as relações económicas internacionais e utilizando os meios económicos para influenciar as políticas, económicas ou outras, de outros países. A segurança económica também exige recursos e capacidades para se defender dos desafios não económicos. Entre outros, é necessário possuir os recursos financeiros necessários para sustentar de forma adequada a componente militar.

A prosperidade económica, como geralmente é definida, crescimento económico, pleno emprego, inflação controlada, altos níveis de investimento, aumento da produtividade, etc, contribuirá também para a segurança económica. Não obstante, a segurança económica exige muito mais do que apenas maximizar a prosperidade económica. O objetivo da segurança económica consiste em reduzir a incerteza sobre o contínuo bem-estar económico. Por esse motivo, será por vezes mais vantajoso sacrificar alguma prosperidade presente, se for com o objetivo de tornar o futuro mais estável, mais certo ou, pelo menos, sujeito a perdas mais controladas. É nesta perspetiva que os gastos na defesa nacional devem ser entendidos como um investimento em segurança económica, ao invés de um mero custo para o Estado. Sobre isto, Portugal e os exemplos da nossa história são enormes. Portugal, por exemplo, se tivesse mantido durante o século XIX uma força terrestre de 20 mil homens, nunca teria tido os ultimatums que teve, nunca teria sofrido as invasões francesas, nunca teria sofrido os efeitos terríveis do Tratado de Methuen, que os senhores economistas conhecem bem, e que bloqueou a nossa economia durante séculos.

Feito este enquadramento conceptual, entraria agora no segundo tema desta intervenção, procurando responder a três questões centrais sobre os desafios que se colocam à prossecução da segurança económica. A primeira questão trata de saber se o tamanho relativo das economias dos Estados é ou não um fator relevante para a sua segurança económica. Já vimos há bocado aqui uma polémica académica sobre esta matéria entre o Senhor Vice-Primeiro-Ministro de Cabo Verde e o Senhor Professor Rebelo de Sousa, que eu muito apreciei, porque tanto eu como o Professor Rebelo de Sousa somos homens que adoramos polémica em ambiente académico, eu formalmente como militar não posso fazer isso. Bom, mas dizia eu que a primeira questão trata de saber se o tamanho relativo das economias dos Estados é ou não um fator relevante para a segurança económica.

Se olharmos para os Estados Unidos, poucos defenderão que os seus interesses teriam sido melhor atendidos se a sua economia estivesse na mesma relação de poder com outras economias. Se assim fosse, a reconstrução do pós-guerra da Europa e da Ásia, já aqui também hoje falada, ou os esforços levados a cabo pelos Estados Unidos, para desenvolvimento económico noutras partes do globo, não teriam alcançado o sucesso que alcançaram. Países com grandes economias gozam naturalmente de maior influência na definição das regras que regem as relações económicas internacionais. Dominantes em quase todas as dimensões da atividade económica no início do pós-guerra, os Estados Unidos desempenharam um papel fundamen-

tal, quer no estabelecimento das instituições económicas internacionais, quer na edificação do sistema que ainda hoje molda a atividade económica internacional.

Todavia, assistimos na atualidade a uma guerra comercial entre os Estados Unidos e a China que não só parece afetar negativamente a segurança económica destes dois países, como pode colocar em risco a segurança internacional. Parece pois evidente que a competição por uma melhor posição na classificação da economia mundial tem um forte impacto, tanto na segurança económica, como na segurança nacional, não sendo esse impacto necessariamente positivo. O desmoronamento da União Soviética é o exemplo prático de um resultado gerado por uma competição económica e militar insustentável para aquela União de Estados.

A segunda questão, muito debatida no nosso país, consiste em perceber se o investimento direto estrangeiro, alavancado pela globalização, é ou não um risco para a segurança económica. Como sabemos, o fomento da globalização, muito ligada ao transporte marítimo e à revolução das tecnologias de informação e comunicação, permitiu o crescimento exponencial das trocas comerciais numa escala planetária, mas a globalização fez também emergir o poder das grandes multinacionais, com elevada capacidade de influência política, económica e social sobre os Estados onde se implantam, interferindo decisivamente nas políticas económicas nacionais e, dessa forma, governando os destinos da economia, agora num espaço que é supranacional. É neste contexto que surge o debate sobre a necessidade de os Estados conservarem em mãos nacionais sectores estratégicos da sua economia, naturalmente sem comprometer níveis desejáveis de investimento direto estrangeiro necessários ao desenvolvimento económico de qualquer país, como muito bem aqui já hoje foi dito.

Muitos analistas consideram que os temores existentes sobre investimento direto estrangeiro serão infundados, argumentando que, embora os interesses estrangeiros possam obter o controlo de alguns ativos estratégicos através do investimento direto, está longe de ser óbvio quem obtém vantagens sobre quem como resultado de tais transações. Com efeito, os ativos fixos não podem ser facilmente suprimidos por um investidor estrangeiro, para além de que um proprietário estrangeiro com ativos em Portugal está sujeito a leis e políticas nacionais e europeias. Embora a investigação sobre este assunto esteja longe de estar completa, parece, até aos dias de hoje, não existirem evidências de que o comportamento das empresas estrangeiras que operam em Portugal difira substancialmente do das empresas portuguesas do mesmo sector, pelo menos não de forma que possam ser vistas como contrárias aos interesses nacionais. O mesmo já não se poderá dizer de alguns países cuja dívida externa recai maioritariamente nas mãos de um único Estado, pois tal compromete a sua soberania a médio e longo prazo. Esta será uma preocupação de alguns países da CPLP relativamente à estratégia de expansão global da China, conhecida por “uma rota, uma faixa”.

Podemos pois afirmar que o investimento estrangeiro pode trazer benefícios reais para a segurança económica dos Estados, na medida em que resultará quer na criação de novos ativos fixos, quer em mais oportunidades de emprego e aumento da produtividade, desde que não se descurem os riscos de dependência financeira e estratégica de países terceiros, cujas ideologias políticas e sociais estão longe dos ideais democráticos que partilhamos na Europa e na CPLP.

A terceira e última questão trata de compreender a influência do investimento em capacidades militares na segurança económica do Estado. Com efeito, uma parte da segurança económica assenta na manutenção de um nível de produção global que permita a afetação de recursos adequados para fins militares. A um nível mais micro, a segurança económica também exigirá a manutenção da capacidade industrial nacional e dos nossos aliados para produzir sucessivas gerações de armas tecnologicamente mais sofisticadas do que as dos nossos adversários.

Na realidade, em Portugal, em concreto, somente nos últimos anos se tem olhado com maior atenção para a despesa com a defesa, muito por pressão do compromisso assumido na cimeira de Gales da NATO, de atingir 2% do PIB para a defesa até 2024. Esta preocupação têm-se centrado na definição das capacidades essenciais para a defesa e na identificação dos recursos que serão necessários para a sua edificação, operação e manutenção, com a União Europeia a assumir um papel cada vez mais ativo na dinamização das indústrias de defesa europeias. Contudo, não se verificando um crescimento real do orçamento para as Forças Armadas, poderá haver uma maior apetência para recorrer a fornecedores estrangeiros, aparentemente mais baratos, sem olhar à sua origem. Essa tem de ser uma preocupação atual dos decisores políticos e militares, sobretudo nas áreas das comunicações e dos sistemas de vigilância e comando e controlo, cujas cadeias de abastecimento devem obedecer a requisitos de ciber-segurança, mesmo que daí advenham maiores custos para o Estado.

Podemos assim concluir que as políticas económicas relacionadas com o investimento nas capacidades militares podem favorecer a segurança económica, embora também possam prejudicar a defesa nacional caso sejam decididas numa perspetiva meramente economicista, sem o adequado envolvimento dos órgãos da defesa.

Até agora, apenas nos focámos numa das perspetivas da segurança económica: a do impacto das políticas económicas na defesa nacional. Os órgãos da defesa são normalmente jogadores secundários nesta arena.

Não obstante e tal como referi na introdução, a segurança económica também pode ser analisada sob a perspetiva do impacto das políticas de defesa na economia nacional, sendo os órgãos de defesa nacional os atores dominantes neste âmbito. Por sua vez, as consequências económicas das políticas de defesa tem dois componentes: a primeira diz respeito às formas como os instrumentos militares podem ser utilizados para gerar efeitos económicos, e a segunda, às formas como os instrumentos económicos podem ser utilizados para substituir ou complementar os instrumentos militares na prossecução dos objetivos de defesa nacional. São estas 2 componentes que abordarei muito brevemente de seguida, para complementar a nossa reflexão sobre os aspetos globais da segurança económica.

A primeira centra-se na forma como as prioridades económicas podem influen-

***Podemos pois afirmar
que o investimento
estrangeiro pode trazer
benefícios reais para
a segurança económica
dos Estados***

ciar a edificação ou a alocação dos recursos destinados aos fins da defesa. Neste âmbito, posso aqui enunciar dois exemplos concretos, a construção dos navios patrulha oceânicos em Viana do Castelo, cuja prioridade máxima foi assumida, não apenas por requisitos de defesa, mas muito também por motivos de desenvolvimento da economia nacional. O segundo exemplo, é o da crescente utilização dos recursos militares, incluindo pessoal, meios aéreos e navais, logística, engenharia e sistemas de comunicações e comando e controlo para apoiar missões de natureza não militar, como o combate aos incêndios, e a busca e salvamento marítimo, com muito menores custos para o Estado.

Todavia, e não obstante as vantagens económicas imediatas resultantes desta utilização de recursos militares para missões de emergência civil, há que garantir que não se comprometem as capacidades de combate das Forças Armadas, ou seja, o cumprimento da sua missão prioritária, que é a defesa do país e dos nossos aliados.

quando os instrumentos económicos são utilizados como complementos da política de defesa podem, na realidade, ser considerados como ferramentas de segurança cooperativa, mas também como armas de dissuasão para coagir ou repelir os adversários de utilizarem a força militar.

A segunda componente envolve o recurso aos instrumentos económicos em substituição ou em complemento dos meios militares. De facto, como elementos da política de defesa, os instrumentos económicos podem influenciar o comportamento de outros países, conferindo benefícios económicos, impondo sanções ou exibindo uma capacidade credível para o fazer. A ajuda estrangeira ao nível económico e militar, incluindo os programas de capacitação no domínio da defesa, como aqueles em que Portugal se tem vindo a empenhar no seio da CPLP, podem ser utilizados para conferir tais benefícios. Já as sanções económicas, tais como a tributação elevada, as restrições de acesso aos mercados ou os embargos, são ferramentas que podem ser utilizadas com prejuízos severos para terceiros, como se tem vindo a constatar na atual crise da Venezuela.

Assim, quando os instrumentos económicos são utilizados como complementos da política de defesa podem, na realidade, ser considerados como ferramentas de segurança cooperativa, mas também como armas de dissuasão para coagir ou repelir os adversários de utilizarem a força militar. No entanto, as entidades governamentais que controlam as alavancas do poder económico, nem sempre são as que pensam em termos de defesa ou de política externa, por isso, a coordenação cuidada dos instrumentos económicos e militares para o emprego efetivo de ambos exige o reforço dos atuais mecanismos para o planeamento das políticas e para a cooperação interagências.

Concluída esta análise da segunda perspetiva da segurança económica, vou terminar, procurando salientar os pontos-chave da minha intervenção.



Como vimos, a segurança económica refere-se à capacidade de proteger os interesses económicos nacionais de todos os tipos de ameaças num contexto geopolítico cada vez mais complexo e imprevisível, tendo como objetivo primário reduzir a incerteza sobre o contínuo bem-estar económico. Para se atingir este objetivo, salientei o imperativo de garantir um equilíbrio entre as políticas eminentemente centradas no crescimento económico e as políticas de defesa nacional, sugerindo que os gastos na defesa sejam entendidos como investimento em segurança económica ao invés de um mero custo para o Estado.

Para além disso, enunciei os diversos desafios à prossecução da segurança económica, que vão desde as guerras comerciais geradas pela competição por uma melhor posição na classificação da economia mundial, ao incumprimento dos compromissos de investimento na defesa nacional, passando pelo riscos da dependência financeira de países terceiros, alavancados pelo fenómeno da globalização.

Por fim, realcei as consequências económicas das políticas de defesa. Neste âmbito, sublinhei as vantagens económicas de investir na indústria de defesa nacional e de utilizar eficientemente os meios militares em missões de emergência civil, desde que tal não comprometa a natureza combatente das Forças Armadas. Realcei, ainda, o potencial de utilização dos instrumentos económicos para fins de defesa, o que requer uma maior coordenação entre os diversos órgãos do Estado.

Em suma, espero que esta reflexão nos tenha demonstrado, com suficiente clareza, que não existirá segurança económica sem defesa nacional credível, tal como não será possível garantir os desejados padrões de defesa nacional sem um nível de prosperidade económica sustentável.

Muito obrigado pela vossa atenção.



Prof. Doutor António Mendonça

Presidente da Delegação do Centro e Alentejo
da Ordem dos Economistas

Encerramento







1.º Fórum de

Economistas das Cidades de Língua Portuguesa

Lisboa, 25 de maio de 2019



Presidente da Delegação
do Conselho e Assessoria do
Conselho das Economistas,
Prof. Doutor
António Mendonça





António Mendonça

>> Na hora. O encerramento estava marcado para as 19h45, e se o meu relógio está certo, estamos com um minuto de antecipação relativamente à hora marcada. Senhor Almirante, pelos vistos a sua presença foi dissuasora da tentativa de ultrapassar aquilo que estava programado. Muito obrigado e vamos proceder ao encerramento à hora certa. Eu não vou – poderia estar aqui a falar durante 45 minutos –, mas julgo que não vou fazer isso, vou ser muito rápido, vou procurar em 3 ou 4 ideias fundamentais traduzir o que foi o dia de hoje.

Eu acho que foi um grande dia, simplesmente, acho que resume aquilo que se passou hoje aqui a vários níveis. Agora deixem-me ser um pouco exagerado para dizer que, de alguma forma, se fez história, por várias razões, mas vou chamar a atenção apenas para três: primeira, foi uma maneira original de comemorar o Dia Internacional de África. Esse era o grande pretexto, foi essa a razão da escolha deste dia para organizar este 1.º Fórum e acho que isso está conseguido, acho que África merece e comemorámos condignamente, e de forma original, o Dia Internacional de África.

A segunda ideia é que foi um encontro de economistas. E foi um bom encontro a vários níveis pela qualidade das intervenções, pelos temas e eu estou seguro que todos nós saímos daqui mais enriquecidos, por várias razões, e também mais identificados no espírito da CPLP. Eu costumo falar na CPLP como uma instituição que não só tem escala, mas tem também uma identidade coletiva e penso que hoje aqui nós trabalhamos a identidade coletiva, e julgo que é importante continuar a trabalhar nesse domínio. E já agora, se me permitem, vou fazer aqui uma breve referência à intervenção do Senhor Almirante, que eu acho que foi uma lição de economia para todos nós e, portanto, eu que sou daqueles que acho que a utilização de economista deve ser reservada, eu sou obrigado a reconhecer que, de facto, não obstante haver pessoas que não sejam especialistas em economia, têm uma capacidade de analisar economicamente, que eu agradeço, e sublinho e foi um fator de engrandecimento deste nosso encontro.

Terceira iniciativa foi, de facto, esta ideia que estava a germinar, de criar algo que transcendesse as organizações dos economistas, dos diferentes países, ganhou aqui

corpo. É evidente que ainda temos um caminho a percorrer, a vários níveis, mas acho que se gerou um consenso, chame-se isto ou chame-se aquilo, tenha mais isto, tenha menos aquilo, mas a realidade é que se gerou aqui um consenso e julgo que em torno deste consenso nós podemos trabalhar na concretização desta ideia, que julgo que também vai ser muito importante para a afirmação dos países da CPLP no seu conjunto.

Já tive oportunidade de chamar a atenção para o papel da UCCLA, e de agradecer ao seu Secretário-Geral, mas permitam-me que fale agora de algumas pessoas de quem pouco se falou. Começo pela UCCLA e designadamente quero agradecer e destacar o papel que o José Bastos teve na organização de todo este evento, foi um papel notável sem o qual, provavelmente, isto não teria tido o sucesso que teve. Nestas coisas, quando nós citamos nomes corremos o risco de esquecer sempre alguém e cometer injustiças, mas eu selecionei aqui três pessoas e com elas quero também representar todas aquelas cujos nomes não sei, mas que também tiveram um papel [importante] e que são a Isabel Cruz, a Anabela Carvalho e também, no âmbito da nossa Ordem dos Economistas, a Sónia Nascimento, que também tiveram um papel muito importante em termos do que está por trás, permitindo que isto aconteça. Quero também, ainda na Ordem dos Economistas, chamar a atenção para outros colegas que não tiveram oportunidade de aparecer aqui diretamente, mas que estiveram na base disto, na base do nascimento da ideia, da proposta de elaboração de tudo o que está aqui. Eu queria, enfim, creio que todos, não vejo bem lá para o fundo, que está muito escuro, mas queria falar da colega Rosa Borges, do Paulo Correia e do Miguel Fonseca, que são os outros membros da direção da Delegação Regional do Centro e Alentejo e que contribuíram tanto ou mais do que eu e o António Rebelo de Sousa, que aparecemos aqui mais visivelmente, porque todos eles contribuíram nas discussões relativamente ao conteúdo, nas propostas que depois nós fizemos e que foram adotadas depois pela UCCLA.

Resta-me agradecer a participação de todos os oradores, todos os intervenientes, foram excelentes, alguém dizia que a palavra dos oradores é a alma das assembleias, pois a alma desta organização foi seguramente as intervenções que foram feitas aqui.

A todos agradeço e queria dizer que o nosso objetivo é dar um tempo, enfim, para as pessoas se quiserem introduzirem ajustamentos nas suas intervenções. Mas o nosso objetivo é a publicação de um livro, com todas as intervenções, e não só com as intervenções das pessoas que intervieram aqui, mas também outras intervenções que estão no site, que foram colocadas no site. Solicitámos que quem o quisesse fazer o pudesse fazer e, portanto, essas outras intervenções que não foram objeto apresentação aqui, mas que foram consideradas pela organização, também vão ser integradas na publicação que nós queremos fazer.

Resta-me terminar, agora mesmo, dizer que quero ver onde é que vai ser agora o 2.º Fórum de Economistas, enfim, aceitam-se candidatos e vamos ter oportunidade de ainda discutir esse assunto. Muito obrigado a todos, até à próxima, felicidades.

Há uma foto de família, o Vítor Ramalho é que vai determinar isso. Lá fora no Jardim, claro.









.....
António Macieira-Coelho

A SENDA ECONÓMICA NA CONSOLIDAÇÃO
DA COMUNIDADE LUSÓFONA

.....
César Fernando Reis

Faculdade de Economia da Universidade
Mandume Ya Ndemufayo

O PAPEL DA BANCA EM ANGOLA NO
PERÍODO COLONIAL:
ORIGEM E EVOLUÇÃO

Outros Contributos





A SENDA ECONÓMICA NA CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE LUSÓFONA

António Macieira Coelho

Há na História portuguesa uma característica invulgar na comparação com as de outros países europeus e não europeus.

Ela é marcada com um cunho de originalidade única pelo humanismo universalista que, para além do reduzido território onde Portugal se estabeleceu em definitivo a partir do Séc. XII, se prolonga pelo mar fora atingindo a compleição planetária durante os séculos seguintes.

Neste desenrolar da História o povo português expandiu-se por outros territórios percorrendo na via marítima vários domínios terrestres desconhecidos, nessa época do continente europeu, mas que existiam noutros continentes em diferentes graus de desenvolvimento.

Essa nossa epopeia configura-se, necessariamente, em muitas particularidades que se vão consolidando, segundo diferentes motivações, que a natureza humana do português personifica na sua própria actuação e comportamento, donde vários significados poderão ser dados a essas motivações. Assim sucedeu consoante os historiadores que os foram interpretando.

António Sérgio entendia que a saída para o Atlântico provinha da pobreza do nosso próprio território português e resultava da crise de subsistência provocada pela escassez de cereais, obrigandonos a procurar fundamentais meios de subsistência. Quanto à língua tem esta nota “são as navegações, outrossim, que conferem às letras nacionais o que têm de característico e de maior sabor”.

Outros atribuem ao impulso religio-

so, a que estavam ligadas as cruzadas, como mística inicial dos descobrimentos, só depois seguido pelo espírito laico de conquista. Este ponto de vista foi acentuado por Jaime Cortesão.

Para Oliveira Martins foi a progressiva ameaça turca, contra a segurança da cristandade, que levou os portugueses às conquistas valorosas fora do pequeno território. Primeiro levandonos a África para aquela defesa, abrindonos depois o caminho do Oriente com prosseguimento desse combate e induzindonos a seguir para outros destinos onde a evangelização continuou a estar presente.

Magalhães Godinho encontra principalmente nas causas económicas o principal impulso das descobertas. Apontava que, no século XIV, Lisboa tinha 30.000 habitantes, o país aproximava-se do milhão e uma vez consolidada a defesa frente a Castela, o Mediterrâneo próximo e o Atlântico imenso constituíam o proveito económico aliado ao espírito de cavalaria dos reis portugueses. A sua expansão e o seu prolongamento eram a motivação, como finalidade afirmativa, para um destino que a história reservava ao pequeno território continental.

Todos enaltecem o papel desempenhado pela língua nos encontros do longo período das descobertas e na continuação da presença portuguesa

É esta a feição que sobreveio às tendências económicas e ao sentido da aventura que o historiador inglês Charles Boxer, grande admirador da nossa história, encontra a forma virtuosa

como, durante um século, os portugueses se mantiveram nos senhorios da Índia, muitas vezes com inferioridades de armas, mas sempre determinados a permanecer, mostrando a sua superioridade, fazendo-se respeitar sem hostilizar.

Da conjugação destas tendências surge a ânsia dos portugueses se abrirem às curiosidades e à descoberta do desconhecido. Uma persistência extraordinária se ia desenvolvendo, prosseguindo para a ciência náutica como uma nova abertura ao conhecimento cada vez mais inovador que Boxer também sublinhava.

O espírito das descobertas e a índole da comunicabilidade racial fácil, directa, fraternal, começou a dar lugar aos contactos consequentes com as economias locais e a novidade dos seus produtos. Obrigatoriamente os meios negociáveis que as viagens provocavam prosseguem incessantes. São as especiarias e as drogas as primeiras abordagens, seguidas de outras, que os territórios longínquos produziam e que as caravelas portuguesas trazem para a Europa.

Depois, são viagens mais próximas ou mais distantes que novas descobertas trazem para o conhecimento do mundo português e dos mercados europeus, completados em muitas actividades comerciais imparáveis sempre prosseguidas.

...

A meio do século XVIII é a política esclarecida do Marquês de Pombal, com aplicado estudo da língua na Universidade de Coimbra e a criação das grandes companhias, a estabelecer uma política comercial coerente que da língua tira benefício. São as novas sociedades comerciais não só para os diamantes do Brasil mas também para os do Orien-

te. Na análise da política económica de Pombal evidenciase Jorge de Macedo. Dá relevo ao desenvolvimento da exportação do Brasil na história económica portuguesa do Atlântico, onde também participavam as rotas de Inglaterra para o Novo Mundo. Na economia e no comércio que delas resultam.

...

No Brasil dá vulto o papel evangelista do Padre António Vieira, não só na miscigenação das raças, mas particularmente na sublime oratória onde a língua portuguesa passa, lentamente, a criar raízes e a implantar-se no imenso território português da América. Nessa sofreguidão da conquista, África, Índia, Austrália, Japão, Brasil desde há cinco séculos que a língua portuguesa e o relacionamento com outras comunidades se espalham, em diferentes partes do mundo, com incidência nas trocas comerciais que se cruzam.

...

A expansão portuguesa no mundo vai dar lugar a uma comunidade nova que se vincula na historiografia e passa a estabelecer-se. Examinemos então o étimo de comunidade no seu contexto, político, social, cultural.

...

Nos Estatutos da UCCLA, artigo 4.º alínea b, são bem expressivos os intercâmbios a fomentar referindo as de iniciativa económica. É aqui, na senda económica, que penso haver muito a fazer no futuro. O investimento português tem sido desde décadas actuante nos países da nossa comunidade e é precisamente na senda da economia que, a meu ver, se devem dar novos impulsos

no intercâmbio de experiências para o melhor conhecimento recíproco de valores naturais, a gerar uma vontade colectiva de iniciativas inovadoras na dimensão económica.

...

Concluímos que no seio da UCCLA e nesse âmbito está um dos futuros dos países da comunidade da língua portuguesa, baseado num planeamento económico a prosseguir para consolidar esta União.



O PAPEL DA BANCA EM ANGOLA NO PERÍODO COLONIAL: ORIGEM E EVOLUÇÃO

César Fernando Reis

Introdução

Este estudo procura analisar o surgimento e a evolução da banca angolana no período colonial nos seus variados contextos, com a intenção de fornecer um quadro que permita compreender os propósitos da sua criação e os moldes do seu funcionamento, em diferentes etapas. Para o efeito, a análise centrará-se em três momentos históricos da evolução do Sistema Financeiro Angolano: o primeiro momento começa em 1865, data que marca o início da atividade bancária em Angola, com a criação do BNU, e termina em 1926, com a instauração da ditadura militar e a criação do Banco de Angola. O segundo momento começa com a criação do Banco de Angola e termina em 1957, ano em que o Banco de Angola passa a partilhar o espaço do atual território com mais bancos comerciais. O terceiro momento procura estudar o sistema bancário angolano desde 1957 até 1974, data que marca o início do processo de independência nacional.

1. Primeira etapa (1865-1926): início da atividade bancária em Angola

Este período é caracterizado pela criação do Banco Nacional Ultramarino

(BNU), a 16 de Maio de 1864, com o propósito de favorecer essencialmente as operações de crédito nas excolónias portuguesas, facilitando por essa via o desenvolvimento das actividades produtivas¹. Um ano depois da sua criação, dá-se o início do exercício da actividade bancária em Angola com a instalação, em 1865, de uma sucursal em Luanda.

No entanto, o BNU não foi capaz de garantir o financiamento das grandes obras que o Altocomissário Norton de Matos se propunha realizar no território. Surge, então, em 1923, a primeira tentativa de criar o Banco de Angola pelo Altocomissário Norton de Matos com capitais locais e subscritos por particulares, passando a emitir apenas certificados, porque o novo Banco não dispunha de reservas metálicas. Infelizmente, as notas emitidas por esse Banco nunca foram acolhidas por outros territórios ultramarinos, bem como pelo Banco Nacional Ultramarino, originando uma grave crise financeira.

O General Norton de Matos vendo-se sem qualquer apoio financeiro, viaja para Londres na tentativa de arranjar apoio financeiro para o seu programa de desenvolvimento de Angola. No entanto, não obtendo resultados positivos, pediu a sua exoneração do cargo em 1924.

¹ Lê-se no artigo 2.º da Carta de Lei de 16 de Maio de 1864 que fixa para o mês de Agosto de 1865 o início em Angola das operações de crédito comercial, agrícola, predial e móvel (Mónica Ferreirinha 2009, em Breve História do BNU).

2.

Segunda etapa (1926-1957): surgimento da Junta da Moeda

Na tentativa de resolver o problema da crise e da desorganização financeira existente, foi realizada uma reforma monetária, em 1926, com a criação da Junta da Moeda. A Junta da Moeda foi a célula base para a criação do Banco de Angola. À Junta da Moeda foi dado o poder de reformar o sistema monetário. Foi nesta fase que é criado o Angolar como moeda a circular em Angola e cuja paridade inicial era igual ao escudo português.

O Banco de Angola foi criado em Agosto de 1926 (Decreto 12131), com sede em Lisboa, passando a ter uma fiscalização directa do Ministério das Colónias. Aliás, o próprio Decreto considerava indispensável a participação do capital do Estado no novo Banco que, por via disso, viase no direito de participar na sua administração e compartilhar os seus lucros.

Ao Banco cabiam as tarefas de intermediar a venda de produtos que lhe eram consignados. Assim, no seu relatório e contas de 1930, o Banco refere que, essas vendas, no seu peso bruto, tiveram um aumento de quase 50%, passando de 8.803.023 quilogramas, em 1929, para 13.189.215 quilogramas, em 1930. Ao mesmo tempo e segundo o mesmo relatório, o Banco procurou cumprir com as orientações do Governo no sentido de assegurar o financiamento das obras que decorriam no território angolano.

3.

Terceira etapa (1957-1974): O fim de monopólio bancário em Angola

O ano de 1957 marca o fim de mono-

pólio de comércio bancário em Angola. O Banco de Angola que até aí era a única instituição permitida a desenvolver a actividade de comércio bancário no território, passa a partilhar o espaço com mais bancos comerciais. À medida que foram surgindo outros bancos, o Banco de Angola continuou com o seu papel de Banco emissor para Angola a par das suas actividades na banca comercial.

A expansão das instituições financeiras em Angola pode justificar-se pelo facto de a resistência nacionalista angolana levar o “Estado Novo” a uma desesperada mudança de política para desenvolver Angola. Por outro lado, os colonos instalados em Angola também exerciam pressão no sentido de se alterarem as condições económicas na tentativa de procurar simpatia com as populações.

Segundo Ferreira, E. S. (1985), “por parte do capital internacional, o grau de penetração da economia de mercado atingido em Angola na fase final revelava-se suficiente para garantir a continuidade do modo de produção, tornando-se assim supérfluo o domínio político directo e mesmo vantajosa a eliminação do intermediário até aí obrigatório que era Portugal, em contradição com as pretensões do capital português”. Mas a burguesia local criada e que aspirava nos últimos anos tornar-se “independente” de Portugal, não foi capaz de tomar o poder e, por isso, não se logrou o objectivo de dar continuidade aos programas até aí definidos, bem como não venceu a solução federalista proposta pelo Spínola antes do 25 de Abril de 1974.

A acção do 25 de Abril de 1974 não só interrompeu bruscamente a dinâmica dos bancos, no que diz respeito ao

seu alagamento em todo o território angolano, como também retraiu a sua acção de financiar as grandes obras de fomento agrícola e industrial, assim como do financiamento à construção de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento.

Conclusão

O estudo procurou analisar o surgimento e a evolução da banca angolana no período colonial nos seus variados contextos. Foi possível identificar-se ao longo deste estudo, a importância e o papel do sistema bancário angolano, no apoio e desenvolvimento da actividade económica. Nos últimos anos do sistema colonial, a banca angolana procurava constituir-se num elo de ligação com grande capital, em condições de vir assumir-se como correia de transmissão das políticas numa possível neocolonização de Angola. Mas, essa dinâmica foi interrompida com os acontecimentos do 25 de Abril de 1974.



Organização:



UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA



**Ordem dos
Economistas**
Delegação do Centro e Alentejo

Patrocinadores:



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL



Apoiantes:



EuroBic



Parceiros:



LINHAS AERÉAS DE ANGOLA
ANGOLA AIRLINES



Media Partner:







Organização:



UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA



**Ordem dos
Economistas**
Delegação do Centro e Alentejo

Patrocinadores:



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

galp



Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Apoiantes:



EuroBic



Parceiros:



grupo
visabeira



LINHAS AEREAS DE ANGOLA
ANGOLA AIRLINES



Media Partner:



Lisboa, 25 de maio de 2019 - Auditório da UCCLA

UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Avenida da Índia, n.º 110, 1300-300 Lisboa, Portugal | + (351) 218 172 950

www.uccla.pt

